

**ANA MARIA RUFINO GILLIES**

**POLÍTICAS PÚBLICAS E UTENSILAGEM MENTAL: UMA ANÁLISE DAS  
REFORMAS PROPOSTAS POR HENRIQUE DE BEAUREPAIRE ROHAN  
EM 1856 E 1878.**

**Dissertação apresentada como requisito  
parcial à obtenção do grau de Mestre em  
História, Curso de Pós-Graduação,  
Setor de Ciências Humanas, Letras e  
Artes, Universidade Federal do Paraná.**

**Orientador: Prof. Dr. Renato Lopes  
Leite**

**Curitiba 2002.**

## SUMÁRIO

|   |            |
|---|------------|
| <b>INTRODUÇÃO</b>   | 5          |
| APRESENTAÇÃO.....   | 5          |
| OBJETO.....   | 5          |
| TEMA.....   | 5          |
| PROBLEMÁTICA.....   | 6          |
| HISTORIOGRAFIA.....   | 6          |
| REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS.....  | 9          |
| AS IDEIAS NO SÉCULO XIX.....  | 13         |
| <b>1 ORIGEM, FORMAÇÃO E TRAJETÓRIA.....</b>                                     | <b>18</b>  |
| 1.1 NASCIMENTO E FILIAÇÃO.....  | 23         |
| 1.2 PARENTESCO E FORMAÇÃO.....  | 24         |
| 1.3 CARREIRA.....   | 30         |
| 1.4 PROMOÇÕES.....  | 32         |
| 1.5 FILIAÇÕES.....  | 34         |
| 1.6 ESCRITOS.....   | 34         |
| 1.7 COMENTÁRIOS.....  | 35         |
| <b>2 EDUCAÇÃO.....</b>  | <b>37</b>  |
| 2.1 AS PROPOSTAS DE BEAUREPAIRE.....  | 38         |
| 2.1.1 Província do Paraná.....  | 38         |
| 2.1.2 Província do Grão-Pará.....   | 42         |
| 2.1.3 Província da Paraíba.....   | 46         |
| 2.2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL.....                                  | 54         |
| 2.2.1 As tentativas de reformas para a modernização do ensino no Império.....   | 58         |
| 2.2.2 Ensino Profissionalizante.....  | 63         |
| 2.2.3 Reflexões a respeito das tentativas de reforma do ensino.....             | 68         |
| <b>3 ESCRAVIDÃO E ABOLIÇÃO.....</b>   | <b>72</b>  |
| 3.1 ESCRAVISMO E COLONIALISMO.....  | 72         |
| 3.2 A OPOSIÇÃO NACIONAL AO ESCRAVISMO NO BRASIL.....                            | 79         |
| 3.3 PRINCIPAIS MOMENTOS NO PROCESSO DE ABOLIÇÃO DA<br>ESCRAVIDÃO NO BRASIL..... | 81         |
| 3.4 PROJETOS ABOLICIONISTAS.....  | 83         |
| 3.5 REFLEXÕES.....  | 103        |
| <b>CONCLUSÃO.....</b>   | <b>106</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>   | <b>107</b> |
| <b>OBRAS CONSULTADAS.....</b>   | <b>113</b> |
| <b>ANEXO 1 - OCUPAÇÕES.....</b>   | <b>115</b> |
| <b>ANEXO 2 – PROMOÇÕES.....</b>   | <b>122</b> |
| <b>ANEXO 3 – TÍTULOS E COMENDAS.....</b>  | <b>123</b> |
| <b>ANEXO 4 – FILIAÇÕES.....</b>   | <b>124</b> |
| <b>ANEXO 5 – ESCRITOS.....</b>  | <b>126</b> |

## RESUMO

### **POLÍTICAS PÚBLICAS E UTENSILAGEM MENTAL: UMA ANÁLISE DAS REFORMAS PROPOSTAS POR HENRIQUE DE BEAUREPAIRE ROHAN EM 1856 E 1878.**

**ESTE ESTUDO APRESENTA IDÉIAS PROPOSTAS POR HENRIQUE DE BEAUREPAIRE ROHAN E POR ALGUNS DE SEUS CONTEMPORÂNEOS RELATIVAS À EDUCAÇÃO E À ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA. DURANTE O SEGUNDO REINADO, UMA ELITE AMPLA E HETEROGÊNEA CONTRIBUÍA, PRINCIPALMENTE NOS MOMENTOS DE CRISE, COM SUA PARTICIPAÇÃO E SUA ARGUMENTAÇÃO, AO DEBATE EM TORNO DOS GRANDES PROBLEMAS BRASILEIROS. PARA ANALISAR AS PROPOSTAS FORAM CONSULTADOS DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS, COMO RELATÓRIOS DE PRESIDENTES DE PROVÍNCIAS, *MEMÓRIAS* APRESENTADAS EM CONGRESSOS, ALÉM DE ANAIS DOS MESMOS. FOI FEITA AINDA A LEITURA DE JORNAIS DE ÉPOCA, BEM COMO, É CLARO, DA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA A RESPEITO DAS QUESTÕES AQUI ESTUDADAS. PROCUROU-SE IDENTIFICAR E APRESENTAR AS FORMAS DE PENSAMENTO DO PERÍODO E A INFLUÊNCIA QUE TIVERAM, OU NÃO, NA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.**

## **A B S T R A C T**

**THIS STUDY SUBMITS SOME OF THE IDEAS PRESENTED BY HENRIQUE DE BEAUREPAIRE ROHAN, AND VARIOUS CONTEMPORARIES, RELATED TO EDUCATION AND THE ABOLITION OF SLAVERY. DURING THE SECOND EMPIRE, A LARGE AND HETEROGENEOUS ELITE CONTRIBUTED, MAINLY IN MOMENTS OF CRISIS, THEIR PARTICIPATION AND ARGUMENTS IN THE DEBATES REGARDING MAJOR BRAZILIAN PROBLEMS. TO ANALYSE THE SUGGESTIONS PRESENTED, THE DOCUMENTS READ INCLUDE REPORTS WRITTEN BY THE PRESIDENTS OF THE PROVINCES, THE ANNALS OF THE AGRICULTURAL CONGRESSES OF RIO DE JANEIRO AND RECIFE HELD IN 1878, AND NEWSPAPERS PUBLISHED IN THE PERIOD, ALSO BOOKS WRITTEN ABOUT THE THEMES AND THE PERIOD. THE MAIN OBJECTIVE IN THE STUDY WAS TO IDENTIFY THE MANNERS OF THINKING OF THE PERIOD AND THE INFLUENCE IT HAD, OR NOT, IN THE MAKING OF PUBLIC POLICIES.**

## INTRODUÇÃO

### APRESENTAÇÃO

No início do século XIX a escravidão, que por mais de 300 anos foi a fórmula utilizada pelas metrópoles europeias para exploração das riquezas em suas colônias de além-mar, passou a ser contestada.

No Brasil, primeiramente em 1831 e posteriormente em 1850, o tráfico de escravos foi suspenso. Em 1871 uma lei libertou os filhos nascidos de escravas, colocando de forma iminente o final do sistema escravista e provocando grandes inquietações numa sociedade que dependia do escravo para tudo.

### OBJETO

O objeto deste estudo são as propostas apresentadas por Henrique de Beaurepaire Rohan, um membro da elite política imperial, em resposta às ansiedades, expectativas, reivindicações e debates que resultaram dessas medidas do governo.

Dessa pesquisa resultou um corpo documental composto de argumentos que permitem conhecer as formas de pensar e a ideologia política do século XIX.

### TEMA

O tema desta pesquisa é a forma como a utensilagem mental de uma época, definida pelas pressões concretas, pelas formas de pensamento e as idéias presentes

num determinado contexto, atuam para influir os homens, nas suas aspirações e reivindicações, e o governo, na elaboração de políticas públicas.

## PROBLEMÁTICA

Ao perceber a validade das sugestões feitas por Beaurepaire, a problemática a que se pretende responder é porque, embora representativas dos desejos de significativo número de representantes das elites políticas e econômicas, tais sugestões não foram levadas em consideração, uma vez que não implementadas pelo governo.

## HISTORIOGRAFIA

Um dos mais importantes e conceituados estudos sobre a elite imperial brasileira e a formação e consolidação do estado centralizado no Brasil após a independência propõe que a solução monárquica foi a selecionada entre outras alternativas possíveis, por causa da existência de uma certa homogeneidade ideológica dentro da elite política brasileira, fruto da socialização através da educação, treinamento e ocupação.

Para o autor – José Murilo de Carvalho -, “a homogeneidade ideológica e de treinamento é que iria reduzir os conflitos intra-elites e fornecer a concepção e a capacidade de implementar um determinado modelo de dominação pública”<sup>1</sup>.

A presente pesquisa permitiu constatar, no entanto, a grande heterogeneidade de vistas das elites imperiais – fissuras que revelavam-se nos momentos de crise política e econômica, expondo a dificuldade de elaboração de um projeto único, de caráter nacional, que atendesse os interesses, necessidades e demandas de todas as

---

<sup>1</sup> CARVALHO, J.M. de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial. 2.ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996. p. 17.

regiões.

Constatou-se também a existência de várias elites<sup>2</sup>, dentre as quais as que tomavam parte nos debates e tinham influência na formulação, no processo decisório e na implementação das políticas públicas eram: a elite burocrática (autoridades executivas, ministros, altos funcionários públicos, funcionários do poder judiciário); a elite administrativa (presidentes de províncias, por exemplo); a elite político-partidária (legisladores, deputados e senadores); a elite militar (comandantes militares); a elite técnica (médicos, engenheiros etc); a elite intelectual (jornalistas e outros formadores de opinião), além, é claro, da elite econômica.

A Abolição, diz Murilo de Carvalho, “entendida como o conjunto de políticas públicas que aos poucos levou à extinção da escravidão, constitui ponto privilegiado para explorar as relações entre o governo e a classe dos proprietários rurais”<sup>3</sup>.

Segundo o autor, “em nenhum outro momento, em nenhum outro tema, ficou mais clara a oposição entre as motivações e os interesses do pólo burocrático do poder e os interesses do pólo social e econômico deste mesmo poder”<sup>4</sup>.

Embora o objetivo do presente estudo não seja o de explorar as relações entre o governo e a classe dos proprietários rurais, é com esses sujeitos que Beaurepaire dialoga, é a eles que tenta tranquilizar com suas propostas reformistas,

---

<sup>2</sup> Conforme artigo de Décio Saes (Uma contribuição à crítica da teoria das elites . **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 3, 1994, p. 7-10), o termo *Elite* significa “minorias politicamente ativas : a minoria de homens que assume, em qualquer espécie de sociedade humana, o controle de tomada das grandes decisões políticas”. Já uma série de resenhas publicadas pela **RAP – Revista de Administração Pública** da FGV-ISAE (V. 30, N 2, Março/Abril 1996, p. 2-39), *Elite* pode ser entendida como sendo “os atores, indivíduos e grupos interagentes, defendendo interesses, demandas e ideologias mediante o uso de poder e outros recursos”.

<sup>3</sup> CARVALHO, J.M. de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial. 2.ed. rev. Rio de Janeiro: Editora da UFPR/Relume Dumará, 1996. p. 269.

<sup>4</sup> Id.

mas conservadoras ao mesmo tempo<sup>5</sup>.

A oposição à escravidão no Brasil teve início já no começo do século XIX. Assim, escravidão e abolição constituíram o pano de fundo das discussões de caráter político e ideológico durante todo o período.

Conforme ressalta José Maria dos Santos, “se a escravidão não foi a principal questão oferecida á argúcia dos estadistas brasileiros no seculo passado, constituiu pelo menos uma função constante e inafastavel em todos os problemas que tiveram de resolver”<sup>6</sup>.

Para o estudo do contexto, da escravidão e do processo de abolição no Brasil, além de José Murilo de Carvalho<sup>7</sup>, a leitura de Robert Conrad<sup>8</sup> foi de longe a mais gratificante, tanto pela imensa quantidade de fontes que cita e recomenda, quanto pela construção e desenvolvimento de seu argumento que leva em conta a atuação de uma combinação de fatores. Comparativamente, Leslie Bethell<sup>9</sup> parece demasiadamente comprometido com o papel que a Inglaterra, através da ação de seu governo e de diplomatas, teria exercido no encaminhamento da abolição, dando pouca ênfase a outros fatores e elementos que fizeram parte do processo.

Na coletânea *História Geral da Civilização Brasileira*, aspectos da história do Brasil, como a vida política, por exemplo, são abordados mais através do embate

---

<sup>5</sup> Sobre emancipação conservadora e/ou modernização sem mudança, ver: BELOTO, D.L. **A Criação da Província do Paraná**: a emancipação conservadora. São Paulo, 1990. . Dissertação (Mestrado em Economia) – Departamento de Economia, PUC., e EISENBERG, P. **The sugar Industry in Pernambuco**. Modernization Without Change, 1840-1910. USA : University of California Press, 1974.

<sup>6</sup> SANTOS, J.M. dos. **Os republicanos paulistas e a abolição**. São Paulo: Livraria Martins, 1942. p. 13.

<sup>7</sup> CARVALHO, J.M. **A construção da ordem**: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial. 2.ed.rev. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Relume Dumará, 1996.

<sup>8</sup> CONRAD, R. **Os últimos anos da escravatura no Brasil**: 1850 – 1888. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

<sup>9</sup> BETHELL, L. **A Abolição do tráfico de escravos no Brasil**: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

entre os partidos conservador e liberal do que pela problematização dos motivos pelos quais a política proposta pelo partido que estava no poder, costumava ser implementada pelo partido que o substituíra, não importando a ideologia partidária, mas a aquiescência aos interesses e à instituição monárquica.

A vida política, assim, se desenvolve quase exclusivamente nos gabinetes e na ascensão e queda de ministérios, mas, apesar da relevância que possa ter para outros estudos políticos, não foram apenas estes os ambientes e fatores buscados para este estudo.

Aqui o que se pretende conhecer são as concepções e idéias que os membros da variedade de grupos sociais, tinham a respeito de temas específicos como: educação e progresso, trabalho, escravidão, imigração e abolição, bem como o contexto no qual tais idéias foram despertadas, forjadas e suas possíveis interferências neste cenário.

Nesse sentido, a presente pesquisa tem a relevância de, ao apresentar a singularidade do pensamento de um membro da elite imperial e os projetos que ele tinha para o Brasil, dar a conhecer outros pensamentos e projetos, alguns até negligenciados, mas que fizeram parte de momentos críticos da história do Brasil, bem como da utensilagem mental da época.

## REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

As sugestões feitas por Beaurepaire – propondo a adoção de um ensino técnico-profissionalizante, para a população em geral, em 1856 (em oposição ao estudo puramente humanístico), e para a mão-de-obra escrava e livre, em 1878, bem como a abolição da escravidão, com uma reforma agrária -, inserem seu pensamento dentro do espírito intelectual da época, pragmático e preocupado com as necessidades concretas da sociedade como um todo.

As preocupações e as formas de pensar de Beaurepaire e de outros homens do período estudado encontram-se expressas no seguinte corpo documental que foi

analisado: Relatórios administrativos (de Presidentes de Províncias, de Secretários de Obras e de Educação), *Memórias* apresentadas aos Congressos Agrícolas do Rio de Janeiro e de Recife em 1878, os Anais desses Congressos, além de jornais (ou, mais especificamente, *Jornal do Commercio* e *O Abolicionista*).

Os aportes teóricos que mais amplamente instrumentalizam a reflexão sobre esse corpo documental são aqueles definidos por *políticas públicas* e *utilização mental*.

O termo *políticas públicas* refere-se à ação do governo, ao que ele faz, sendo que o que ele não faz, chamado de ‘não-ação’ também é considerado uma alternativa ou escolha possível. O estudo ou análise de políticas está associado ao estudo da administração pública, e como especificidades acadêmicas, em grande parte se confundem<sup>10</sup>.

Esse campo teórico preocupa-se com a identificação das características das agências públicas “fazedoras de políticas”, com os atores participantes do processo, com os mecanismos, critérios e estilos decisórios. Trata das inter-relações entre instituições e atores e das variáveis externas que influenciam esse processo.

As análises de políticas públicas costumam ter por objetivo construir modelos explicativos para as diferentes fases ou etapas das políticas públicas. A primeira indagação a ser feita é, por que alguns problemas e assuntos são colocados na agenda e outros não, seguida do processo de decisão, formulação, implementação, e avaliação das políticas.

A pesquisa deve levar em conta o contexto, e mais exatamente a estrutura das relações que nele se configura.

Além disso, leva em conta que, entre os formuladores de políticas e os cidadãos comuns, há muitos outros participantes especializados no processo de decisão política, os quais têm um desempenho variável, de sistema para sistema. São os líderes

---

<sup>10</sup> LINDBLOM, C. **O processo de decisão política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. p. 64.

de grupos de interesses, os membros ativistas dos partidos, os jornalistas e outros formadores de opinião, além de categorias mais contemporâneas.

O presente estudo não tenciona dar conta de todo o processo de análise, mas sim averiguar por que alguns temas que fizeram parte da agenda imperial, visto que representavam reivindicações de importantes setores da sociedade, não se transformaram em políticas públicas. Pretende também identificar os indivíduos, grupos e instituições que exerceram influência na formulação das políticas e como se deram as inter-relações entre os mesmos.

A expressão *utensilagem mental* pode ser localizada na obra de Lucien Febvre sobre o papel da história e dos historiadores<sup>11</sup>.

A *utensilagem mental* conhece-se pelo inventário, em relação à época estudada, de todo o material mental de que dispunham os homens dessa época. Assim, é necessário fazer uma reconstituição de todo o universo material, intelectual, moral no meio do qual se moveram os indivíduos que se deseja conhecer já que, para o autor, nossa bagagem mental é feita de influências, de leituras e de conversas que cada um de nós transporta consigo. Quanto às instituições, elas não podem ser vistas separadas das que a fazem e que, embora respeitando-as, as modificam sem cessar<sup>12</sup>.

Lucien Febvre preconiza que a história é a ciência do homem, e dos fatos, mas são fatos humanos. Assim, a tarefa do historiador é encontrar os homens que a viveram e entre eles os que aí se instalaram com suas idéias, para então interpretá-los<sup>13</sup>.

O autor ressalta a importância dos textos, mas de todos os textos e dentro deles também as palavras, as quais estão sempre cheias de substância humana, ou seja, elas possuem significados e valores que não podem ser dissociados da época em que foram escritas.

---

<sup>11</sup> FÉBVRE, L. **Combates pela História**. Lisboa: Editorial Presença, 1952.

<sup>12</sup> Ibid., p. 23.

<sup>13</sup> Ibid., p. 24.

Este estudo se insere, conforme recomendaria Lucien Febvre<sup>14</sup>, não nesta ou naquela categoria histórica, mas nas suas fronteiras, nos limites da história política, da cultural, das idéias, das mentalidades, da social, sendo que praticamente todos os temas contemplados por aquelas tendências historiográficas o são pela história intelectual, a qual por fim abriga os objetivos e problemáticas do presente estudo.

Conforme Francisco Falcon, numa análise sobre a multiplicidade de denominações, a história das idéias remete a textos nos quais os conceitos articulados constituem os agentes históricos primários, vindo a seguir as pessoas dos portadores desses conceitos, enquanto as chamadas relações externas são entendidas como simples condições de existência das idéias propriamente ditas<sup>15</sup>.

Já a história intelectual remete a textos bem mais abrangentes, uma vez que ela inclui as crenças não-articuladas, opiniões amorfas, suposições não-ditas, além, é claro, das idéias formalizadas. Preocupa-se com a articulação desses temas às suas condições externas, tendendo a romper os limites disciplinares estabelecidos, já que visa a inserir o estudo das idéias e atitudes no conjunto das práticas sociais<sup>16</sup>.

Quentin Skinner, autor de estudos sobre filosofia da história e do pensamento político, também ressalta a importância de se levar em conta o contexto intelectual em que são concebidos os textos, e nesse contexto, as contribuições mais efêmeras da mesma época ao pensamento social e político<sup>17</sup>.

Relacionar os textos e os discursos ao contexto, permite definir o que os seus

---

<sup>14</sup> Ibid., p. 246-247. Nesse estudo, Lucien Fébvre expressa-se contra as definições de história, porque “as definições mais exactas, as mais cuidadosamente meditadas, as mais meticulosamente redigidas, se arriscarão a deixar de fora, a cada instante, o melhor da história”. Definição, para ele, é prisão. E as ciências, tal como os homens, têm antes de mais necessidade de liberdade. “Não variará a historia, perpetuamente, na sua inquieta procura de novas técnicas, de pontos de vista inéditos, de problemas a pôr numa forma mais correcta?”. Para ele, a solução é, então, trabalhar nas fronteiras.

<sup>15</sup> FALCON, F. História das Idéias. In: CARDOSO, C.F. e VAINFAS, R. (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 93.

<sup>16</sup> Ibid., p. 93-94.

<sup>17</sup> SKINNER, Q. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 10.

autores estavam fazendo quando os escreveram ou apresentaram, quais seus argumentos, que questões formulavam e tentavam responder, e em que medida aceitavam e endossavam, ou contestavam e repeliam, ou às vezes até ignoravam, de forma polêmica, as idéias e convenções então predominantes no debate político<sup>18</sup>.

Para o autor não é possível atingir um elevado nível de compreensão estudando apenas os textos.

A fim de percebê-los como respostas a questões específicas, precisamos saber algo da sociedade na qual foram escritos. E, a fim de reconhecer a direção e força exatas de seus argumentos, necessitamos ter alguma apreciação do vocabulário político mais amplo de sua época. [...] Para compreender as questões que um pensador formula, e o que ele faz com os conceitos a seu dispor, equivale a compreender algumas de suas intenções básicas ao escrever, e portanto implica esclarecer exatamente o que ele pode ter querido significar com o que disse – ou deixou de dizer. Quanto tentamos situar desse modo um texto em seu contexto adequado, não nos limitamos a fornecer um “quadro” histórico para nossa interpretação : ingressamos já no próprio ato de interpretar<sup>19</sup>.

Assim, além dos textos, é preciso estar atento ao vocabulário, e dentro dele, verificar como os conceitos estão sendo articulados e debatidos para definir se a sociedade já ingressou na posse consciente dos mesmos. No caso do Brasil no século XIX, isso equivale a recomendar cautela na observação de como estão sendo articulados conceitos como, por exemplo, liberalismo.

## AS IDÉIAS (LIBERAIS) NO SÉCULO XIX

Um tema que permeia as discussões político-ideológicas do século XIX, bem como grande parte da historiografia do período, é o papel exercido pelas chamadas *idéias liberais* no Brasil.

Assim sendo, este estudo ficaria incompleto se não abordasse a questão, ainda que sucintamente.

Liberalismo é um conceito que foi forjado na Europa durante o século XVIII,

---

<sup>18</sup> Ibid., p. 13.

<sup>19</sup> Id.

na luta da burguesia em oposição ao Antigo Regime, ao Estado centralizado que concentra poderes, às corporações e grupos, aos dogmas da Igreja e às verdades consideradas absolutas.

Filosofia burguesa, na política está orientada para a idéia de liberdade; filosofia social individualista, coloca o indivíduo à frente da razão de Estado, dos interesses de grupo, das exigências da coletividade; filosofia da história, esta é feita não por forças coletivas, mas por indivíduos; filosofia do conhecimento, acredita na descoberta progressiva da verdade pela razão individual<sup>20</sup>.

Para René Remond, o liberalismo surge como uma filosofia global, mas ambígua, porque contém uma tendência conservadora. Ele reserva o poder para uma elite, “porque a soberania popular de que os liberais fazem alarde, não é a soberania popular, e o liberalismo não é a democracia”<sup>21</sup>.

Conforme Maria de Lourdes Vianna Lyra, “as idéias liberais desempenharam um papel relevante na elaboração de um discurso específico sobre a realidade brasileira, *discurso este que deve ser visto no quadro das especificidades e dos limites do liberalismo no Brasil* [grifo meu]”<sup>22</sup>.

No Brasil, a ideologia liberal vai acontecer num contexto econômico, social e político diferente do europeu. Aqui, os postulados do liberalismo foram relidos e redefinidos pelos senhores de terra e de escravos que, escudados na idéia liberal de inviolabilidade e de propriedade, defenderam a permanência do trabalho escravo<sup>23</sup>.

Foi dentro de uma realidade específica que se constituiu o discurso liberal no Brasil do século XIX. Se inicialmente assumiu um caráter avançado, denunciando o pacto colonial e posicionando-se contra as instituições político-administrativas

---

<sup>20</sup> RÈMOND, R. **O século XIX**: 1815-1914. São Paulo: Cultrix, 1997. p. 26-32.

<sup>21</sup> Ibid., p. 32.

<sup>22</sup> LYRA, M.L.V. Os partidos políticos e Abolição. In: WEHLING, A. **A Abolição do cativo**: os grupos dominantes. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1988. p. 48.

<sup>23</sup> Id.

tradicionais, mais tarde mostrou-se conservador, quando defendeu a organização de um Estado centralizador e a manutenção do trabalho escravo<sup>24</sup>.

Assim, as vozes esparsas que discursavam sobre a necessidade de se abolir a escravidão para fazer valer realmente a Constituição liberal, não poderiam ser ouvidas numa sociedade onde o discurso liberal assumira um caráter elitista, antidemocrático e defensor do direito de propriedade, incluindo-se aí a propriedade do escravo<sup>25</sup>. O discurso liberal, construído a partir dessa realidade, revelou-se conservador.

Na segunda metade do século XIX, a escravidão começou a ser vista como sinônimo de atraso e sua abolição como sinônimo de progresso e de civilização. O espírito progressista se fazia presente nos discursos, preconizando a necessidade de colocar o país em compasso com o mundo considerado civilizado, neste caso a Europa.

Cria-se assim, uma situação paradoxal, onde as transformações modernizadoras ameaçam ferir os interesses dos grandes proprietários, causando inquietações que se manifestam nos discursos, por exemplo, dos Congressos Agrícolas do Rio de Janeiro e do Recife, de 1878.

São impasses que vão atingir os partidos políticos, criando uma permanente indefinição ideológica, com a questão servil pairando, por todo o século XIX, acima das fidelidades partidárias.

José Murilo de Carvalho fez uma análise do impacto das idéias liberais sobre grupos políticos específicos durante o Império, entre os quais destaca-se o Conselho de Estado<sup>26</sup>. Nessa análise conclui que o que prevaleceu foi o espírito pragmático e a espontaneidade, ou seja, nos momentos de decisão prevalecia o que era considerado bom para o Brasil, no que pesava o contexto e as situações concretas.

---

<sup>24</sup> Ibid., p. 48-49.

<sup>25</sup> Ibid., p. 57.

<sup>26</sup> CARVALHO, J.M. de. **A construção da ordem**: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial. 2.ed.rev. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Relume Dumará, 1996. p. 327-358.

No Conselho de Estado, “cabeça do governo”, como em outros, as idéias liberais serviram de referência, de modelos, para dar inteligibilidade e/ou legitimidade aos discursos de toda natureza. Assim, apelava-se à citação de autores e práticas européias, com preferência pelo que vinha da Inglaterra, por associar-se mais aos nossos modelos estatistas, forjados de cima, das iniciativas do governo, e menor preferência pelos modelos franceses, visto como mais radicais.

O Brasil voltava-se para o exterior não só na busca de modelos a serem seguidos, mas de situações a serem evitadas, onde predominassem o que fosse considerado violento ou radical.

No que se refere à escravidão, e mesmo ao grande contingente de pobres livres, sempre havia o medo de levantes ou revoltas. Nesses casos, o governo geralmente preferia tomar a iniciativa, assumindo, dessa forma, uma ação estatista. Pode-se dizer assim que, de forma indireta, escravos e pobres também exerciam pressão e eram elementos a serem levados em consideração na hora da elaboração e implementação de políticas públicas.

Dessa forma, as elites brasileiras, incluindo-se aí a elite política, não pode ser considerada alienada e acrítica. Das suas alturas acompanhava de perto as tendências mundiais na economia, na política e nas relações sociais. Mas, segundo José Murilo de Carvalho, “pela mesma posição, tinham dificuldades em perceber e refletir o que se passava a seus pés nos becos do sistema político”<sup>27</sup>

Um grande mérito do estudo de José Murilo de Carvalho, é apontar a forma dinâmica com que se processava a avaliação das idéias vindas de fora face ao pragmatismo brasileiro. Jamais teria havido a dicotomia passiva apontada por alguns autores, nem o prevalectimento apenas dos interesses das elites rurais nas decisões políticas nacionais, ou seja, não se tratava de um “grupo de elite atacado de marginalismo político e de idealismo utópico”, nem faziam parte da “representação de uma comédia ideológica”. Tratava-se, isso sim, de uma estratégia de mudança social e

---

<sup>27</sup> Ibid., p. 352.

de construção nacional *articulada* com o mundo de origem ou de referência, nesse caso o mundo europeu<sup>28</sup>, mas que levava em consideração as condições reais do país.

Na mentalidade da maioria dos membros do governo estava presente a convicção de que o país fazia parte do mundo civilizado e que precisava apenas adotar algumas medidas para mais assemelhar-se àqueles que estavam um pouco à sua frente. Assim, de forma evolucionista mesmo, como compreensível no período, tudo era uma questão de tempo e de adequação.

A seguir, o Capítulo 2 estará apresentando dados sobre a origem, formação e trajetória de Henrique de Beaurepaire Rohan, com o objetivo de nos habilitar a melhor compreender suas motivações.

O Capítulo 3 apresenta e analisa as propostas que ele fez para a modernização da educação, tentando organizar um ensino mais voltado para o que era então considerado as necessidades reais e concretas do país.

No Capítulo 4 são retomadas as discussões em torno do processo de abolição da escravatura no Brasil e suas repercussões. Neste contexto, Beaurepaire formula propostas que incluem desde a educação técnica profissionalizante para os ingênuos, até uma reforma agrária com o objetivo de manter os ex-escravos adstritos à terra, não desestruturando, dessa forma, a agricultura, de cuja mão-de-obra ainda dependia, devido ao insucesso da política de imigração.

Esse encaminhamento pretende conduzir a possibilidades de explicação para a não transformação das propostas apresentadas por Beaurepaire em políticas públicas, tendo-se em vista que suas idéias sintetizavam as sugestões de muitos outros e foram inspiradas pelo conjunto de fatores que faziam parte da utensilagem mental da época.

---

<sup>28</sup> Ibid., p. 349-350.

## 1 ORIGEM, FORMAÇÃO E TRAJETÓRIA

Tanto a montagem de todo o aparato político-administrativo da primeira metade do século XIX, quanto sua posterior atuação, no sentido de adotar medidas para a consolidação das práticas políticas e administrativas a que deram início, foram tarefas que dependeram de homens, não só burocratas, mas também dos fiéis do soberano, dos homens do imperador.

Se essa fidelidade foi indispensável noutras monarquias, não menor foi seu valor no Brasil, onde o imperador D. Pedro II a fiscalizava e escrutinava, fazendo uso, ocasionalmente, do seu famoso *lápiz fatídico*, para eliminar do paraíso os inadequados, atirando-os no temido ostracismo.

Alguns membros da elite imperial, aparentemente, não sofreram esse castigo, tendo permanecido nos quadros imperiais durante todo o segundo reinado e mesmo até após a mudança do regime.

Henrique de Beaurepaire Rohan (1812-1894) foi um membro da elite imperial cuja atuação teve a duração do Segundo Reinado, mas pode-se dizer que antecipou-se a ele tanto quanto durou mais que ele<sup>29</sup>.

Assim, se inicialmente é curioso, estranho até, que um personagem como ele não tenha ainda merecido um estudo de peso por parte da historiografia brasileira, também é compreensível que isso tenha ocorrido dada a dificuldade, para o historiador, obrigar-se a selecionar um único tema e objeto de estudo diante de

---

<sup>29</sup> John Schulz, em seu estudo sobre o Exército na política, ao comentar a queda do número de altas funções exercidas por oficiais militares ao longo do século XIX, destaca que “em 15 de Novembro de 1889 não havia membros militares no conselho ordinário de Estado, e **apenas um** [grifo meu] velho inválido (*sic*) – Beaurepaire Rohan – representava as forças armadas como conselheiro extraordinário ...”(SCHULZ, J. **O Exército na Política: Origens da Intervenção Militar, 1850-1894**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. p. 209).

\* Expressão que em Inglês significa aqueles que fazem parte do círculo de pessoas mais próximas, no caso, do monarca.

trajetória tão longa quanto variada.

Beaurepaire não foi uma figura heróica ou polêmica – o que, de qualquer forma, não é o que as pesquisas históricas de hoje em dia privilegiam -, tanto quanto alguém cujas idéias, propostas e atuação permitem penetrar dentro da sociedade, do universo do qual fez parte.

Nesse sentido, ele é portador das qualidades que o validam para os estudos históricos atuais. Da mesma forma aparentemente ambígua que muitos de seus pares, ele se apresenta, a um só tempo, conservador e reformador ou modernista; questiona mas reproduz, algumas práticas e valores do seu tempo, acomodando-se, e às suas propostas, dentro da dinâmica paradoxal típica do Segundo Reinado.

A historiografia o cita, em inúmeras obras, por ter sido membro de várias elites, pela diversidade de postos que ocupou e para os quais foi chamado tanto pelos gabinetes conservadores quanto pelos liberais, pelas idéias que defendeu, pelas associações e sociedades a que não só pertenceu mas foi também presidente, e pelos momentos críticos da história brasileira dos quais participou.

Dada a extensão e amplitude de sua navegabilidade dentro dos círculos imperiais, despertou respeito, e não nos compete aqui indagar se genuíno ou não. O fato é que as referências a ele são respeitadas, sendo que gozava da intimidade de pequenos grupos sociais, como a do próprio imperador D. Pedro II.

Um exemplo disso é uma história que Pedro Calmon conta, em sua *História de D. Pedro II*, sobre momentos dramáticos vividos pelo monarca e seu *inner circle*\*, alguns dos quais Beaurepaire participou<sup>30</sup>.

No dia 14 de Novembro de 1889, por exemplo, um pequeno grupo reuniu-se na casa do príncipe D. Pedro Augusto para ver a experiência com um fonógrafo. Entre os que compareceram estava Beaurepaire. Acabada a função, o príncipe teve conhecimento de que se preparava alguma coisa. Por volta das 10 horas da noite, já em

---

<sup>30</sup> CALMON, P. **História de D. Pedro II**. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL, 1975, p. 1602-1607. Tomo Quarto.

casa, Beaurepaire foi um dos poucos homens de confiança a receber convocação para uma reunião, à qual faltou, com receio de deixar só a mulher e a neta, sem os criados<sup>31</sup>.

Ocorrido o 15 de Novembro, a 17 D. Pedro parte para a Europa. Lá, recebe alguns amigos, com outros mantém correspondência. Em uma carta de 1890, D. Pedro escreve a Beaurepaire:

Muito prazer causou-me sua carta de 26 de julho e rever seu dicionário. Bem sabe quanto lhe agradeço desde já a dedicatória da 2ª edição. Creio que já terá recebido um exemplar da conferência de Liégeois sobre o livro *Le Brésil*. Se não chegou às suas mãos previna-me, para mandar-lhe outro. Eu vou passando bem e estudando. Peço-lhe dar muitas lembranças minhas à sua família, à viúva do Taunay e ao Alfredo, dizendo-lhe que suas cartas sobre assuntos literários e artísticos seriam muito interessantes para mim. Seu muito afeiçoado D. Pedro de Alcântara.<sup>32</sup>

A atuação de Beaurepaire enquanto militar também é destacada, na coletânea *História Geral da Civilização Brasileira*, tanto no artigo que trata da relação do Exército com o império, quanto num outro que fala da vida política e em particular dos anos de 1864-70, durante a guerra do Brasil com o Paraguai<sup>33</sup>.

Em agosto de 1864 forma-se um novo gabinete, liberal, sob a liderança de Francisco José Furtado. Para Ministro da Guerra é nomeado Beaurepaire. Ao ter início a guerra, Beaurepaire sugere Caxias para o comando das operações. Este condiciona sua aquiescência à nomeação para presidir a província do Rio Grande, alegando que só assim poderia dispor da Guarda-Nacional, a principal força com que poderia contar naquela província em caso de invasão paraguaia, sem ter que submeter-se à decisão do então presidente daquela província<sup>34</sup>.

Beaurepaire concorda, mas não tem o apoio do resto do gabinete, com o qual já andava insatisfeito por eles terem votado contra uma estratégia de guerra que ele

---

<sup>31</sup> Id.

<sup>32</sup> Ibid., p. 1793.

<sup>33</sup> HOLANDA, S.B. de. **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil Monárquico. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

<sup>34</sup> Ibid., p. 32-33.

havia proposto. Assim, solidário com Caxias, pede exoneração. Curiosamente, é substituído por outro militar, o Visconde de Camamú, aparentemente adverso a Caxias<sup>35</sup>.

Terminada a guerra, as discussões passaram a girar em torno da abolição e temas conexos. É de Setembro de 1871 a Lei do Ventre Livre, e de 1878 os importantes Congressos Agrícolas, do Rio de Janeiro (ao qual Beaurepaire submete *Memória*<sup>36</sup>), e do Recife.

A partir de 1880 intensificam-se a campanha abolicionista, a tentativa de atrair imigrantes europeus, e as propostas para reforma das estruturas rurais, entre outras campanhas reformistas.

Em 1881 é organizada a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, cujos mais famosos articuladores são Joaquim Nabuco, André Rebouças e José do Patrocínio. Para presidente honorário nomeiam Beaurepaire Rohan<sup>37</sup>.

Quanto às reformas das estruturas rurais, intensamente discutida em conjunto com as campanhas pela imigração, tiveram bastante influência os debates em torno dos Congressos Agrícolas de 1878 e a atuação da Sociedade Central de Imigração, que funcionou no Rio de Janeiro de 1883 a 1891, e da qual Beaurepaire também foi presidente honorário<sup>38</sup>.

Como administrador público, Beaurepaire iniciou sua atuação em 1842, quando foi nomeado Diretor de Obras Públicas do Rio de Janeiro, tendo, ao final de sua

---

<sup>35</sup> Id.

<sup>36</sup> ROHAN, H. de B. O Futuro da Grande Lavoura e da Grande Propriedade no Brazil Memoria Apresentada ao Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Publicas pelo Sr. Marechal de Campo Henrique de Beaurepaire Rohan. In: CONGRESSO AGRÍCOLA, 1878. Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. p. 242-252.

<sup>37</sup> SILVA, L.D. (Org.). **O ABOLICIONISTA**. Recife: FUNDAJ, Edit. Massangana, 1880-1881.

<sup>38</sup> O papel da Sociedade é comentado por José Murilo de Carvalho em **A Construção da Ordem**: Teatro de Sombras. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ-Relume Dumará, 1996, p. 320-325; e por HALL, M. em Reformadores da Classe Média no Império Brasileiro: A Sociedade Central de Imigração. In: **Revista de História**, São Paulo, v. LVIII, n. 105, p. 147-71, jan/mar. 1976.

administração apresentado um relatório considerado valioso para os estudos sobre a intervenção do governo na ordenação do espaço urbano, por “preconizar uma concepção cientificista expressa no rigoroso formalismo, na racionalidade do traçado e na cientifização das técnicas construtiva<sup>39</sup>.”

Beaurepaire aparece citado em obras que tratam das problemáticas do século XIX como um todo, dada a sua longa trajetória e a variedade de locais onde atuou.. Como resultado disto, qualquer leitura de assuntos relacionados ao Segundo Reinado pode trazê-lo a reboque<sup>40</sup>.

Entre os autores que o exaltam estão seus biógrafos, Visconde de Taunay, Barão Homem de Mello e Raul de Góes, sendo que o último põe em evidência a atuação de Beaurepaire na Paraíba<sup>41</sup>.

Também o exaltam as obras de cunho regional. Assim, no Paraná, por exemplo, Maria Nicolas o apresenta como político atilado, um dos grandes vultos do Segundo Império, abalisado e profundo conhecedor da terra e do povo brasileiro, cientista estudioso, leal, se fazia digno da estima e consideração de todos, professor de raros dotes, pioneiro dos estudos pedagógicos em relação à instrução profissional entre nós. E conclue lamentando nada haver em Curitiba que lhe perpetue a memória, o que “representa uma grande injustiça para com o valoroso Henrique de Beaurepaire Rohan”<sup>42</sup>.

---

<sup>39</sup> SANCHES, M.G. O poder e a organização do espaço: A corte imperial do Rio de Janeiro. **Revista da SBPH**, Curitiba, n. 15, p. 29-35, 1998.

<sup>40</sup> Ver, por exemplo, o capítulo sobre a abolição em SCHULZ, J. **O Exército na Política: ORIGENS DA INTERVENÇÃO MILITAR, 1850-1894**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. p. 113-120.

<sup>41</sup> TAUNAY, Visconde de. Visconde de Beaurepaire Rohan (Esboço Biographico). **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, v. LVIII, p. 75-90; MELLO, Barão H. de. **Biographia do Visconde de Beaurepaire Rohan**. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1899; GÓES, R. de. **Beaurepaire Rohan** (Uma figura do Segundo Império). João Pessoa: A União, 1938.

<sup>42</sup> NICOLAS, M. **Cem anos de vida parlamentar: Deputados provinciais e estaduais do Paraná. Assembléias Legislativas e Constituintes. 1854-1954**. Curitiba: Fundação Cultural, 1954. p. 71-72. Na mesma linha de enaltecimento, encontramos: MARTINS, R. **História do Paraná**. Curitiba: Fundação Cultural, [19\_\_]. p. 419, e CARNEIRO, D. **História do Período Provincial do Paraná**. Galeria de Presidentes da Província. Curitiba: Banestado, 1994. p. 93.

Com o item a seguir, biográfico, o que se pretende é sugerir ao leitor extrapolar a leitura dos dados objetivos em geral apresentados em trabalhos dessa natureza, permitindo um maior *insight* da figura histórica, mas também humana, de que trata este trabalho.

O estudo de caso de um político e intelectual do século XIX possui elementos similares ao de outros homens do mesmo contexto no que se refere a anseios, por um lado, e a limitações impostas pelo momento histórico, por outro.

Embora o objetivo do presente estudo não seja explorar a dimensão humana do personagem, no que se refere às ansiedades que os sucessos ou insucessos de suas aspirações possam tê-lo feito sentir, ele não pode ser visto como dissociado da sua existência social. Parte-se do pressuposto de que suas motivações eram tanto de natureza interna quanto externa.

Os itens a seguir apresentam dados sobre a sua origem, formação e trajetória, para, nos capítulos seguintes, serem analisadas as suas propostas, conhecendo-se suas aspirações e projetos para o Brasil<sup>43</sup>.

## 1.1 NASCIMENTO E FILIAÇÃO

Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire Rohan nasceu a 12 de maio de 1812, num sítio na localidade de Sete Pontes, município de São Gonçalo, Niterói.

Era o filho mais velho de Jacques Antonio Marco de Beaurepaire, Conde de Beaurepaire, e de Dona Maria Margarida Skeys de Rohan.

Teve dois irmãos, um dos quais também foi militar; e uma irmã, Elisa, nascida em 1823, mais tarde dama de honra da Imperatriz Thereza Cristina Maria a quem foi buscar em Nápoles na esquadra comandada pelo seu tio, Theodoro de Beaurepaire, em 1843, para casar com D. Pedro II.

---

<sup>43</sup> Os dados biográficos sobre Beaurepaire foram extraídos principalmente de MELLO, Barão H. de. **Biographia do Visconde de Beaurepaire Rohan**. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1899, e GÓES, R. de. **Beaurepaire Rohan** (Uma figura do Segundo Império). João Pessoa: “A União”, 1958.

Foi batizado na Catedral do Rio de Janeiro, tendo por padrinhos o príncipe real D. Pedro de Alcântara e a rainha D. Carlota Joaquina.

## 1.2 PARENTESCO E FORMAÇÃO

A figuras mais relevantes na formação de Beaurepaire foram a de seu pai e também a de sua mãe. Foram eles quem lhe ensinaram as primeiras letras, para só mais tarde mandá-lo estudar no colégio francês do Prof. Mallet, no Rio de Janeiro.

Igualmente relevante na sua formação foi o fato de que, desde a infância, Beaurepaire passou a acompanhar seu pai, Comandante de Armas da Marinha Brasileira, aos postos que ocupou em diversas Províncias do Brasil. O Conde, além de militar era geógrafo, tendo sido autor de um atlas geográfico adotado nas escolas da Corte<sup>44</sup>.

Nas visitas de inspeção que fazia, o Conde tinha um hábito, que transmitiu ao filho – a coleta de todas as informações que podia obter sobre a geografia e a história das diversas localidades que visitava e que pudesse interessar à economia do país. Ao falecer, teria deixado aos filhos um manuscrito com a relação de suas viagens pelo Brasil, além de um dicionário de termos técnicos.

Com relação à mãe, o único dado que foi possível obter dela é que era descendente de um ramo dos Rohan, filho do consul inglês no Rio de Janeiro John Skeys e de sua mulher D. Isabel de Rohan, ambos naturais da Irlanda, de onde fugiram durante as guerras de religião. Foram então para Lisboa e por ocasião da invasão das tropas francesas vieram para o Rio de Janeiro.

Os pais de Beaurepaire conheceram-se, portanto, no Rio de Janeiro, onde se casaram em 1811.

Um detalhe interessante é a adoção do sobrenome da família da mãe por parte dos filhos – não apenas Henrique (a quem geralmente nos referimos como

---

<sup>44</sup> Esta informação está na **Biographia do Conde Beaurepaire, por seu filho o Visconde de Beaurepaire Rohan**. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1899. p. 38.

Beaurepaire) e seus irmãos o adotam e passam a assinar Rohan, mas a mãe dele também não adotou o nome do pai dela, e sim o da mãe, ou seja, era a linhagem materna que a várias gerações conferia distinção aristocrática à família.

De acordo com verbete da *Enciclopédia Britânica*, os Rohan representavam importantíssima família na França, tendo exercido tamanha influência que alguns períodos históricos eram referidos como a “época dos Rohan”<sup>45</sup>.

Alguns detalhes precisam ser destacados daquele verbete para demonstrar, por exemplo, que a carreira militar e os compromissos com a monarquia, da qual fizeram parte na história da França desde 1120, era tradição familiar entre os Rohan.

René II (1550-86) foi um líder militar dos Huguenotes nas Guerras de Religião, assim como seu filho Henry (1579-1638). Este liderou os huguenotes em revolta contra o governo de Maria de Médicis em 1615-16, tornando-se o mais famoso general nas guerras civis da década de 1620. Por duas vezes ele fez tratados com o governo do rei Luís XIII, os quais tiveram pouca duração, reiniciando-se as lutas até a Paz de Alais. Depois de uma longa estada em Veneza, ele retornou à França e recebeu o comando do exército enviado para a Suíça para intervir contra as forças dos Habsburgos. Embora militarmente vitorioso, René não conseguiu ganhar a adesão da população e foi expulso em 1637. Depois de um período em Geneve, ele foi para a Alemanha onde morreu em uma batalha. Durante sua vida ele publicou uma obra-prima de teoria militar intitulada *Le Parfaict Capitaine* (1636), traduzida para o inglês com o título *The Complete Captain* (1640), além de ter deixado diversos escritos autobiográficos. Seu irmão Benjamim também se destacou como um rebelde hugenote, que liderou expedições da Inglaterra contra a costa oeste da França e morreu em Londres como um respeitado exilado.

Um outro interessante caso da família deu-se por volta de 1645, quando Marguerite tomou como marido um nobre sem recursos, Henry Chabot. A Coroa

---

<sup>45</sup> ROHAN. In: ENCLYCLOPAEDIA Britannica. Chicago: Encyclopaedia Britannica, 1968. V. 19, p. 443-444.

francesa erigiu para ele um novo ducado de Rohan, com a condição de seus filhos serem católicos<sup>46</sup>. Foi também estipulado que eles deveriam adotar o nome e o brasão dos Rohan. Isto desagradou a alguns, mas o direito dos descendentes de Chabot usarem o nome dos Rohan foi confirmado por Luís XIV em 1704, direito este preservado até o século XX.

Foi um Charles de Rohan, príncipe de Soubise (1715-1787) quem lutou na Guerra dos Sete Anos. Segundo o verbete, ele era melhor em lisonjear as amantes do Rei Luís XV do que como soldado e foi derrotado por Frederico o Grande na Batalha de Rossbach em 1757, mas o sucesso numa batalha posterior garantiu-lhe o posto de Marechal da França. Ele foi também Ministro de Estado.

As citações acima, um tanto longas mesmo embora não dando conta de toda a história dos Rohan, têm o objetivo de melhor ilustrar o *background* de onde vem Henrique de Beaurepaire Rohan. Deve ter feito parte de sua infância ouvir contar os feitos de seus ancestrais e pode-se imaginar como tudo deve tê-lo influenciado e inspirado.

Cumprir apresentar ainda alguns dados sobre seu pai, dada a importância do mesmo na vida e na formação de Beaurepaire.

Jacques Antonio Marcos, Conde de Beaurepaire, General do Exército brasileiro, nasceu em Toulon, França, em 1771 e faleceu no Rio de Janeiro em 1838. Era filho primogênito do Conde Amadeu Bernardo Amabile Marcos Antonio de Beaurepaire, e de sua mulher Clara Fery<sup>47</sup>.

Em 1787, aos 16 anos de idade, o jovem Jacques Antonio entrou no serviço da Marinha Francesa, na qual seu pai, avô de Henrique de Beaurepaire, ocupava o

---

<sup>46</sup> Acordo aparentemente respeitado por todas as gerações pois, na biografia que Henrique escreveu sobre seu pai, ele destaca o fato de aquele ter sido, além de monarquista constitucional, católico apostólico romano, preceitos nos quais educou seus filhos. (Ibid., p. 27-28).

<sup>47</sup> ROHAN, Visconde de Beaurepaire. **Biographia do Conde de Beaurepaire Rohan por seu filho o Visconde de Beaurepaire Rohan**. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1899. p. 3.

posto de Capitão de Mar e Guerra<sup>48</sup>.

Mas o turbilhão da Revolução de 1789 e a tomada de Toulon em 1793 o levaram, com toda a sua família, para a Itália, e de lá, para a ilha de Elba, onde o pai morreu, vencido pelos desgastes do desterro.

De Elba, a família foi para Lisboa onde, em 1798, graças aos estudos e especiais habilitações que tinha e à intervenção protetora de um fidalgo francês, Jacques foi nomeado 1º Tenente da Brigada Real da Marinha. Além disso, seu irmão Theodoro foi colocado no Colégio dos Nobres, e sua mãe dotada de uma pensão<sup>49</sup>.

A invasão nesse reino, em 1807, do exército francês comandado por Junot, determinou o príncipe regente a retirar-se para o Brasil. Partindo de Lisboa com toda a família real, em 29 de Novembro, chegaram ao Rio de Janeiro a 7 de março do ano seguinte.

Integrado à escolta que acompanhou a família real, na qualidade de Capitão-tenente, veio o Conde com todos os seus. Naquele mesmo ano foi promovido a Tenente-Coronel e agregado ao Estado-Maior da Real Brigada.

Em janeiro de 1823, o Conde de Beaurepaire, então Coronel do Estado-Maior, foi nomeado Comandante Militar das comarcas de Ilhéus e Porto Seguro, com o encargo de criar um ou dois corpos de milícia da arma, que julgasse a mais conveniente, fazendo o plano da organização, a proposta de oficiais e pondo em defesa as barras dos rios mais freqüentados pelo comércio.

Em janeiro do mesmo ano partiu a bordo da corveta Maria da Gloria,

---

<sup>48</sup> Esse avô de Henrique de Beaurepaire Rohan, além dos serviços que havia prestado nas guerras na Inglaterra, comandou uma fragata na esquadra do Conde de Grasse, enviada pelo governo francês em auxílio da independência dos Estados Unidos da América, pelo que foi condecorado com a insígnia da Ordem de Cincinati. Depois da morte de Luiz XVI, fez parte do Comitê estabelecido em Toulon, em nome de Luiz XVII. Cf. ROHAN, Visconde de Beaurepaire. **Biographia do Conde de Beaurepaire Rohan por seu filho o Visconde de Beaurepaire Rohan**. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1899, p. 27-28.

<sup>49</sup> O Colégio dos Nobres foi criado em Portugal em 1761, dois anos após a expulsão dos jesuítas, pela ação de Sebastião de Carvalho e Melo, com a finalidade de dar aos filhos da nobreza uma alternativa para o serviço do Estado que não fossem as carreiras eclesiástica e jurídica. Cf. CARVALHO, J.M. **A Construção da Ordem**, Unificação da elite: uma ilha de letrados. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Relume Dumará, 1996. p. 57-58.

comandada por seu irmão o Capitão de fragata Theodoro de Beaurepaire e, em 22 de Fevereiro chegou ao porto de Jaraguá, na província de Alagoas, seguindo daí por terra em direção a Cangurungu, onde se achava acampado o General Pedro Labatut, Comandante-em Chefe do Exército.

Depois de alguns dias nesse lugar, seguiu viagem indo instalar-se na fortaleza Morro de São Paulo, onde a 25 de Abril chegava a esquadra brasileira comandada por Lord Cochrane, a quem o Imperador nomeara Primeiro Almirante, encarregando-o da organização de todo o serviço marítimo, a fim de bloquear a cidade da Bahia<sup>50</sup>.

Que relevância tem os fatos expostos na formação de Beaurepaire? Ora, esses eventos, essa trajetória de seu pai, de seu tio - que foi também a de outros ancestrais -, bem como a de outros líderes aos quais se assemelhavam, com quem Henrique de Beaurepaire conviveu e cujas ações louvava como heróicas, devem ter contribuído para moldar-lhe o caráter e inspirar-lhe a ação. Destacá-las tem, portanto, o objetivo de ressaltar a importância não só da formação, como também a da socialização<sup>51</sup>.

Esse período em que Beaurepaire acompanhou o pai nessas incursões pelas

---

<sup>50</sup> Segundo John SCHULZ (O Exército e o Império. In: HOLANDA, S. B. de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II O Brasil Monárquico. v. 4. Declínio e queda do Império. São Paulo : Difusão Européia do Livro, 1971. P. 235-258), D. Pedro I iniciou seu reinado contratando estrangeiros, comandados pelo Almirante Cochrane, para expulsar os lusitanos de seus portos do Norte. Em 1827-8, quando dos conflitos na Província Cisplatina, Pedro I teria chegado a contratar mercenários irlandeses e alemães. Segundo o autor, a retirada das tropas portuguesas deixou D. Pedro sem exército, e problemas econômicos e as imediatas dificuldades da guerra tornavam difícil a criação de forças armadas, criando a necessidade de se contratar estrangeiros.

<sup>51</sup> Num determinado momento da biografia sobre seu pai, Beaurepaire presta homenagem à atuação de diversos homens estrangeiros que teriam dado sua contribuição ao país nos seus momentos críticos: “Na época da nossa independência, não foram tão somente os naturais do país, que se interessaram por esse grande movimento político. Os Portugueses, que aqui se achavam então, adheriram a esse acto com a maior espontaneidade, e, além d’elles, muitos estrangeiros distintos e de diversas nacionalidades vieram, à porfia, oferecer seus serviços em prol da grande causa, como Augusto Leverger, Greefel, Parker, Taylor, Norton, Subrá Jewit e muitos outros, que se assignalaram pela sua fidelidade no cumprimento de seus deveres e terminaram sua carreira nos mais elevados postos da armada e do exército” (ROHAN, Visconde de B. **Biographia do Conde de Beaurepaire, por seu filho o Visconde de Beaurepaire Rohan**. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1899. p. 25).

Províncias do Brasil, atuando como ajudante de alguma espécie, lembra em parte os tempos medievais e a formação dos jovens filhos da aristocracia cavaleira, conforme estudado por Georges Duby em sua obra sobre a trajetória de um cavaleiro andante nas cortes da França e da Inglaterra na Idade Média<sup>52</sup>.

Completados os oito ou dez anos de idade, os meninos eram enviados para longe, para a casa de algum nobre senhor, onde teriam algumas atribuições, aprendendo habilidades guerreiras e a portar-se de acordo com a honra de cavaleiro, passando a pertencer, em posição subalterna, à armada sustentada por um novo patrono, o qual se incumbia de educá-los e entretê-los<sup>53</sup>.

No caso de Beaurepaire, esse patrono foi o Estado imperial. Em 1824, quando freqüentava, na Corte, as aulas de ensino secundário do colégio dirigido por Pedro Felix Mallet, teve seus estudos interrompidos por portaria do Ministério da Guerra, determinando que seguisse à Bahia, a fim de servir junto a seu pai. Tinha então 12 anos.

Em recompensa pelos serviços prestados à causa da Independência, em 1825 o Conde foi promovido a Brigadeiro, bem como recebeu outras comendas. Em 1826 foi nomeado Comandante das Armas da província do Piauí. Dois anos mais tarde, aos 55 anos de idade e viúvo, instalou-se em Oeiras, antiga capital daquela província, onde permaneceu durante quatro anos.

Em 1830, preocupado com a educação dos filhos, o Conde retornou ao Rio de Janeiro.

Beaurepaire havia passado todos esses anos nas Províncias da Bahia e Piauí. Era 2º Tenente quando, em junho de 1831, recebeu comunicação para matricular-se na Academia Real Militar. Em julho do mesmo ano, chegando ao Rio de Janeiro, incorporou-se ao Batalhão dos Oficiais Soldados Voluntários da Pátria.

---

<sup>52</sup> DUBY, G. **Guilherme Marechal**, ou o melhor cavaleiro do mundo. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

<sup>53</sup> *Ibid.*, p. 90-91.

Em 1832, Beaurepaire matriculou-se na Academia Militar. Três anos depois foi promovido a 1º Tenente, e em 1837, a Capitão, passando então para o Corpo de Engenheiros. Tendo concluído seus estudos matemáticos e das doutrinas que constituíam o curso de Engenharia, foi mandado praticar sob a direção do Major Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde.

Doente desde 1836, o Conde seu pai morreu em julho de 1838, acometido de uma congestão cerebral. Com as honras militares devidas ao seu posto de Marechal-de-Campo, foi sepultado nas catacumbas da Ordem Terceira de São Francisco de Paula, de onde mais tarde foi removido para o cemitério São João Batista, na Lagoa.

Beaurepaire não pôde estar ao lado do pai quando este morreu porque tinha recebido ordem de seguir para a Bahia, quatro meses antes, para incorporar-se ao Exército que, sob o comando do Marechal João Callado, bloqueava a capital daquela Província.

Considerando os laços que uniam pai e filho e a morte do primeiro que agora os separa, pode-se tomar esse momento, a partir de 1838, como um marco na vida e carreira de Beaurepaire. Ele está só, sem aquele a cujos passos os seus estiveram, em grande, medida atrelados.

Por este motivo, o item a seguir trata do desenvolvimento de sua carreira.

### 1.3 CARREIRA

Beaurepaire foi bastante versátil no que se refere à sua atuação, apresentada a seguir<sup>54</sup>.

Como engenheiro militar, Beaurepaire costumava ser encarregado de levantar plantas de entricheiramento durante períodos de guerra civil, fazer a inspeção de obras militares, determinar a navegabilidade de rios e a direção mais curta e conveniente de estradas, assim como examinar as fortalezas construídas ao longo do

---

<sup>54</sup> Uma relação cronológica, detalhada, encontra-se no ANEXO 1 – OCUPAÇÕES, ao final deste texto.

litoral, entre outras.

Na categoria de engenheiro, foi Diretor de Obras do Município Neutro – forma como à Corte do Rio de Janeiro, sede do governo -, em cuja função se destacou, tendo o relatório, por ele apresentado em 1843, sido publicado mais de uma vez<sup>55</sup> e as propostas então feitas, aproveitadas décadas mais tarde, em mais de uma administração, além de ter sido objeto de análise em estudos acadêmicos, os quais destacaram o perfil modernizador, visionário e prático das medidas sugeridas<sup>56</sup>.

Enquanto viajava, caracterizava-se como um observador, tanto o estudioso que coletava dados históricos e geográficos para depois disponibilizá-los aos jornais ou instituições culturais, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual era membro correspondente desde 1847, quanto o estrategista militar, cuja qualidade das informações levantadas indicam preocupações de segurança nacional que eram possivelmente relatadas ao Ministério da Guerra, ao qual pertencia.

Na qualidade de observador e de estrategista militar, visitou, durante os anos de 1843 a 1848, as Províncias do Mato Grosso, Paraná e São Paulo<sup>57</sup>.

A partir de 1856, ocupa as presidências das Províncias do Paraná, Pará e Paraíba.

Ao ascender a postos mais elevados no Exército, foi nomeado Ministro da Guerra em 1864, tendo sido responsável pela organização das forças de defesa nacional, inclusive mandando cumprir o decreto chamando os *Voluntários da Pátria*.

Não permaneceu naquele posto mais que seis meses, em virtude de divergências com o gabinete, no que se referia à concessão de condições impostas por Caxias para aceitar o comando das operações de guerra.

---

<sup>55</sup> Ver: ROHAN, Henrique de Beaurepaire. Relatório Apresentado a Ilma. Câmara Municipal do Rio de Janeiro. **Revista do IHGB**, Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, v. 275, p. 201-232, 1968.

<sup>56</sup> Ver: SANCHES, M.G. O poder e a organização do espaço: a corte imperial do Rio de Janeiro. **Revista da SBPH**, Curitiba, n. 15, p. 29-35, 1998.

<sup>57</sup> Os relatórios dessas viagens encontram-se relacionados no ANEXO 5 – ESCRITOS, ao final deste texto.

A partir de 1856 ocupa sucessivamente as funções de Diretor da Fábrica de Pólvora da Estrela, Comandante das Armas da província de Pernambuco, Comandante do Corpo de Estado-Maior, presidente do Conselho de Compras do Ministério da Guerra, Conselheiro de Guerra.

Em 1886 é nomeado Conselheiro de Estado Extraordinário; em 1890 foi nomeado para fazer parte da comissão de organização do Código Militar e do processo e, finalmente, de 1893 a 1894, Ministro do Supremo Tribunal Militar.

Durante todos esses anos não abandonou seus estudos e pesquisas, cuja relação encontra-se relacionada no Anexo 5, ao final deste texto. Foi também presidente da comissão que elaborou a carta geográfica do Brasil.

#### 1.4 PROMOÇÕES

Estudar o ritmo das promoções de Beaurepaire é interessante porque elucida alguns aspectos que vimos estudando, como as vantagens conseqüentes das socializações a que estava exposto, sua caracterização como membro da elite imperial, e até uma certa ambigüidade no seu perfil.

Segundo estudo desenvolvido por John Schulz, “indivíduos que passaram a vida subindo lentamente numa hierarquia tendem a identificar-se com a hierarquia” e, “os oficiais aristocráticos do início do século progrediram em suas carreiras graças às suas conexões sociais e consideravam-se tão liberais ou conservadores quanto militares”<sup>58</sup>.

Trata-se, obviamente, de uma observação reducionista, simplista e genérica, e que não leva em conta a formação e trajetória de elementos específicos, mas pode-se aceitar como verdadeira a afirmação de que fidelidade ideológica a qualquer partido não era sua preocupação principal. As tendências podiam oscilar, entre os oficiais do início do século, dentro do que fosse mais seguro e conveniente para o regime.

---

<sup>58</sup> SCHULZ, J. **O exército na Política**: Origens da Intervenção Militar, 1850-1894. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. p. 30.

Ora, dizem de Beaurepaire seus biógrafos, que era liberal moderado, aspecto interessante considerando que, em política, o liberalismo surge como uma alternativa, para dizer o mínimo, ao *ancien régime*. Mas, é claro, trata-se de uma concepção muito mais ampla, complexa e que abrange várias instâncias da vida. Teoricamente atraente, sua adoção no todo mostrou-se incoerente com a realidade brasileira.

Tem-se então em Beaurepaire um liberal que, ao mesmo tempo em que propõe medidas reformadoras e modernizantes, como a abolição da escravidão com reforma agrária, mostra-se preocupado com a manutenção da ordem. Monarquista e também conservador, nessa reforma agrária propõe apenas a concessão útil da terra, com a finalidade de manter a mão-de-obra necessária adstrita à terra, e de não perderem, a elite agrária, essa mesma mão-de-obra de onde extraíam sua riqueza e seu poder.

Assim, nesse equilíbrio, perfeitamente sustentável naquele tempo, ele vai avançando continuamente, na carreira política e militar: é o próprio John Schulz quem constatou que “durante o *ancien régime*, a política civil desempenhava um papel decisivo na carreira dos mais competentes oficiais”<sup>59</sup>.

Uma lei de 1850, estabelecida pelo Ministro Manoel Felizardo de Souza e Mello, instituiu normais rígidas de promoção por antigüidade, abolindo o sistema aristocrático que permitia a oficiais bem relacionados atingir altos postos de comando com pouca idade<sup>60</sup>, mas embora Beaurepaire tivesse laços estreitos com os níveis mais elevados das elites, ele havia também iniciado sua carreira muito antes disso, tendo se formado pela Academia Real Militar em 1838, conforme visto anteriormente neste capítulo<sup>61</sup>.

Tendo iniciado sua carreira em 1829, como 2º Tenente, em 1842 era Major e

---

<sup>59</sup> Ibid., p. 28.

<sup>60</sup> Ibid., p. 26.

<sup>61</sup> Com relação ao ritmo das promoções de Beaurepaire, uma lista delas encontra-se no ANEXO 2 – PROMOÇÕES, ao final deste texto.

foi neste posto que ocupou o cargo de Diretor de Obras da Corte. Entre 1853-56, quando passou a atuar como presidente de Províncias, era Tenente-Coronel, tendo chegado a Coronel em 1858. Em 1864, quando nomeado Ministro da Guerra, era Brigadeiro (General). Após esse período, até o posto de Marechal, transcorriam-se geralmente 2 a 4 anos de intervalo entre uma promoção e outra.

## 1.5 FILIAÇÕES

Conforme já foi mencionado, Beaurepaire pertencia a muitas sociedades literárias e científicas, tanto nacionais quanto estrangeiras<sup>62</sup>.

São institutos, clubes, associações e sociedades culturais, bem como outras que trabalhavam em prol de alguma causa nacional, entre as quais se destacam a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, fundadora do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Sociedade Central de Imigração<sup>63</sup> - da qual foi presidente até 1891 -, quando ela se exauriu junto com as forças de seus principais líderes, e a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, fundada em 1880 por Joaquim Nabuco, André Rebouças e outros, para a qual foi aclamado presidente honorário ao lado de Muniz Barreto e Saldanha Marinho.

## 1.6 ESCRITOS

Os textos escritos por Beaurepaire foram de variada natureza. Há os Relatórios Administrativos, de Presidente de Província, dentro dos quais encontram-se informações da situação geral local no momento de sua elaboração e sugestões para o melhoramento e o progresso das mesmas províncias. É desses documentos que foram extraídas muitas das propostas modernizantes analisadas nos próximos capítulos.

---

<sup>62</sup> Uma relação das mesmas pode ser consultada no ANEXO 4- FILIAÇÕES, ao final deste texto.

<sup>63</sup> O papel da *Sociedade Central de Imigração* foi estudado por HALL, M.M. em Reformadores da Classe Média no Império Brasileiro: a Sociedade Central de Imigração, **Revista de História**, São Paulo, v. LVIII, n. 105, p. 147-171, jan./mar. 1976.

Os textos de investigações históricas e geográficas são geralmente fruto de levantamento de informações efetuadas a pedido, como nos relatórios de viagem, ou suscitadas por declarações de contemporâneos de Beaurepaire, das quais ele discordava por considerar errôneas.

Existe um corpo documental ainda não investigado, por extrapolar os propósitos do presente trabalho, bem como pela falta de recursos e tempo necessários. São os relatórios de missões militares, os quais farão parte de projetos futuros.

Momentos críticos da política nacional despertaram em Beaurepaire o intelectual<sup>64</sup>, responsável pelos textos que equilibram crítica e conciliação, propondo medidas reformistas, mas imbuídas de um espírito mais conservador que radical.

Os textos que podem ser categorizados dentro das descrições acima mencionadas foram, quase todos, localizados e seus títulos encontram-se relacionados no Anexo 5.

De acordo com seus biógrafos, porém, Beaurepaire tinha um grande número de interesses e desenvolvia vários estudos, dos quais não se conhece o destino, se é que tais textos realmente existem e foram preservados.

É válido especular sobre a existência desses estudos dado o valor que podem ter para o desenvolvimento das pesquisas nacionais de diversas áreas. Beaurepaire interessava-se por botânica, por exemplo, e fazia estudos nessa área. Dizem, seus biógrafos, que mantinha um jardim botânico em seu sítio de Niterói com espécies de toda a flora nacional.

Além disso, é comum homens públicos deixarem um acervo, responsabilizando pessoa da família ou amigos pela sua guarda e preservação. Lamentavelmente, até o momento, não foi possível conhecer o destino que possam ter

---

<sup>64</sup> Está-se levando em conta aqui o fato de que um intelectual do século XIX não tem a mesma pretensão, autonomia nem o compromisso político que a categoria passa a assumir a partir da publicação de *J'Accuse* por Emile Zola em 1890. Segundo Christophe Charle (**The intellectuals after the Dreyfus Affair**, uses and blindness of historical memory. Disponível em: <<http://www.unc.edu/depts/europe/conferences/ACLS98/charle.html>> Acesso em: 25/08/2002.)

recebido esses outros papéis, nem descobrir seu guardião, se é que existem.

## 1.7 COMENTÁRIOS

Uma análise dos dados biográficos de militares, em diversos países e épocas, revelam que essa carreira é geralmente seguida por tradição familiar. Foi isto o que de certa forma ficou demonstrado com os dados levantados a respeito de Beaurepaire, e, no Brasil imperial, outros homens que se destacaram nas armas, tais como: Caxias, Osório, Mallet, Vilagran Cabrita, os irmãos Severiano e Deodoro da Fonseca e Bittencourt<sup>65</sup>.

Beaurepaire foi possivelmente um estrategista militar de importância maior do que a historiografia tem percebido em virtude do aparente pouco interesse em explorar esse aspecto.

É, pois, importante refletir também a partir dessa possibilidade, principalmente em função das querelas existentes entre Brasil e nações fronteiriças, mas também em atenção às missões que ele recebia para viajar a pontos estratégicos do país.

Como estrategista, existem indícios, ainda por serem confirmados em pesquisas futuras, de que desempenhou funções de agente da inteligência para o Exército brasileiro nos limites à sudoeste.

Nos próximos capítulos serão analisados seus projetos para o Brasil, primeiramente enfocando a Educação e, posteriormente, assuntos relacionados à Abolição.

---

<sup>65</sup> PILLAR, O.L.F. **Os patronos das Forças Armadas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, [19\_\_].

## 2 EDUCAÇÃO

No que tange à educação, Beaurepaire preocupou-se com a alfabetização, mas coloca peso maior no ensino profissionalizante e técnico, voltado para o atendimento às necessidades que o país tinha de mão-de-obra mais bem preparada para a atividade agrícola e para outras atividades que pudessem ser desenvolvidas de acordo com as especificidades locais.

Essa educação visava à formação de habilidades que contribuíssem com a promoção do progresso regional e nacional, mas também pretendia preservar a mão-de-obra existente no meio rural, tanto a escrava quanto a livre, sendo que esta última, vista como ociosa, precisava ser educada para ser inserida, *voluntariamente*, no mundo do trabalho.

Nesse sentido, Beaurepaire dava maior importância ao ensino de matérias ligadas às ciências exatas e naturais, por causa da utilidade que podiam ter, que àquelas de teor humanístico as quais, na opinião dele, só serviam para a formação de uma classe inoportuna de aspirantes a empregos públicos<sup>66</sup>.

Acreditava que, se fosse feito um levantamento das aptidões, muito maior seria o número de indivíduos com vocações industriais do que daqueles com vocações literárias.

No próximo item são apresentadas suas opiniões, para, no item posterior, ser traçado um breve histórico da história da educação no Brasil, enfatizando a instrução profissional e buscando entender por que os homens públicos passam a se preocupar

---

<sup>66</sup> Um outro engenheiro francês, muito conceituado no Recife, Henrique Augusto Milet, anos mais tarde, se referindo ao mesmo assunto, diz que essa tendência, de existir aspirantes a empregos públicos acontecia por culpa do governo que não disponibilizava recursos para financiar a iniciativa privada e quando ela se manifestava, o governo aparecia para cobrar impostos tão exorbitantes que inviabilizavam a abertura e continuidade dos negócios de particulares. Ver: Congresso Agrícola do Recife, 1878. **Trabalhos**. Recife, CEPA/PE, 1978. p. 154.

com o tema.

## 2.1 AS PROPOSTAS DE BEAUREPAIRE

### 2.1.1 Província do Paraná

A primeira vez que Henrique de Beaurepaire Rohan expressou suas idéias a respeito do papel da educação foi em 1856, ao apresentar relatório de sua administração interina da Província do Paraná.

Tenente-Coronel de Engenheiros que era, ele havia vindo para cá em 1853 na qualidade de Secretário-de-Obras do presidente Zacarias de Goes e Vasconcelos. Quando este foi substituído por Theofilo Ribeiro de Rezende, Beaurepaire passou a Vice-Presidente, e foi nessa condição que, poucos meses depois, com a partida daquele, assumiu interinamente a presidência da província.

Nesse relatório, sob o item *Instrução*, há referências às imperfeições do sistema, como a inexistência de livros apropriados para o ensino primário: para aprender a ler, os alunos levavam cartas particulares à escola – a pedido dos professores – as quais eram repletas de erros ortográficos, além de segredos pessoais que ficavam, então, expostos.

A instrução feminina, como em outras províncias, resumia-se a ler, escrever e nos trabalhos de agulha. Ele recomenda a instalação de um colégio em Curitiba para que as filhas pudessem receber “essa educação, que deve ser o predicado de boas esposas e boas mães de família”<sup>67</sup>.

Era uma crença, mais ou menos generalizada à época, que numa casa onde as mães eram alfabetizadas, os filhos também o seriam, pois que esta transmitira a eles seus conhecimentos. Neste sentido, o Estado estaria cooptando a participação da mãe

---

<sup>67</sup> PARANÁ. **Relatório Apresentado Á Assembléa Legislativa Provincial do Paraná No Dia 1º de Março de 1856 pelo Vice-Presidente em Exercício Henrique de Beaurepaire Rohan**. Curityba: Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1856. p. 35.

no esforço de construção de uma nova realidade sócio-cultural para o país<sup>68</sup>.

No período compreendido entre 1853 a 1856, a instrução secundária consistia apenas em uma cadeira pública de latim, regida pelo professor João Manoel da Cunha, e nas de francês, inglês e música, que se achavam vagas.

A cadeira de latim esteve concentrada em Paranaguá, mas Zacarias de Goes e Vasconcelos a tinha transferido para Curitiba, com a intenção de centralizar todas as disciplinas de ensino secundário num liceu.

Alguns protestaram, ao que Beaurepaire ponderou que o segredo da educação não consistia apenas em multiplicar-se, como muitos acreditavam, por todos os meios possíveis, o número de escolas literárias, com manifesta exclusão das escolas industriais<sup>69</sup>.

Argumentou que se fosse feito um rigoroso levantamento das tendências naturais, seria observado que as vocações para a literatura ocupavam um número insignificante, relativamente às industriais, e que os jovens entregavam-se exclusivamente ao estudo das letras porque, nos seus desejos de instrução, outros meios não encontravam à sua disposição<sup>70</sup>.

Sugere, então, que à mocidade fossem oferecidas escolas práticas de ciências exatas e naturais aplicadas ao comércio, às artes, à agricultura, à botânica, à mineralogia, à zoologia, enfim, às ciências que os ensinariam a explorar economicamente os recursos naturais de suas regiões.

Segundo Beaurepaire, se aquele tipo de escolas fosse criado, dentro em breve o país veria a estatística dos homens úteis consideravelmente aumentada. Para ele, a geometria, a física e a química também aperfeiçoavam a linguagem; como qualquer tratado de retórica, elas retificariam o entendimento; como a lógica, inspirariam o

---

<sup>68</sup> Crença verificável na bibliografia sobre educação no século XIX, bem como presente nos relatórios da administração de Zacarias de Góes e Vasconcelos para a província do Paraná, período de 1853-1855.

<sup>69</sup> Ibid., p. 36

<sup>70</sup> Id.

amor pelas investigações científicas; enfim, vantagens superiores sobre a educação puramente metafísica<sup>71</sup>.

Com relação a Paranaguá, que pedira a restituição da cadeira de latim, alegando ser a cidade marítima e comercial, ele respondeu:

Quanto á lingua franceza, devo reconhecer que a camara pensa bem; mas, quanto á necessidade do latim, creio que mais judiciosa foi ella na proposta que fez do estabelecimento de um estaleiro de construcção, para utilizar a aptidão da generalidade de seus municipes, para a vida do mar. E não pensáraõ melhor que aquella illustrada corporação aquelles que dotarem Paranaguá, e portanto todo o littoral da provincia, com um curso theorico e pratico de commercio e pillotagem? Certamente, senhores, por um ou outro latinista raro, que possa aquella cidade fornecer á litteratura, mais ganharia ella se se educasse a mocidade para o commercio e a marinha, que são a base de sua riqueza e prosperidade<sup>72</sup>.

E conclui que Paranaguá teria mais vantagem com a presença de uma escola onde o jovem aprendesse a dirigir uma casa de comércio ou um navio no mar, que com uma escola de línguas mortas.

Um levantamento efetuado nos relatórios posteriores de outros presidentes da mesma Província demonstrou que as discussões e medidas relacionadas à educação limitaram-se a questões de caráter administrativo e dados estatísticos.

Em 1866, por exemplo, o presidente Padua Fleury informa que pedira autorização à Assembléia Legislativa para reformar a instrução, no que se referia à seleção de professores e inspeção do desempenho dos mesmos<sup>73</sup>.

Em 1867 o presidente Polidoro Cesar Burlamaqui se mostra muito pessimista e desfavorável àquelas que ele aponta como idéias predominantes na época: o ensino obrigatório e a criação de escolas normais. Para que o primeiro fosse implementado, seria necessário, ele argumenta, aumentar o número de escolas, de professores e seus ordenados, além da criação de asilos para a infância indígena, caixas de beneficência e bibliotecas populares. Com relação à criação de escolas normais, ele diz que, via de

---

<sup>71</sup> Id.

<sup>72</sup> Ibid., p. 37.

<sup>73</sup> Ibid., p. 256.

regra, só queria ser professor quem não podia ser outra coisa. Afinal, pergunta, “que perspectiva agradável se oferece ao aspirante ao magisterio?”. Conseqüentemente, não valeria a pena criar tais cursos<sup>74</sup>.

Nos anos seguintes, prevalece o pessimismo e as comparações do atraso brasileiro, relativamente aos países considerados mais avançados, onde o ensino obrigatório era adotado.

Mas essa é uma outra questão, cuja discussão estendeu-se por muitas décadas e cuja implementação dependia de fatores que envolviam desde o convencimento dos pais a respeito da utilidade do ensino numa sociedade onde não havia exatamente um mercado de trabalho com uma demanda generalizada de variadas profissões, até a necessidade de o governo proporcionar vias de acesso ou caminhos tráfegáveis à escola, elemento aliás ainda ausente em muitas regiões do país no novo milênio em que vivemos.

Com relação ao ensino profissional, somente em 1876 é que o presidente do momento diz reconhecer “a necessidade de uma cadeira de noções de agricultura, mas devido ao estipendio que se possa prometer ao professor estrangeiro, não insisto”<sup>75</sup>.

Ésse é um argumento bastante ilustrativo da época, o da necessidade de enviar nacionais para a Europa a fim de habilitarem-se nas ciências, trazendo novos conhecimentos para o Brasil, bem como a crença de que era no exterior que poderiam ser encontrados instrutores *prontos* para vir ensinar nalgumas escolas que aqui se pretendia instalar.

Em 1880 são criadas na Província do Paraná duas cadeiras de ciências naturais, e outra de física e química. Em 1882, é a vez da inauguração das escolas noturnas, sendo que em Paranaguá havia uma mantida pelo Club União dos Artistas freqüentada por 42 operários; outra mantida por alguns escravos, e uma terceira

---

<sup>74</sup> Ibid., p. 258.

<sup>75</sup> Ibid., p. 292.

fundada pelo alemão Henning para o ensino da língua portuguesa a colonos alemães<sup>76</sup>.

O mesmo presidente que reporta sobre isso, preocupado pela inexistência de ensino profissional na Província, sugere, para o desenvolvimento das artes mecânicas, a criação de um liceu de artes e ofícios na capital, entregue a alguma associação auxiliada pelo governo.

Mas, naquele ano, foram criados cursos mercantis em Curitiba, Paranaguá e Antonina, durante a administração de Carlos Augusto de Carvalho, com disciplinas voltadas para aplicação no comércio, entre elas: francês, inglês, alemão, história e geografia comercial, matemáticas, escrituração mercantil e contabilidade agrícola e industrial, além de legislação fiscal e aduaneira e noções de direito comercial e mercantil<sup>77</sup>.

O curso normal, que acabou eventualmente sendo criado, também sofreu uma reorganização, com a ampliação da quantidade de disciplinas entre as quais foram inseridas noções daquelas, propostas por Beaurepaire, 26 anos antes, como física, química, mineralogia, zoologia, botânica, além de geografia política, geologia, fisiologia, instrução moral e cívica, economia política etc.<sup>78</sup>.

A última referência ao ensino profissional para a província do Paraná durante o império aparece no relatório do presidente Brasílio Machado, em 1885, sugerindo que se tentasse atrair para cá a associação religiosa dos padres salesianos, os quais estariam levantando grandes estabelecimentos onde o ensino das artes e ofícios era ministrado com dedicação.

### 2.1.2 Província do Grão-Pará

Em maio de 1856, Beaurepaire assumiu a presidência da província do Grão-Pará e em agosto do mesmo ano apresentou seu primeiro relatório, no qual defende a

---

<sup>76</sup> Ibid., p. 305.

<sup>77</sup> Ibid., p. 307-318.

<sup>78</sup> Ibid., p. 310.

criação de um internato para cada sexo, para o ensino secundário, mandando vir do exterior pessoas habilitadas para dirigir o estabelecimento<sup>79</sup>.

No relatório do ano seguinte, 1857, não há referências ao internato, e com relação às suas concepções sobre o ensino de disciplinas úteis para o progresso da região, propõe a criação de mais duas cadeiras no liceu existente: “uma em que se ensinam os elementos de sciencias naturaes; e outra de chimica applicada ás artes. Nesta província”, diz, “onde abundão os productos naturaes, seria de muita vantagem que o estudo das sciencias phisicas despertasse o gosto de ensaios neste genero”<sup>80</sup>.

A leitura de relatórios sobre a educação no Pará mostra que era praxe cada nova administração reclamar do estado insatisfatório em que se encontrava a instrução em seus vários aspectos, como: falta de fiscalização, falta de material didático, falta de bons professores, insuficiência no número de escolas e baixa frequência de alunos<sup>81</sup>.

Embora lentamente, há uma contínua tentativa de melhorar a situação: aumenta aos poucos o número de alunos, leis vão regulando as imperfeições, professores passam a ser admitidos apenas por concurso, a administração escolar vai sendo normatizada, ainda que na maior parte das vezes, normas e leis sejam transgredidas ou ignoradas.

Com relação ao ensino profissionalizante, o que se observa por muitos anos é a inclusão de determinadas disciplinas consideradas úteis às atividades concretas, como contabilidade e escrituração mercantil, além de desenho e tecnologia<sup>82</sup>.

---

<sup>79</sup> PARÁ. **Relatório Apresentado Á Assembléa Legislativa Provincial do Pará, No Dia 15 de Agosto de 1856, por ocasião da abertura da primeira sessão da 10<sup>a</sup>. Legislatura da mesma Assembléa, pelo Presidente Henrique de Beaurepaire Rohan.** Pará: Typ. de Santos & Filhos, 1856. p. 10.

<sup>80</sup> PARÁ. **Relatório Apresentado Á Assembléa Legislativa Provincial do Pará No Dia 15 de Agosto de 1857 por ocasião da abertura da Segunda sessão da 10<sup>a</sup>. Legislatura da mesma Assembléa, pelo Presidente Henrique de Beaurepaire Rohan.** Pará: Typ. de Santos & Filhos, 1857. p. 13-14.

<sup>81</sup> MOACYR, P. **A Instrução e as Províncias** (Subsídios para a história da educação no Brasil) 1834-1889. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. v. 3. p. 75-165.

<sup>82</sup> *Ibid.*, p. 114.

Quanto ao ensino agrícola, só em 1860 um decreto legislativo (372) mandava o governo criar um estabelecimento agrícola “que servisse de escola teoria e pratica, em que seriam admitidos de preferencia os meninos orfãos desvalidos, como alunos internos e outras pessoas que quisessem se instruir, como externos”<sup>83</sup>.

Conforme informa Primitivo Moacyr, o estabelecimento seria fundado nas proximidades da capital da província. “A livraria e os instrumentos seriam franqueados ás pessoas que quisessem consultal-os. *A sua direção seria dada a pessoa que tivesse curso completo de agricultura em uma das cidades da Europa ou dos Estados Unidos*” [grifo meu]<sup>84</sup>.

No ano seguinte, 1861, o presidente Angelo do Amaral fala á Assembléa ainda sobre o ensino agrícola, referindo-se a uma lei do ano anterior. Interpretando-a, explica que a intenção do legislador era dar, na medida do possível, um novo rumo à agricultura de modo a tirá-la da rotina que a entorpecia, desenvolvendo a lavoura de cana-de-açúcar e o fabrico deste, além da criação de gado para a qual a região era considerada muito apropriada<sup>85</sup>.

Diz ainda que, neste sentido, havia criado uma escola rural – numa fazenda provincial chamada “Pinheiro” – modelada não de acordo com os grandes institutos agronômicos existentes em *países adiantados*, nem tampouco pela simples fazenda normal, em que apenas se aplicavam os processos e as máquinas que a experiência recomendava, sem entrar em qualquer indagação teórica, mas a “escola primaria da agricultura, mais pratica que teorica, mais especulativa que experimental, destinada a formar operarios, feitores e administradores para estabelecimentos rurais”<sup>86</sup>.

Tratava-se de um projeto que ambicionava fazer experiências e observações sobre a agricultura da província e sobre os meios de melhorá-la, e de aproveitar e

---

<sup>83</sup> Ibid., p. 105.

<sup>84</sup> Ibid., p. Id.

<sup>85</sup> Ibid., p. 106.

<sup>86</sup> Id.

aperfeiçoar os produtos por ela fornecidos. “Finalmente, diz, “em sua missão de propaganda, a fim de *inspirar á população a vocação para a vida da agricultura* [grifo meu], coordena aquelas experiencias e observações e as noticias que mais lhes possam interessar, e publica-as em um periodico, “Anais da Escola Rural Pedro 2.”<sup>87</sup>.

Consta, em Primitivo Moacyr, que a escola foi inaugurada em janeiro de 1862 e transferida para um outro estabelecimento, onde a freqüentavam 23 educandos, cujos pais “tiveram muito boa vontade em enviá-los”, o que certamente é digno de nota, considerando que grande parte dos relatórios do período reclamavam do desinteresse dos pais em mandar os filhos à escola, preferindo aproveitá-los em alguma tarefa que consideravam lucrativa<sup>88</sup>.

Em 1867 continua a ser lembrada a criação de escolas industriais, com o fim de assegurar aos meninos pobres “um futuro mais lisonjeiro, transformando-os em artistas de que há grande falta entre nós”. E em maio de 1869 é expedido um regulamento criando um Colégio com dois cursos: um comercial e um de humanidades<sup>89</sup>.

No ano de 1870, uma nova lei cria um instituto dedicado aos “órfãos desvalidos e aos jovens menos favorecidos da fortuna”, com o objetivo de ensinar as matérias do ensino primário, mas também profissional, como: geometria e mecânica aplicada às artes e à construção naval, tecnologia profissional – o que quer que isto signifique -, desenho linear de máquinas e topográfico, e de aprendizagem nas oficinas do Instituto “tendo em vista as vocações”<sup>90</sup>.

Um relatório de 1872 reporta a criação de escolas noturnas para adultos na capital e nas cidades do interior, iniciativa aparentemente bem sucedida porque, de acordo com o relator, elas estavam tendo boa freqüência e tinham a “vantagem de

---

<sup>87</sup> Id.

<sup>88</sup> Ibid., p. 110.

<sup>89</sup> Ibid., p. 112-114.

<sup>90</sup> Ibid., p. 117.

permitir que os escravos recebam alguma instrução o que é um grande alcance na época em que os poderes públicos trabalham na importante obra da emancipação do elemento servil<sup>91</sup>. Ou seja, fica clara a preocupação de educar os cativos para a liberdade, mas educá-los para preservá-los no mundo do trabalho.

No entanto, os relatórios posteriores, até o final do império, continuavam, principalmente, a reclamar que o sistema de instrução na província estava longe de satisfazer os fins da sociedade<sup>92</sup>.

### 2.1.3 Província da Paraíba

Após o Pará, Beaurepaire foi nomeado presidente da Província da Paraíba, e em setembro de 1858 apresentou o habitual relatório prestando conta da administração à Assembléia Legislativa<sup>93</sup>.

Como em outras localidades, o ensino primário ainda não alcançava todas as povoações espalhadas pela província, por causa da dispersão daquelas e extensão desta, e pela quantidade insuficiente de escolas e de professores. Quanto ao ensino secundário, contava com as mesmas disciplinas de caráter humanístico que outras localidades.

Às imperfeições, o diretor de instrução pedia as seguintes providências: remuneração condigna aos professores; fornecimento de livros de leitura e compêndios fixados pelo governo, com exclusão dos não-autorizados; casas apropriadas para as escolas; estabelecimento de um internato; criação de aulas de desenho, física, química, escrituração e contabilidade mercantis; separação do ensino de francês do de inglês;

---

<sup>91</sup> Ibid., p. 131.

<sup>92</sup> Ibid., p. 134-162.

<sup>93</sup> PARAHYBA. **Relatório Apresentado À Assembléia Legislativa da Província da Parahyba do Norte em 20 de Setembro de 1858 pelo Presidente Henrique de Beaurepaire Rohan**. Parahyba: Typ. de J.R. da Costa, 1858.

criação efetiva de uma biblioteca etc.<sup>94</sup>.

Beaurepaire endossou praticamente todas as reivindicações, lembrando a necessidade de se verificar, antes de atendê-las, as *forças do tesouro*. Acrescentou que tinha a idéia de criar um internato de meninas, justificando que:

Se uma boa educação a todos aproveita, muito maiores são as suas vantagens, em relação áquellas que tem algum dia de exercer as funções de mães de família. A senhora que possui uma instrucção variada transmite a seus filhos os conhecimentos que adquiriu na infancia, inicia-os nos elementos de litteratura e artes liberaes, e dispõe a sua intelligencia para estudos mais importantes. Seus cuidados maternas, desenvolvendo-se em uma esphera mais larga, são sobre tudo, um recurso precioso naquellas casas menos abastadas, onde a mais stricta economia tem de supprir a deficiencia dos bens da fortuna<sup>95</sup>.

Conforme mencionado anteriormente, essa idéia do papel da mãe na educação dos filhos pode ser localizada em falas do período, embora não esteja restrita ao século XIX. No século posterior, XX, alguns governos ressaltavam a importância da contribuição materna ao esforço de construção da nação, inclusive como provedora de filhos saudáveis para o Estado. E, com relação a Beaurepaire, conforme mencionado no capítulo anterior, foi o ensino doméstico que ele experienciou, com o pai, e a mãe, pelos quais foi, não somente alfabetizado, mas amplamente preparado para ingressar numa escola secundária<sup>96</sup>.

É importante ter em conta que, freqüentar uma escola primária não era condição indispensável para o ingresso nem nos colégios ou liceus, nem no ensino superior. As famílias de posse educavam seus filhos através de preceptores ou tutores, e só os pais que não tinham recursos mandavam seus filhos à escola pública. Essa é, inclusive, uma das razões apontadas como fortalecedora da dualidade do ensino que será comentada mais adiante, neste capítulo.

---

<sup>94</sup> Ibid., p. 33.

<sup>95</sup> Ibid., p. 34.

<sup>96</sup> O internato foi criado por lei provincial de novembro de 1858 e instalado em novembro de 1859. Cf. PARAHYBA. **Relatorio Apresentado Ao Illmo. Sr. Dr. Ambrozio Leitão da Cunha, No Acto de Tomar Posse do Cargo de Presidente da Província da Parahyba do Norte por Henrique de Beaurepaire Rohan**. Parahyba: Typ. de J.R. da Costa, 1859. p. 14.

Voltando às necessidades da Paraíba no que tange à organização do ensino, Beaurepaire informa que a deficiência de uma biblioteca estava sendo corrigida pela doação que recebera, por subscrição proposta por ele mesmo, de 607 volumes, além da pra de mais 324, perfazendo um total de 1024 volumes<sup>97</sup>.

Mais relevante para o presente estudo são seus comentários a respeito das chamadas Escolas Industriais.

Inicialmente lamentando que em nosso país a instrução pública consistia quase que unicamente no ensino puramente literário e que, logo que uma localidade manifestava alguns sinais de opulência, qualquer que fosse a indústria a que ela devia a sua riqueza, tratava-se de a dotar com uma cadeira de latim, à qual depois se seguiam as de retórica e de filosofia.

“Considerada a questão pelo lado economico”, diz, “é esse, no meu modo de ver, um erro mui prejudicial. As vocações industriaes são providencialmente mais numerosas que as vocações litterarias; e se um ou outro latinista de algum merito, produz, esta ou aquella escola, não é justo que, por semelhante motivo, se sacrifiquem interesses de maior monta”<sup>98</sup>.

Acrescenta que aquele tipo de escola era, infelizmente, o único recurso que tinha o pai de família que desejava ver bem educados seus filhos, com a consequência de que, sendo de tal forma “mal encaminhado o ensino, desvia-se da indústria grande parte da mocidade, contrarião-se as vocações, arruinão-se as fortunas, e cria-se a classe importuna dos aspirantes a empregos públicos”<sup>99</sup>.

A seguir, parabeniza a província pela idéia que tiveram seus legisladores autorizando a criação de uma escola de agricultura teórica e prática, conforme uma lei de 1854 e diz que, pouco após sua chegada, mesmo antes de ter tido conhecimento dessa lei, convidara o chefe de jardineiro francês, em serviço na capital do Pará –

---

<sup>97</sup> Ibid., p. 34.

<sup>98</sup> Ibid., p. 35.

<sup>99</sup> Id.

“homem hábil em botânica aplicada á agricultura” – para instalar jardim botânico que serviria de sede à escola. O terreno para isto já havia sido comprado<sup>100</sup>.

Uma alternativa que lideranças do período viam, a fim de aumentar a população industrial do país, era a colonização. Para Beaurepaire, em vez de recorrer ao elemento externo, os esforços deveriam se concentrar em atrair para o mundo do trabalho produtivo os “inumeros braços que, dentro e fora das nossas cidades, jazem na inercia”<sup>101</sup>.

Para ele, era por desconhecer inteiramente as condições do bem-estar e do conforto, que famílias, nascidas e criadas na miséria, limitavam-se ao trabalho que era rigorosamente necessário para a sua subsistência. Conseqüentemente, nada traziam ao mercado, nenhum serviço prestavam à indústria; viviam “no mais completo estado de degradação moral, tornando-se pelo fato de sua existência especial, uma verdadeira excrecencia da sociedade”<sup>102</sup>.

Ou seja, na opinião de Beaurepaire, era por já estarem acostumadas às privações que as cercavam que a generalidade das famílias pobres não se deixava seduzir nem pelos atrativos do trabalho, nem pela esperança de gozos que nunca tiveram. Assim, era preciso educá-las, para adquirirem uma nova mentalidade, que veria no trabalho o caminho transformador das condições materiais e espirituais de suas existências.

Nesse momento, pode-se identificar o aspecto burguês e reformador das concepções de Beaurepaire, para quem, através do trabalho, da ação individual do homem, estaria garantida a possibilidade de regeneração, tanto da sua condição social quanto das condições materiais da generalidade dos homens e da sociedade como um todo.

Dessa forma, vislumbrava no horizonte um mundo novo, onde aqueles

---

<sup>100</sup> Id.

<sup>101</sup> Id.

<sup>102</sup> Id.

relegados às camadas mais baixas da sociedade poderiam, através da aquisição de uma instrução formal e *útil*, aspirar a progressos e melhoras.

No entanto, parece errôneo, enganoso, pensar que torna-se-ia, em última instância, pensável, naquele momento, a mobilidade social, até então praticamente inexistente. As propostas, ainda que reformistas, tinham um cunho conservador. Elas não intentavam ascender o homem socialmente, mas, muito pelo contrário, preservá-lo nas tarefas que sempre teve na sociedade: a produção dos bens e serviços que, por estarem atrelados às funções mecânicas, tinham que continuar a ser executadas por ele.

Mas, conscientes da inevitabilidade das novas relações de trabalho que avançavam pelo mundo, homens públicos perceberam a necessidade de preparar aquele mesmo elemento de sempre, o único de que dispunham, educando-os, instruindo-os com nova mentalidade e novas habilidades.

Beaurepaire entendia que não seria fácil mudar a forma de pensar dos adultos, já habituados àquele meio. Assim, era necessário ocupar-se das crianças. Preocupava-se por ser “no mais lamentável desleixo” que cresciam os meninos pertencentes às classes pobres e que

Destituídos, durante os seus primeiros anos, da força physica necessaria para auxiliarem seus paes nos trabalhos rudes do campo, sem meio algum de se empregarem productivamente, tornão-se dest’arte materialmente pezados ás suas proprias familias. Quando chegão a idade em que tem de pedir ao trabalho seus meios de vida, manifestão então os vicios, e máus habitos que contrahirão na quadra a mais esperançosa de sua existencia<sup>103</sup>.

Defendia que isto não aconteceria “se desde os seus primeiros annos, se acostumassem ao trabalho moralizador; se, bem dirigida a sua educação, no sentido da industria, adquirissem certos habitos de ordem, certo apreço áquelles gosos materiais, que só se obtem mediante o emprego conveniente do tempo”<sup>104</sup>.

Estava convencido de que, se em cada uma das comarcas em que se

---

<sup>103</sup> Ibid., p. 36.

<sup>104</sup> Id.

subdividiam as províncias, houvesse estabelecimentos com destino á educação industrial da infância, teríamos, dentro de poucos anos, realizado uma “benéfica transformação das classes indolentes em operarios *uteis*” [grifo meu]<sup>105</sup>.

A passagem para o modo de produção capitalista na Inglaterra também não se fez sem soma de esforços voltados para predispor as mentalidades favoravelmente à disciplina exigida pelas novas relações de trabalho. Lá também foi necessário educar os homens para abrir mão da *liberdade* de que gozavam e à que estavam habituados, em virtude de uma certa ausência dos compromissos e submissão, que passam então a ser necessários<sup>106</sup>.

Geralmente os governos provinciais nunca tinham os recursos necessários para implementar seus projetos. Portanto, para a fundação da escola industrial, Beaurepaire sugeriu que as despesas poderiam ser compensadas pelo produto do trabalho dos próprios educandos, fruto da infinidade de operações em que poderiam ser empregados de um modo lucrativo.

A fundação de colônias industriais, na opinião de Beaurepaire, solucionaria a preocupação da substituição do trabalho escravo pelo livre, sem quebra da grande produção. Além disso, longe de prejudicar a colonização estrangeira – na qual muitos tinham grande interesse, ele achava que tenderia a promovê-la, porque tornaria “evidente a *obrigação de importarmos operarios inteligentes que dirijão as diversas officinas desses estabelecimentos*”<sup>107</sup>, opinião, aliás, generalizada na época.

Uma leitura dos trechos selecionados por Primitivo Moacyr para sua obra sobre a instrução nas Províncias durante o império, indica, para a da Paraíba, que já em 1838, o presidente Peixoto de Albuquerque lembra da necessidade da criação de uma

---

<sup>105</sup> Id.

<sup>106</sup> THOMPSON, E.P. **The Making of the English Working Class**. England: Penguin Books, 1980. p. 212-213.

<sup>107</sup> PARAHYBA. **Relatorio Apresentado Á Assembléa Legislativa da Provincia da Parahyba do Norte em 20 de Setembro de 1858 pelo presidente Henrique de Beaurepaire Rohan**. Parahyba: Typ. de J.R. da Costa, 1858. p. 36.

aula de comércio para o ensino da escrita comercial, pesos e medidas, câmbio, seguros, avarias etc., tendo-se em vista a província possuir um excelente porto com bastante movimento de negócios<sup>108</sup>.

Em 1839, um novo presidente, Moura de Magalhães, lembra a necessidade da criação de uma cadeira de agricultura “para prestar *uteis conhecimentos* [grifo meu] aos lavradores, e também de uma cadeira de economia política<sup>109</sup>”.

Nos anos seguintes, a maioria dos relatórios traz questões relacionadas à aspectos didáticos, como a determinação de compêndios para o ensino secundário (1847); às condições de salubridade exigidas para as salas de aulas, e aos limites dos castigos aplicáveis, só voltando a tratar, mais uma vez, da criação de aulas de desenho, física, química e escrituração mercantil, em 1858<sup>110</sup>.

Após a administração de Beaurepaire, só em 1863 é que surge nova referência ao ensino profissionalizante. Dessa vez, o presidente do momento denuncia que “é exclusivamente literário o ensino secundario ou superior da província, cuja industria, comercio e artes não auferem os beneficios da instrução profissional. E isto é tanto mais deploravel quanto falecem meios para encetar qualquer melhoramento nesse sentido”<sup>111</sup>.

De 1864 a 1869, todos os relatórios lamentam a situação de uma casa de educandos artífices, cuja criação se achava autorizada por lei de 1859, e que pretendia ser “amparo para o desvalido e manancial de prosperidade industrial para a Provincia”, mas que por ser muito pequena, vinha educando apenas 36 meninos, distribuídos pelo ensino do seguinte modo: música, 17; oficina de alfaiates, 21; na de sapateiro, 15<sup>112</sup>.

---

<sup>108</sup> MOACYR, P. **A Instrução e as províncias** (Subsídios para a história da educação no Brasil) 1834-1889. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940, v. 3. p. 424.

<sup>109</sup> Id.

<sup>110</sup> Ibid., p. 428-437.

<sup>111</sup> Ibid., p. 443.

<sup>112</sup> Ibid., p. 445-455.

Pelos cálculos, é possível que alguns meninos freqüentavam mais de uma oficina.

Lembrando que o ano de 1871 foi o da aprovação da lei do Ventre Livre e de grande debate em torno de todas as questões relacionadas à mão-de-obra, na Paraíba, como em outras Províncias, também surge a proposta de criação de escolas noturnas em outras cidades além da já existente na capital, “onde pais de família, artistas, empregados publicos, jornaleiros etc., procura[vam] instruir-se”<sup>113</sup>. Mas, o relatório de 1877 informa que as escolas noturnas da capital haviam sido suprimidas no ano anterior porque elas já não produziam os benefícios a que eram destinadas; a freqüência não correspondia ao número de matriculados<sup>114</sup>.

Após essa data e até o final do Império, os relatórios versaram mais sobre críticas às condições em que era dado o ensino das primeiras letras, à atuação dos professores em virtude da má habilitação etc.; nem mais uma palavra sobre o ensino agrícola, comercial ou industrial, nem mesmo referência à criação de cadeiras voltadas àquelas atividades, nos cursos já existentes.

Conforme já ressaltado, nem todas as províncias tiveram o mesmo trajeto, no sentido do aperfeiçoamento das condições gerais do ensino público, oscilando as iniciativas e apoios entre maior ou menor vontade política.

Foi possível observar uma tendência conservadora mesmo nos espíritos abertos a transformações, que até no ensino, como em outras instâncias das relações sociais, pautava-se pela ausência de pressa, pela preferência para o gradual.

Pouco se sabe do grande debate havido ao longo de todo o século XIX em torno da educação elementar, secundária e profissionalizante - técnica, agrícola, industrial, artística - e de suas motivações, em virtude de uma forte tendência da historiografia em privilegiar apenas as discussões em torno do ensino superior, reproduzindo permanentemente, a respeito do mesmo, as críticas ao seu caráter elitista.

Além disso, como conclui Anaete Regina Schelbauer, “é pouco usual, na

---

<sup>113</sup> Ibid., p. 460.

<sup>114</sup> Ibid., p. 464.

prática da pesquisa, encaminhar-se na investigação de desejos não realizados”, sendo que a maioria dos estudos restringe-se ao que existia de fato, sem fazer referências às manifestações, nada desprezíveis, de desejos contrários à situação existente<sup>115</sup>.

No entanto, não é lícito pensar que somente a educação superior das elites ocupou a agenda política durante o século dezenove. Com maior ou menor vigor, também constou nela a educação elementar e profissionalizante, de nível básico e secundário, ainda que o governo não tenha implementado uma política pública que privilegiasse essas reivindicações.

O maior ou menor grau de preocupação era determinado por motivações atreladas a momentos históricos específicos, suas necessidades e aspirações, conforme será comentado a seguir.

## 2.2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

A respeito da educação no Brasil, pode-se dizer que ela inicia-se em 1549 quando os primeiros jesuítas aqui chegaram, permanecendo a seu cargo até 1759, quando foram expulsos pelo Marquês de Pombal.

Se o objetivo prático da ação jesuítica no *Novo Mundo* era o recrutamento de fiéis e servidores, a obra de catequese que, em princípio, constituía o principal objetivo da Companhia de Jesus no Brasil, acabou gradualmente cedendo lugar, em importância, à educação, principalmente da elite.

Essa educação se caracterizou por formar eruditos, “homens cultos” que correspondiam aos ideais da época. Caracterizou-se ainda por uma reação contra o pensamento crítico, pelo desinteresse pela ciência e a repugnância pelas atividades técnicas e artísticas. Não podia, nem pretendia, contribuir para modificações estruturais na vida social e econômica.

Por outro lado, conforme ressalta Otaíza Romanelli, a instrução não

---

<sup>115</sup> SCHELBAUER, A.R. **Idéias que não se realizam**: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914. Maringá: EDUEM, 1998. p. 2.

representava grande coisa na construção da sociedade brasileira durante os seus primeiros trezentos anos pois as atividades de produção não exigiam preparo, quer do ponto de vista de sua administração, quer do ponto de vista da mão-de-obra<sup>116</sup>.

Segundo a autora,

O ensino, assim, foi conservado à margem, sem utilidade prática visível para uma economia fundada na agricultura rudimentar e no trabalho escravo. Podia, portanto, servir tão-somente à ilustração de alguns espíritos ociosos que, sem serem diretamente destinados à administração da unidade produtiva, embora sustentados por ela, podiam dar-se ao luxo de se cultivarem<sup>117</sup>.

Mas, mesmo assim, a expulsão dos jesuítas provocou um desmantelamento da estrutura administrativa do ensino que eles haviam criado. Foi só com a vinda de D. João VI para o Brasil que o governo passou a ocupar-se dessa questão, dando início à implantação do ensino público oficial.

Muitas são as críticas feitas aos jesuítas. Há autores que defendem que, no entanto, quando foram expulsos do Brasil, a obra que pretendiam realizar estava praticamente consolidada: o país estava unido em torno de uma mesma fé, sob uma mesma coroa<sup>118</sup>.

Durante os 210 anos em que aqui estiveram, eles promoveram uma ação maciça na catequese dos índios<sup>119</sup>, a educação dos filhos dos colonos, a formação de novos sacerdotes e da elite intelectual, além do controle da fé e da moral<sup>120</sup>.

No que tange ao tema principal deste capítulo, qual seja a educação profissional, autores há, como Adolpho Morales de los Rios Filho, que apontam os

---

<sup>116</sup> ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil** (1930/1973). Petrópolis: VOZES, 1989. p. 34.

<sup>117</sup> Id.

<sup>118</sup> WEREBE, M.J.G. A educação. In: HOLANDA, S. B. de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971. Tomo II, v. 4, Cap. III, p. 366.

<sup>119</sup> Essa afirmação não perde de vista as discussões a respeito da descaracterização ou desculturalização que a ação jesuítica exerceu sobre a população indígena brasileira.

<sup>120</sup> ARANHA, M.L. de A. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1989. p. 210.

jesuítas como os primeiros responsáveis pelo ensino de artes e ofícios no Brasil, ainda que de forma rudimentar. Para o autor

Em contraste com os retrógrados fazendeiros das primitivas épocas, que maltratavam seus infelizes escravos, eles [os jesuítas] costumavam cultivar as aptidões e desenvolver as suas vocações, utilizando-as na agricultura e nas profissões manuais. [...] a instrução que os padres forneciam também abrangia o aprendizado, pelos escravos, da maior variedade de ofícios<sup>121</sup>.

As razões que levaram ao recrudescimento das críticas à Companhia de Jesus teriam sido provocadas pelo temor que o governo passou a ter do poder econômico e político por ela exercido sobre todas as camadas sociais, das quais os padres modelaram a consciência e o comportamento, além da grande riqueza acumulada em virtude de sua produção agrícola altamente rentável e da doação de terras e ganho de taxas especiais por parte do próprio governo<sup>122</sup>.

Embora a questão do ensino no Brasil só tenha sido retomada com a chegada de D. João VI, o período a partir da reforma pombalina de 1772 é de grande importância para se entender o encaminhamento de todas as ações, ou não-ações, do governo concernentes à política educacional como um todo.

As primeiras iniciativas pombalinas giraram em torno do ensino superior em Portugal. Segundo José Murilo de Carvalho, Pombal, inspirado por um Iluminismo progressista, reformista, nacionalista e humanista, pensou em colocar a educação em condições de ser útil ao esforço de recuperação econômica, o que implicava maior ênfase nas ciências naturais, como a mineralogia e botânica, pois do conhecimento delas dependia a exploração dos recursos das colônias, especialmente o Brasil<sup>123</sup>.

Esse espírito vai repercutir nos projetos apresentados já nas primeiras

---

<sup>121</sup> RIOS FILHO, A. M. de los. **O Rio de Janeiro Imperial**. 2.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001. p. 434.

<sup>122</sup> Ibid., p. 123.

<sup>123</sup> CARVALHO, J.M. de. **A construção da Ordem**: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial. 2.ed.rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Relume-Dumará, 1996. p. 57.

décadas dos oitocentos e encontra-se expresso nas falas extraídas dos relatórios das administrações provinciais e da Corte, inclusive nas de Henrique de Beaurepaire Rohan, já comentadas anteriormente neste mesmo capítulo.

É assim que, em *Memória* oferecida à Assembléia Constituinte e Legislativa de 1823 a respeito da reforma dos estudos da Capitania de São Paulo, Martim Francisco Ribeiro de Andrade Machado traçou para as escolas de primeiras letras o seguinte programa:

Lêr e escrever em um compêndio de curtas historias morais, de descrições concisas dos animais e vegetais mais úteis ao homem na vida social, particularmente dos indigenas ou naturalizados que o menino pôde observar; [...] (1º ano): o livro de leitura principiará por histórias morais de maior alcance, e descrições de novos animais com explicação de suas utilidades na agricultura, e nas artes e os primeiros rudimentos praticos da cultura dos vegetais, o tempo e o modo de plantar, as terras que lhes são propicias, e as maquinas que, dando-lhe nova forma, os dispõem para os diferentes usos da vida; [...] <sup>124</sup>.

No 2º ano a leitura deveria ser mais desenvolvida, com uma “exposição da organização institucional, resumo da história natural do país e sua aplicação á agricultura e artes mais comuns, aperfeiçoamento dos metodos de agrimensura (o que fortifica o habito de arimetica e geometria), finalmente a exposição elementar de alguns principios de fisica e a explicação dos efeitos das maquinas mais simples e de mais uso na Capitania <sup>125</sup>.

Pode-se notar que, se ainda persiste um conteúdo herdado do ensino jesuítico, são acrescentadas disciplinas voltadas aos novos interesses e necessidades, e que primam por uma certa noção da utilidade que possam vir a ter.

Esse ensino, elementar e público, estava mais direcionado à população pobre. A educação primária ou elementar ainda não era obrigatória, nem, como já mencionado anteriormente neste capítulo, requisito exigido para ingresso nos cursos secundários e/ou nas faculdades, o que fazia com que os ricos educassem seus filhos

---

<sup>124</sup> MOACYR, P. **A Instrução e o Império** (Subsídios para a História da Educação no Brasil) 1823-1853. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. v. 1. p. 559.

<sup>125</sup> Ibid., p. 560.

através de preceptores particulares.

Esses fatores demonstram a dualidade existente desde cedo no ensino no Brasil: um humanístico e elitista, propedêutico quando secundário, e voltado para a formação de bacharéis que ocupariam os cargos da alta administração pública e da política; outro técnico e artístico, voltado para a formação de mão-de-obra para as tarefas mecânicas, desprezadas por todos, uma vez que eram, em sua grande maioria, executadas pelo nível mais baixo da escala social, os escravos.

Cumprir lembrar que não havia no Brasil do século dezanove um sistema educacional de educação: os níveis elementar e secundário ficavam a cargo das administrações provinciais, e só o superior era regulamentado pela Corte, o que contribuía para ressaltar a dualidade do ensino mencionada no parágrafo anterior<sup>126</sup>.

Por causa disto, praticamente todo o período, uma enorme quantidade de projetos foram elaborados, tentando melhorar e regulamentar o ensino elementar e técnico, aproximando-o mais da realidade e das necessidades nacionais.

### 2.2.1 As tentativas de reformas para a modernização do ensino no Império

Em 1826, um projeto de reforma de Januário da Cunha Barbosa, para os liceus e escolas subsidiárias (aditamento aos liceus), determinava que as doutrinas seriam divididas em diversas classes que os discípulos poderiam seguir separada ou cumulativamente, segundo a extensão de seus talentos, sendo que:

O curso de ciencias naturais cujo objéto devia ser a applicação das mesmas á agricultura e ás artes, seria dividido em 2 anos: o primeiro dos quais se ensinaria mineralogia, quimica e geognosia; o segundo: zoologia, botanica, agricultura, economia rural, inclusos os principios praticos da arte veterinaria. O curso de ciencias exatas, cujo principal fim neste grau de instrução é a applicação das materias ao conhecimento das maquinas de uso mais comum na agricultura e nas artes chamadas mecanicas, seria dividido em dois anos: (...)<sup>127</sup>.

---

<sup>126</sup> Cf. MOACYR, P. **A Instrução e as Províncias** (Subsídios para a História da Educação no Brasil) 1834-1889. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. v. 1. p. 307.

<sup>127</sup> Ibid., p. 570.

Em 1827 o deputado Deus e Silva teria apresentado vários projetos, como um, criando, na capital do Maranhão, uma escola de agricultura, outra de economia política e comércio; outro, criando, na capital de Minas, cadeiras de mineralogia, metalurgia, agricultura, botânica, economia política e arte veterinária<sup>128</sup>.

No mês de junho do ano seguinte, proposta apresentada à Câmara propunha a criação de escolas agrícolas nas províncias de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Maranhão, contendo, além das disciplinas acima, gabinetes de física, laboratórios de química, museu, biblioteca técnica, terreno com um jardim botânico onde se “demonstraria praticamente o melhor modo de cultivar as plantas uteis, tanto indígenas quanto exóticas”, além de coleções de modelos de instrumentos e máquinas de agricultura que pudessem ter aplicação nas províncias<sup>129</sup>.

Também está presente nessa época a preocupação em educar as mentalidades para o trabalho, persuadindo as cabeças a atribuir-lhe valor, moral e econômico. É o que se pode perceber, por exemplo, em anúncio publicado em 11 de outubro de 1834 no *Jornal do Comércio*, com o seguinte teor:

[...] Finalmente o abaixo assinado conhece que nada há que mais essencialmente contribua a que os homens se constituam em estado de desempenhar dignamente suas obrigações do que seja a educação. É pois ela a arte de formar homens, e a instrução de faze-os sabios. [...]; deve notar-se que um menino atento, docil e trabalhador é bom companheiro, e será depois bom filho, bom pai, e bom cidadão. Finalmente *é um dever inspirar a tempo aos meninos o amor do trabalho* [grifo meu], o gosto da ordem e temperança, a economia, o respeito filial; e a submissão às leis; são estas as virtudes sociais que adoçam as relações reciprocas dos homens<sup>130</sup>.

Durante a década de 1840 a 1850 os governos provinciais tentaram regulamentar o ensino no que se refere tanto à estrutura administrativa, quanto à parte didática.

---

<sup>128</sup> Ibid., p. 572.

<sup>129</sup> MOACYR, P. **A Instrução e o Império** (Subsídios para a História da Educação no Brasil) 1823-1853. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. v. 1, p. 611.

<sup>130</sup> Ibid., p. 608-609.

No geral, todos os relatórios reclamavam da falta de professores devidamente habilitados dada a inexistência de escolas normais, de compêndios impróprios e antiquados, da insuficiência de cadeiras ou disciplinas, de locais inadequados transformados em salas de aula ou escolas, da frequência irregular e/ou de irregularidades, como: penalizar, com multas, os pais que não estivessem cuidando da educação elementar a que estavam obrigados os meninos dos 6 aos 14 anos, regulamentar os limites relacionados à aplicação de castigos, desenvolver um sistema de fiscalização através da criação de Conselho permanente de instrução pública etc.<sup>131</sup>.

É preciso que se tenha em conta que, embora as imperfeições fossem as mesmas em todas as Províncias, as medidas tentadas para corrigi-las não tinham aplicação nacional, restringindo-se apenas à província que decretava sobre elas. Além disso, tinham curta duração; ou seja, o que uma administração implantava, a seguinte muitas vezes suprimia.

Essas dificuldades, na verdade, não restringiram-se aos anos de 1840 a 1850, estendendo-se por todo o período imperial, mas não há como ignorar o impacto que deve ter causado na educação as leis de 1850, quais sejam: supressão do tráfico de escravos, regulamentação do acesso à terra, regularização das transações comerciais e fortalecimento da política de imigração.

Essas medidas são geralmente interpretadas como favorecedoras da modernização do país e de suas instituições, sendo o ano de 1850 visto como “águas divisórias” entre o mundo arcaico e *atrasado*, identificado como o Brasil relativamente à Europa – modelo para tudo -, e um novo mundo que se vislumbrava no horizonte<sup>132</sup>.

É difícil determinar o que mais impactou a sociedade imperial de meados do século XIX, mas, no que refere-se à sua modernização intelectual e material, os

---

<sup>131</sup> Ibid., passim.

<sup>132</sup> Entre os autores que destacam o caráter modernizador das medidas adotadas em 1850 encontram-se GRAHAM, R. (**Britain and The Onset of Modernization in Brazil 1850-1914**. Great Britain: Cambridge University Press, 1968, p. 23-50), e SCHULZ, J. (**O Exército na Política: Origens da Intervenção Militar, 1850-1894**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. p. 23).

capitais disponibilizados com a supressão do tráfico passaram a ser investidos na construção de estradas, numa incipiente industrialização, na qualidade de vida da elite naquilo que refere-se ao luxo e ao lazer.

O tráfico não foi de todo suprimido e até aumentou nos anos logo após a sua proibição, em virtude da ansiedade que a medida deve ter provocado, mas ainda assim um excedente de capital foi redirecionado para outras atividades. [VERIFICAR ONDE VI ESTE DADO]

Tendo em vista que as sociedades consideradas *mais avançadas* eram aquelas mais industrializadas, ou seja, aquelas onde o progresso da ciência e da técnica logrou promover um certo grau de desenvolvimento, a crença na capacidade regeneradora da educação passa a ser acentuada.

Além de fatores econômicos mundiais e nacionais favoráveis, um certo espírito de conciliação na política também veio a contribuir para redirecionar as atenções em prol do progresso material<sup>133</sup>.

É assim que, a partir da década de 1850, observa-se um incremento nas falas a favor da implantação e/ou melhoramento do ensino profissional – técnico, agrícola, artístico e comercial.

Mas é importante ficar claro que essas falas tinham origem nas administrações provinciais e encontram-se expressas nos relatórios de presidentes de províncias ou de autoridades ligadas ao ensino. Nada há, por exemplo, nas *Falas do Trono*, que induza a pensar ter sido a educação tema relevante na agenda imperial, o que é bastante curioso tendo-se em vista que D. Pedro II parecia almejar à imagem de, não exatamente um rei-filósofo, mas talvez de um rei intelectual, tal a forma como ocupava-se com o aprendizado de coisas novas. Talvez devesse ser dito que apenas ilustrava-se.

Vestígios foram buscados desde as primeiras *Falas*, mas elas restringem-se a

---

<sup>133</sup> IGLÉSIAS, F. In: HOLANDA, S.B. de. (org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969. Tomo II, v. 3. p. 55.

informar que o imperador tinha “promovido os estudos públicos quanto (era) possível, porém necessita[va]-se de uma legislação particular”; comprara uma coleção de livros para a biblioteca pública e aumentara o número de escolas e o ordenado de seus mestres<sup>134</sup>.

De acordo com Primitivo Moacyr, não houve mudança nesse quadro durante o período da Regência e das duas primeiras décadas da Maioridade, apesar das queixas dos ministros do Império, em seus relatórios, sobre a deficiência dos prédios escolares, dos métodos, da miséria em que viviam os professores etc.<sup>135</sup>.

Apesar de 1850 inaugurar o início de reformas também no campo da educação, as iniciativas são tímidas, lentas, de curta duração. A importância dada à instrução por parte do governo parecia limitada aos discursos de efeito.

A Fala de 1868 teria recomendado que “O desenvolvimento da educação e instrução publica deve ser um dos principais objetos do vosso desvelo”; e, em 1870, o conselheiro Paulino de Souza teria dito que “O desenvolvimento moral e material do Império depende essencialmente de difundir-se a instrução por todas as classes da sociedade”<sup>136</sup>.

Continuam vagos os conceitos presentes nas *Falas*. A de 1873 diz que “a educação popular e a difusão das luzes, necessarias a diferentes classes sociais, carecem de um plano mais largo e aperfeiçoado (...)”; a de 1875 destaca a “falta de braços, de capitais e de instrução profissional, meios indispensáveis para fazer frutificar vantajosamente nosso vasto e fertilíssimo territorio”<sup>137</sup>.

Avançam os anos, mas as Falas continuam a ignorar a situação da instrução pública. Somente nos últimos anos do Império ela ressalta a importância da difusão

---

<sup>134</sup> MOACYR, P. **A Instrução e as Províncias**. (Subsídios para a História da Educação no Brasil) 1823-1853. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936, v. 1. p. 661.

<sup>135</sup> Id.

<sup>136</sup> MOACYR, P. **A Instrução e o Império** (Subsídios para a História da Educação no Brasil) 1854-1889. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. p. 662-663.

<sup>137</sup> Ibid., p. 664.

dos “conhecimentos mais *úteis à vida prática*, preparando com estudos serios e bem dirigidos os aspirantes às carreiras que demandam superior cultura intelectual [grifo meu]<sup>138</sup>. Passa a referir-se, também, à necessidade de providências para a instrução profissional, além da geral, com a criação de escolas técnicas voltadas às condições e conveniências locais.

A seguir são apresentadas algumas das tentativas efetuadas nesse ramo da educação ao longo do século dezenove.

### 2.2.2 Ensino Profissionalizante

Variam de província a província as iniciativas em torno do ensino de habilidades, por assim dizer, úteis às profissões mecânicas, artísticas ou intelectuais.

Em 1838, por exemplo, enquanto o Maranhão formava um liceu, reunindo disciplinas como: cálculo e mecânica, navegação e trigonometria esférica, observações astronômicas, cálculo e escrituração mercantil, e navegação, entre outras, divididas entre o Curso de Comércio e o Curso de Marinha, nem o Grão-Pará nem o Amazonas contavam com qualquer tipo de instituição que ensinasse essas matérias<sup>139</sup>.

No Grão-Pará, em 1841, uma lei autoriza o governo a comprar uma casa para o estabelecimento de educandos, onde aprenderiam as bases das artes mecânicas “mais interessantes ao público e à boa educação civil”<sup>140</sup>. No mesmo ano, a instrução secundária passa a compreender dois cursos: um de humanidades, outro de comércio.

No Amazonas, somente em 1859 é que a lei n.º 104 regula o estabelecimento da Casa dos Educandos Artífices criada para os meninos livres desvalidos de 8 a 12 anos que estivessem “em boas condições sanitárias”, onde desde o dia de sua admissão cada discípulo ficava obrigado a freqüentar as aulas de primeiras letras e da oficina

---

<sup>138</sup> Ibid., 666.

<sup>139</sup> MOACYR, P. **A Instrução e as Províncias** (Subsídios para História da Educação no Brasil) 1823-1853. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. p. 25, 75 e 166.

<sup>140</sup> Ibid., p. 76-77.

interna de alfaiate enquanto não estivesse habilitado para as outras aulas e oficinas de sua predileção<sup>141</sup>.

Na Casa foram criadas as seguintes oficinas: alfaiate, sapateiro, carpinteiro, torneiro, charuteiro e de chapéus, além das aulas de música, instrumentos de corda e de música e instrumentos bélicos. Foram ainda criados prêmios de capacidade moral, intelectual e industrial<sup>142</sup>.

Em 1854 um relatório reclamava a necessidade de uma reforma na educação industrial da Casa dos Educandos Artífices da província do Maranhão. Um Sr. Olimpio Machado, na sua fala à Assembléia, teria dito que pedira à legação brasileira em Paris, cópia dos regulamentos pelos quais eram regidos os mais acreditados estabelecimentos de artes e ofícios da França<sup>143</sup>.

Vê-se aí como até no ramo da educação tomava-se a Europa como modelo. Era comum o governo autorizar a ida de jovens àquele continente para estudar. Em 1887, a lei 762 autorizou o governo do Amazonas a enviar um cidadão com as habilitações necessárias estudar na França, Bélgica ou qualquer país da Europa, os melhoramentos mais apreciáveis à instrução pública<sup>144</sup>.

Um exemplo de como a preocupação com a instrução aproximava-se cada dia mais da intenção de torná-la útil às necessidades locais e nacionais, adaptando-a à uma nova realidade econômica e social que se desejava construir, transparece na fala abaixo:

[...] proponho ainda a criação de mais uma outra cadeira, a de desenho linear e topográfico. O ensino dessa aula pode caber ao professor de escultura ou ao de geometria e mecânica e de noções de álgebra e aritmética, ao qual se deve marcar uma gratificação adicional. – A necessidade que tem o artífice de, para ser perito, saber desenho linear e topográfico, acresce que, tendo-se de dar dentro em breve nesta província a execução das leis de terra, poderão ser aproveitados para os trabalhos de medição muitos educandos, o que,

---

<sup>141</sup> Ibid., p. 40.

<sup>142</sup> Ibid., p. 41.

<sup>143</sup> Ibid., p. 177.

<sup>144</sup> Ibid., p. 74.

seguramente trará credito e vantagem, ao estabelecimento. Acham-se em atividade seis oficinas: alfaiate, sapateiro, marceneiro, carpina, pedreiro, surrador. Estas profissões mecanicas a que se aplicam os educandos estão sujeitas à concorrência das oficinas externas. Acho conveniente suprimir algumas delas e crear outras, como a de serralheiro, de charuteiro, de escultura e de entalhador, pedreiro e canteiro; conservando as de alfaiate e carpina<sup>145</sup>.

Em 1856, o presidente Cruz Machado faz interessante discurso à Assembléia – o qual é reproduzido quase integralmente a seguir por ser muito representativo do pensamento universal a respeito do papel da educação – onde apresenta de maneira bem clara a divisão do trabalho entre manual e intelectual, e a preocupação de oferecer instrução a cada ramo apenas com as disciplinas necessárias:

Nas sociedades bem organizadas as occupações do homem dividem-se em tres classes principais: os trabalhos propriamente manuais, os científicos e os industriais, que participando de ambos com eles se não devem confundir. Admitindo esta divisão que é exata, e considerando que a maior parte da população em todos os países se aplica exclusivamente aos trabalhos manuais, reconhece desde logo que para ela se não pode exigir instrução de grande monta, que é suficiente dirigir seu carater por meio da educação moral, e ministrar-lhe simples conhecimentos elementares, como sejam ler, escrever e contar, e desenvolver suas forças fisicas. O estabelecimento de escolas publicas destinadas para esta classe tão numerosa tem nos países cultos merecido sempre a atenção dos poderes publicos; porquanto a sua instrução interessa não só a humanidade, como ao Estado e por isso convem disseminar-a. E entre nós infelizmente, não só o trabalhador como o que se dedica exclusivamente aos officios mecanicos ou a outros misteres da vida, não procura receber a menor educação; e quanto á instrução as vêses nem ao menos obter os simples conhecimentos elementares... Os tristes resultados deste abandono, em que se deixa a maior parte da população, atuam contra a prosperidade do país e a segurança individual; contra aquela, porque a industria se soma, quando muito, uma lenta rotina; contra esta, porque assim o atestam as estatisticas criminaes, em que a maior parte dos individuos levados aos tribunais ou não sabem ler e escrever ou sabem mal. – A Segunda classe de cidadãos é aquela que se compõe dos que se destinam ás artes e á industria; sua instrução não deve se limitar unicamente aos conhecimentos elementares, porque destes sempre precisam aplicar no exercicio de suas profissões principios de matematicas, de fisica, de quimica; e de mecanica; e cumpre por isso tel-os estudado para entender o que fazem, pelo progresso da industria, pela utilidade propria e do Estado; e será conveniente tambem o estudo de linguas, e o maior conhecimento destas e daquelas se tornará necessario se vierem a ser fabricantes ou a ocupar uma posição mais considerada no comercio; ao passo que as escolas especiais para esta classe reclama uma subdivisão afim de graduar a soma de conhecimentos precisos ao destino que o individuo pretenda ter na sociedade. Deste genero há apenas presentemente nesta provincia a Casa dos educandos artifices. – O regulamento de fevereiro de 1854 não contemplou sinão o ensino elementar e secundario

---

<sup>145</sup> Ibid., p. 177-178.

científico que difere do industrial; a organização deste parece que é considerada dependente dos melhoramentos materiais e seu desenvolvimento, e o resultado sera aparecer então em toda sua nudez a ignorancia das massas do nosso paiz e a superioridade dos outros; porquanto para dirigir as maquinas a vapor nas estradas de ferro e nas embarcações, para construir os mais simples maquinismos teremos necessidade de recorrer a mestres obreiros e construtores estrangeiros, porque entre nós, exceto os cidadãos que se destinam aos cursos científicos, ninguem em todas as outras classes possui as mais ligeiras noções de algebra, geometria, mecanica e hidraulica; e o estrangeiro não pode deixar de olhar com vistas de reparo que não se tenha dado um passo para a organização do ensino industrial em um paiz cujas vastas matas abundam de excelentes madeiras de construção e de marcenaria, cujo solo encerra imensas riquezas mineralogicas, e possui finalmente variados germens de prosperidade, que desenvolvidos há por certo de collocar-o na ordem dos países que pelo progresso de sua industria, predominam no mundo. – [...] <sup>146</sup>.

Assim, a partir de 1850, as falas passam a refletir as preocupações com o progresso material e com o desenvolvimento das técnicas e da ciência; e os desejos de equiparação do Brasil, eventualmente, àquelas nações consideradas então mais civilizadas.

Em 1853, a Comissão de Instrução Pública da Corte encaminha ao governo um projeto de reforma da Aula de Comércio entendendo que o ensino comercial, da forma como se encontrava, não preenchia o seu fim.

Para os autores do projeto, o comerciante não precisava somente do ensino do cálculo aritmético, da contabilidade mercantil e da escrituração, mas também do conhecimento da legislação industrial do país comparada com “a das nações civilizadas”; da parte de nossa legislação relativa ao direito comercial, da legislação alfandegária mais utilizada nas transações diárias, sempre comparadas com a legislação dos demais povos cultos <sup>147</sup>.

Em 1860 o ministro João de Almeida Pereira Filho, ordenou à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional que nomeasse uma comissão para organizar um projeto de escolas práticas de agricultura <sup>148</sup>.

---

<sup>146</sup> Ibid., p. 186-187.

<sup>147</sup> Ibid., p. 249.

<sup>148</sup> Ibid., p. 272.

Uma comissão, presidida pelo Marquês de Abrantes, propôs a criação de um internato onde se ensinasse somente o indispensável para formar agricultores ou chefes de cultura e contramestres rurais, “devendo o seu local reunir a extensão e condições favoráveis a todos os gêneros de culturas e possuir matas, águas abundantes, terras virgens e as que são designadas terras cansadas”<sup>149</sup>.

Os primeiros lentes e mestres de prática, bem como alguns trabalhadores, se mandariam vir da Alemanha, contratados por períodos de até dez anos, renováveis.

Primitivo Moacyr relata ainda sobre um Imperial Instituto de Agricultura, no Rio de Janeiro, que, em 1867 já teria alcançado algum sucesso com a plantação de cana-de-açúcar, batata inglesa, fumo, algodão, arroz, além de outros gêneros alimentícios e plantas forrageiras<sup>150</sup>.

O mesmo autor reporta sobre a existência de institutos de agricultura nas províncias da Bahia, Sergipe, Pernambuco, Rio Grande, e de escolas rurais no Pará, Maranhão e em Juiz de Fora, todas em condições aquém do ideal<sup>151</sup>.

A partir de 1870, e principalmente 1871 quando a Lei do Ventre Livre de certa forma datou o final da escravatura no Brasil, aumenta o empenho pela disseminação de instituições de ensino e prática agrícola.

Resta mencionar que foram feitas tentativas de reformar as Aulas de Comércio, introduzindo nesse ramo um curso administrativo para formar uma classe de subordinados devidamente habilitados para trabalhar nos ministérios e secretarias, além de diversos empregos na sociedade<sup>152</sup>.

### 2.2.3 Reflexões a respeito das tentativas de reforma do ensino

---

<sup>149</sup> Ibid., p. 273.

<sup>150</sup> Ibid., p. 278.

<sup>151</sup> Ibid., p. 279-282.

<sup>152</sup> Ibid., p. 278.

Na *Introdução* desta dissertação foi discutido o espírito pragmático presente na adoção de idéias provenientes de qualquer contexto, interno ou externo, e sua aplicação para a solução de problemas nacionais.

Pode-se dizer que este mesmo pragmatismo esteve presente nas propostas, ainda que tímidas, à política educacional brasileira, desde tempos remotos. O lento desenvolvimento na área de educação foi sendo feito pela ação e pela experimentação, ainda que gradual e composta de retrocessos, e não apenas pela discussão das propostas, como se costumou pensar a respeito do século XIX.

Durante o século XIX no Brasil e até antes nos países da Europa diretamente atingidos pela *Ilustração*, foi feita uma campanha universal pela democratização do ensino para as classes populares.

Em países europeus essa campanha esteve diretamente atrelada ao processo de reorganização do capital. Já no Brasil o fenômeno tinha como causa principal o desejo de aproximar o país às nações consideradas “civilizadas”, o que em parte era cotado por uma estatística favorável da educação, ou seja, pelo número de pessoas alfabetizadas.

É lícito afirmar que as tentativas de modernizar a educação no Brasil foram em grande medida sendo desenvolvidas para atender a necessidades não só de ordem político-econômica como também carências bastante concretas na adaptação de indivíduos para a tarefa de construção de um novo país.

No entanto, conforme Adolpho Morales de Los Rios Filho, muito embora o Brasil fosse um país essencialmente agrícola, os governos coloniais e imperiais o deixaram sem os auxílios diretos e indiretos de que sempre necessitara: aparelhamento técnico, escolas profissionais e crédito agrícola<sup>153</sup>.

Houve um momento, na história do império, quando essa ausência de apoio efetivo por parte do governo, provocou protestos generalizados através da imprensa,

---

<sup>153</sup> RIOS FILHO, A.M. de los. **O Rio de Janeiro Imperial**. 2.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000. p. 439.

notadamente o *Jornal do Commercio*, publicado no Rio de Janeiro.

Foi o que ocorreu nos anos de 1877, quando uma terrível seca atingiu a província do Ceará, afetando a produção agrícola, resultando em pobreza, fome, morte e deslocamento da mão-de-obra para as regiões mais ao sul e, em 1878, durante os Congressos Agrícolas do Rio de Janeiro<sup>154</sup> e do Recife<sup>155</sup>.

Com relação ao efeito do quadro histórico e ideológico na organização do ensino público, para Otaíza Romanelli, agravava a situação o fato de que nem a estrutura econômica da nação permitia oferecer educação técnica em abundância, dada a falta de recursos e a não demanda de mão-de-obra qualificada, determinada pelo [baixo] nível de industrialização do país, nem tampouco as populações estavam interessadas nesse ensino técnico, símbolo de classe dominada<sup>156</sup>.

Aqueles que queriam ascender na escala social aspiravam justamente àquela educação da qual eram dotadas as camadas dirigentes, afastando-se totalmente da idéia de educar-se para o trabalho, estigmatizado por séculos de escravidão.

Esse comportamento, de afastamento da educação profissionalizante de nível básico e médio por parte até mesmo das massas, contribuiu para enfraquecer, até o insucesso total, as muitas mas isoladas iniciativas de implantação do ensino profissionalizante de nível básico e médio.

Isto pode ser constatado através da leitura dos relatórios de presidentes de província onde, sob o item educação, constantemente é reportada a diminuição na freqüência de alunos a cursos profissionalizantes, levando à extinção de muitos. Como resultado, prevaleceu até nossos dias, em todas as camadas da sociedade, a preferência justamente pela formação elitista.

Considerando a educação escolar existente como correspondente às

---

<sup>154</sup> CONGRESSO AGRÍCOLA, 1878, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

<sup>155</sup> CONGRESSO AGRÍCOLA, 1878, Recife. **Trabalhos**. Recife: CEP/PE, 1978.

<sup>156</sup> ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil** (1930-1973). Petrópolis: VOZES, 1989. p. 313.

necessidades e valores da sociedade, a autora, Otaíza Romanelli propõe que não houve, em verdade, defasagem entre educação e desenvolvimento, da mesma forma que Roberto Schwarz, segundo Sérgio Paulo Rouanet, propõe que não há, de fato, contradição entre invocar a norma e transgredi-la.

Ao concluir este capítulo ponderamos que, se o pensamento de Beaurepaire não foi nem pioneiro, nem único, isolá-lo, no entanto, permitiu conhecer a problemática da educação para muito além dos mitos anteriores, culpa, em parte, da bibliografia que sempre privilegia os mesmos personagens e temas, selecionando, de fontes riquíssimas, sempre os mesmos trechos e recortes.

Quanto à explicação para o fato de o governo não ter implementado muitas das propostas apresentadas para a elaboração de sua política educacional, pode-se propor que, no ato de fazer política, o império optou por não optar, preferindo deixar ao ritmo, lento, do tempo, o inevitável. Ou seja, a não-ação também sendo uma escola política entre outras alternativas, o governo optou por ela.

Entender por que aquelas idéias não se realizaram implicaria, ainda, analisar quais os grupos que, na luta pelo poder, conseguiram fazer prevalecer os seus interesses. Como a luta pelo poder costuma estar, na maioria das vezes, atrelada a interesses econômicos, e a economia, no período, assentava-se na escravidão, essa discussão será retomada no próximo capítulo, que trata de temas convergentes: escravidão e abolição, através da imigração, educação e reforma agrária.

Ou pode ser que, como infere Regina Schelbauer, o governo só vai agir, para interferir, quando as reivindicações e tensões dos grupos ameaçam romper o equilíbrio das sociabilidades<sup>157</sup>.

Ela explica que, com relação a tantos projetos apresentados mas não implementados, “pode-se dizer que, apesar dos desejos manifestos, a escola primária e o sistema nacional de ensino, no Brasil, não foram criados naquele momento, pois as

---

<sup>157</sup> SCHELBAUER, A.R. **Idéias que não se realizam**: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914. Maringá: EDUEM, 1998. p. 141.

transformações que criariam a necessidade de educação nacional ainda teriam que se processar<sup>158</sup>.

Nesse sentido, as idéias de Beaurepaire e de outros reformistas, não conseguiram adiantar o bonde da história.

Conforme citado alguns parágrafos acima, a educação continuará sendo tema de debates nas décadas finais do império. Se antes ela era vinculada ao trabalho e progresso, a partir dos 1870, “as discussões sobre a substituição do trabalho escravo, trazem, em sua esteira, a crença na criação de escolas para disciplinar e treinar a mão-de-obra para o trabalho assalariado”, com o fim de possibilitar uma transição sem conseqüências funestas à nação<sup>159</sup>.

É esse o assunto discutido no próximo capítulo.

---

<sup>158</sup> Ibid., p. 137.

<sup>159</sup> Ibid., p. 20-21.

### 3 ESCRAVIDÃO E ABOLIÇÃO

#### 3.1 ESCRAVISMO E COLONIALISMO<sup>160</sup>

A escravidão foi o meio utilizado pelos colonizadores europeus para explorar as imensas riquezas das regiões por eles ocupadas a partir do século XVI.

A partir de então, ao longo de 300 anos, até início do século XIX, o tráfico Atlântico de escravos foi realizado por países da Europa Ocidental para fornecer mão-de-obra para trabalhar nas plantações e minas das colônias francesas, britânicas, espanholas, holandesas e portuguesas<sup>161</sup>.

A implantação do escravismo no Brasil é justificada pela ausência no país de grandes populações de ameríndios habituados à vida sedentária, e a continuidade do sistema é atribuída ao insucesso inicial da tentativa de utilizar imigrantes europeus para satisfazer a demanda de trabalhadores agrícolas<sup>162</sup>.

No Brasil, a grande propriedade monocultora e escravista tornou-se a base da economia que girou em torno da exportação de produtos tropicais para as metrópoles,

---

<sup>160</sup> Embora o Escravismo venha sendo tratado pela historiografia como tendo sido a solução colonialista alguns autores lembram que “organizando a legislação nacional, o Código Criminal do Império do Brasil (1830) adaptou a escravidão à modernidade oitocentista”. (ALENCASTRO, Luiz Felipe de Alencastro. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, F. (coord.) e ALENCASTRO, L.F. (org.). **História da Vida privada no Brasil** : Império. São Paulo : Companhia das Letras, 1997. p. 17.

<sup>161</sup> BETHELL, L. **A Abolição do tráfico de escravos no Brasil**: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. p. 7.

<sup>162</sup> Entre os autores que citam esse argumento destaca-se: EISENBERG, P. L. **The Sugar Industry in Pernambuco**: Modernization Without Change, 1840 – 1910. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1974. p. 7.

de onde provinham os produtos manufaturados necessários à vida da colônia<sup>163</sup>.

O africano e seus descendentes também foram utilizados na prestação de serviços de toda a natureza, nos meios rurais e urbanos, inclusive no transporte de carga e até de pessoas, e os anúncios de jornais da época constituem valiosa fonte de informações sobre a variedade de tarefas por eles executadas. Entre eles destacam-se o *Jornal do Comércio*, o *Diário do Rio de Janeiro* e o *Correio Mercantil*, citados por inúmeros pesquisadores, incluindo Mary C. Karasch em sua obra sobre a vida dos escravos no Rio de Janeiro<sup>164</sup>.

No início do século XIX, o sistema colonial tradicional entrou em crise. A revolução industrial que se operava na Europa, o desenvolvimento das novas formas de capitalismo, o avanço das idéias liberais, além do processo de emancipação política das colônias da América alteraram profundamente o esquema tradicional, com novas técnicas de domínio e exploração substituindo as antigas relações entre colônias e metrópoles<sup>165</sup>.

Segundo Emília V. da Costa, nos países em que se processou a Revolução Industrial, os novos grupos ligados ao capitalismo industrial, que passaram a influenciar a política, condenaram a escravidão. A existência de uma grande massa de escravos nas regiões coloniais parecia-lhes um entrave à expansão de mercados e à modernização dos métodos de produção<sup>166</sup>.

---

<sup>163</sup> COSTA, E.V. da. O escravo na Grande Lavoura. In: BUARQUE, S.B. de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969. Tomo II, v. 3, p. 135.

<sup>164</sup> Além de KARASCH, M.C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 67-98), destacam-se pela utilização de anúncios de jornais de época como fonte para se conhecer aspectos da sociedade os historiadores GRAF, M.E. de C. (**Imprensa Periódica e Escravidão no Paraná**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1981), e FREYRE, G. **Os Escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**.

<sup>165</sup> COSTA, E.V. da. O escravo na Grande Lavoura. In: HOLANDA, S.B. de (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969. Tomo II, v. 3, p. 135.

<sup>166</sup> Id.

Mas no mesmo contexto, onde idéias liberais seduziam um grande número de membros da elite imperial não comprometidos com as práticas coloniais, havia, por toda parte, sólidos interesses ligados à escravidão. O Brasil tornou-se independente de Portugal sem que ocorresse uma mudança nos quadros econômicos – a estrutura tradicional se manteve e o escravo continuou a ser a mão-de-obra preferida<sup>167</sup>.

Opinião compartilhada por Leslie Bethell<sup>168</sup>, Alan K. Manchester<sup>169</sup>, Richard Graham<sup>170</sup> e Robert Conrad<sup>171</sup>, para quem, sem uma poderosa oposição do exterior, principalmente da Inglaterra, e o exemplo moral de outras nações, afetando as mais altas esferas do governo brasileiro, o Brasil dificilmente teria agido para se privar das suas fontes de escravos<sup>172</sup>.

Já José Murilo de Carvalho argumenta que a pressão inglesa, se era liberalizante no Brasil, tinha cunho protecionista no que se referia à Inglaterra, contrária que era ao livre jogo do mercado.

Uma das principais razões para aquele país defender a suspensão do tráfico era o fato de o Brasil e Cuba competirem vantajosamente com a Índias Ocidentais na produção de açúcar, por utilizarem mão-de-obra escrava<sup>173</sup>.

A ação inglesa sem dúvida exerceu considerável pressão no encaminhamento

---

<sup>167</sup> Id.

<sup>168</sup> BETHELL, L. **A Abolição do tráfico de escravos no Brasil** : A Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

<sup>169</sup> MANCHESTER, A.K. **Preeminência Inglesa no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

<sup>170</sup> GRAHAM, R. **Britain and the Onset of modernization in Brazil**. 1850-1914. London: Cambridge University Press, 1968.

<sup>171</sup> CONRAD, R. **Os Últimos anos da escravatura no Brasil**: 1850-1888. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

<sup>172</sup> Ibid., p. xv.

<sup>173</sup> CARVALHO, J.M. de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial. 2.ed.rev. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Relume Dumará, 1996. p. 270-302.

político do problema da escravidão no Brasil, mas à ela devem ser somados os esforços de indivíduos e grupos nacionais, entravados pelos jogos de poder disputados pelos membros dos partidos Liberal e Conservador, e também as revoltas e ações jurídicas dos próprios escravos.

Robert Conrad, por exemplo, trata de ressaltar que, embora fosse difícil determinar até que ponto o espírito rebelde dos escravos contribuiu para a abolição em virtude da ausência de fontes escritas deixadas por eles por serem, em sua maioria, analfabetos, esse espírito foi crucial durante a última fase do movimento escravista<sup>174</sup>.

Mas o trabalho escravo estava de tal forma impregnado na vida nacional que tentar suprimir o tráfico, como diz Alan K. Manchester, “simplesmente aprovando estatutos e assinando tratados”, era uma atividade vã. Na Inglaterra, diz ele, “uma longa e intensiva educação da opinião pública precedera a abolição final do tráfico”<sup>175</sup>.

No Brasil, apelos à opinião pública com o intuito de angariar apoio à causas, de “educar” a opinião pública ou de legitimar reivindicações, também ocorreu com certa freqüência, principalmente em momentos de crise política<sup>176</sup>, mas é inegável que por muito tempo prevaleceram os interesses de parte da elite agrária, mesmo porque a produção agrícola era a que maior volume de riquezas produzia para o país, fazendo com que representantes desse seguimento desejassem controlar a política.

As elites nacionais educadas na Europa, ou mesmo no Brasil, mas abertas à produção intelectual, humanística ou técnico-científica internacional, apreciavam muito as idéias liberais vindas de fora, mas a adoção desse ideário tornava-se inviável

---

<sup>174</sup> Ibid., p. 18.

<sup>175</sup> MANCHESTER, A.K. **Preeminência Inglesa no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973. p. 148.

<sup>176</sup> A respeito do apelo à opinião pública através da imprensa, ver, entre outros : GILLIES, A.M.R. O Poder Moderador e a Crise Política de 1878 : Esfera Pública, Imprensa e Cidadania. in: **Anais da XXI Reunião da SBPH**. Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica. Rio de Janeiro: SBPH, 2002. p. 263-268; HABERMAS, J. **Mudança Estrutural da Esfera Pública** : investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1984; e LEITE, R.L. **Republicanos e Libertários** : pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822). Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2000.

dada a realidade nacional.

Pressionado pelos interesses internacionais de um lado, controlado pelos representantes dos setores agrários, do outro, impossibilitado de desenvolver outros tipos de economia, o país continuava apegado às formas tradicionais de exploração da terra. Permaneciam as culturas de tipo extensivo, os latifúndios, o trabalho escravo, os métodos rotineiros, a ausência de mecanização, todo o quadro, enfim, da agricultura nacional. Economia de exportação, sujeita às oscilações do mercado internacional, assim fôra na época colonial a produção do açúcar e continuará a ser, no país independente, a produção do café. Juridicamente, a nação estava livre. Novas perspectivas se abriam, mas as estruturas tradicionais persistiam inalteradas. [...] No Parlamento recitava-se o credo liberal. Incluíam-se na Carta Constitucional de 1824 as fórmulas que a Declaração dos Direitos do Homem consagrara. Asseguravam-se as garantias individuais. Afirmava-se que a lei é a expressão da vontade do povo. Teoricamente aboliam-se os privilégios e igualava-se a todos perante a lei, mas ao resguardar-se a propriedade como um dos direitos inalienáveis e imprescritíveis do homem, mantinha-se a contradição que se tornaria geradora de numerosos conflitos : faziam-se revoluções em nome da liberdade, mas em nome do direito de propriedade a nação mantinha escravizados mais de um milhão de homens<sup>177</sup>.

O país achava-se, assim, num paradoxo, dividido entre a sedução do ideário universalista e a “impossibilidade” de sua adoção, fazendo com que o Brasil invocasse a norma e a transgredisse ao mesmo tempo<sup>178</sup>, ao apropriar-se dela e adaptá-la à realidade nacional.

Para Roberto Schwarz, não se pode negar a hegemonia intelectual da Europa, mas no Brasil escravista, ou quando exposta à diferentes panos de fundo, fica clara a impropriedade de sua pretensão universal. Segundo o autor, no contexto nacional, as idéias consideradas à época as mais adiantadas do planeta não serviam para nada, mas eram adotadas com orgulho de forma ornamental, como prova de modernidade e distinção: “[...] nada melhor, para dar lustre às pessoas e à sociedade que formam do que as idéias mais ilustres do tempo, no caso as européias”<sup>179</sup>.

---

<sup>177</sup> COSTA, E.V. O escravo na Grande Lavoura. In: HOLANDA, S.B. de (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969. Tomo II, v. 3. Op. cit., p. 136-137.

<sup>178</sup> A respeito da discussão em torno das “idéias vindas de fora”, ver: SCHWARZ, R. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1977. p. 13-28, e ROUANET, S.P. **Mal-estar na modernidade**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>179</sup> Ibid., p. 13-25.

De acordo com o autor, conhecer o Brasil era saber desses deslocamentos, vividos e praticados por todos como uma espécie de fatalidade. As idéias liberais não se podiam praticar, mas eram ao mesmo tempo indescartáveis<sup>180</sup>.

Envergonhando uns, irritando a outros, que insistiam na sua hipocrisia, essas idéias eram referência para todos: “pouco ajuda insistir na sua clara falsidade”, pondera o autor, “inevitável desajuste, ao qual estávamos condenados pela máquina do colonialismo”<sup>181</sup>.

A profunda contradição entre a norma e a prática não preocupava à maioria dos políticos. Invocar autores e modelos estrangeiros fazia parte das argumentações durante praticamente todo o século XIX. Serviam de referência, mas passavam por adaptações e pelo crivo da variedade de interesses.

Não foram muitos os que nessa época denunciaram os males do sistema escravista e preconizaram a sua extinção. Entre os poucos, destaca-se o projeto de emancipação gradual apresentado em 1823 à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império por José Bonifácio de Andrada e Silva<sup>182</sup>.

O projeto reformista de Bonifácio esbarrou, no entanto, em interesses concretos e poderosos o suficiente para retirar da pauta política temas como abolição, educação pública e reforma da propriedade da terra, mas foi retomado mais tarde por outros membros da elite imperial, entre os quais se destaca Henrique de Beaurepaire Rohan, cujas propostas para a emancipação do elemento escravo e abolição da escravidão são o objeto de análise desta pesquisa.

Robert Conrad enumera os argumentos utilizados pelos contemporâneos do período para justificar a necessidade da manutenção do tráfico e da escravidão no Brasil, e que se encontram em praticamente todas as obras sobre o assunto.

---

<sup>180</sup> Ibid., p. 17.

<sup>181</sup> Ibid., p. 22.

<sup>182</sup> Para apresentação desse projeto, ver : DOHLNIKOFF, M. (org.) **Projetos para o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 13-14.

Para tanto, cita, entre outros, o engenheiro de minas alemão Wilhelm von Eschwege, para quem o escravo “que conhecia perfeitamente o Brasil, fora sempre o lavrador, fabricante de açúcar e de aguardente, animal de transporte, máquina de britagem e de pulverização, cozinheiro, pagem, palafrenero, sapateiro, alfaiate, correio e carregador”<sup>183</sup>.

Cita ainda Peixoto de Brito, que escreveu:

O escravo no Brasil, afirmou um escritor em 1870, ocupa um lugar muito importante em todas as condições da existência do paiz; ele representa o trabalho, origem de toda a riqueza, representa o capital, pelo seu valor e pelos seus productos; representa a pequena industria, porque alem do trabalho agricola, emprega-se em todas as artes liberais, enfim o escravo é uma parte integrante da sociedade brasileira, cuja organização tem assim atravessado o longo espaço de mais de três seculos<sup>184</sup>.

Vai além, outrossim, ao afirmar que a resistência à supressão do tráfico e à abolição, ou seja, as razões para a ausência de oposição à escravatura estavam relacionadas com a sobrevivência, ainda muito depois da independência de 1822, de uma sociedade essencialmente colonial, onde uma classe de fazendeiros dominava a terra, as vidas de uma grande parte da população ativa, as instituições políticas e a maioria das oportunidades econômicas, incluindo as dos comerciantes, magistrados, burocratas e uma pequena e dependente classe intelectual, além de não contar com uma ampla classe média educada e politizada o suficiente para oferecer oposição representativa, ou seja, para exercer o seu papel histórico no desequilíbrio e mudança dos sistemas tradicionais.<sup>185</sup>

A relutância brasileira para abandonar o sistema de escravos não foi apenas consequência da grande importância social e econômica da instituição, [...] mas estava também intimamente relacionada com a sobrevivência de atitudes tradicionais que mantinham e protegiam a maioria dos costumes e instituições que o Brasil herdara do passado

---

<sup>183</sup> CONRAD, R. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 12-13.

<sup>184</sup> Ibid., p. 17-18.

<sup>185</sup> Ibid., p. xvi-xvii.

colonial<sup>186</sup>.

Por isso, para aquele autor, o tradicionalismo foi um fator que contribuiu por muito tempo, até o século XX, para o subdesenvolvimento da América Latina<sup>187</sup>.

De fato, no Brasil, a escravatura era muito mais do que uma instituição econômica, pois a propriedade de escravos não era só lucrativa, como também elevava o *status* do proprietário aos olhos dos outros.

A escravatura penetrava todos os setores da vida brasileira, na agricultura, nos centros urbanos, como criados domésticos nas grandes casas; como escravos de ganho entre os mais pobres, para cujas famílias, quando nenhuma atividade desenvolviam, podiam representar o único sustento, a única fonte de renda. Ou seja, a propriedade de escravos não se limitava a uma pequena classe dominante, sendo que até escravos libertos os possuíam.

A Igreja os tinha, bem como o próprio governo.

Não representavam apenas as mãos e os pés dos seus senhores, como simbolizavam o único instrumento de trabalho, o qual era considerado, na sociedade escravista brasileira, desonroso entre as pessoas livres, digno apenas de escravos.

Foi essa mentalidade um dos motivos que tornou tão difícil mais tarde atrair para o mundo burguês do trabalho tanto as pessoas pobres livres quanto aquelas recém-libertadas.

Nestas circunstâncias, as atitudes antiescravatura que já se haviam tornado comuns em Londres e Boston, bem como no México e Chile, durante a primeira metade do século XIX refletiram-se sem grande lustro no Império do Brasil. Confrontados pela necessidade de reagir a idéias adequadas às necessidades econômicas da Europa Ocidental e da Grã-Bretanha, mas que não se adaptavam às instituições brasileiras, os líderes e os governos de Portugal e do Brasil pareciam, por vezes, simpatizar com as opiniões estrangeiras sobre a questão da escravatura, mas eram obrigados pela estrutura econômica e política de sua sociedade e pelas exigências de seus mais importantes cidadãos a seguirem políticas que assegurassem a continuação da importação de centenas de milhares de negros e negras. Dada a natureza do sistema de escravos, a determinada oposição dos ingleses e o prestígio

---

<sup>186</sup> Ibid., p. 25.

<sup>187</sup> Id.

e influência das idéias estrangeiras, alguma oposição brasileira ao comércio de escravos e até à própria escravatura era inevitável, embora os que se opunham à escravatura continuassem constituindo uma pequena minoria até a década de 1880<sup>188</sup>.

### 3.2 A OPOSIÇÃO NACIONAL AO ESCRAVISMO NO BRASIL

Segundo Alcindo Sodré, até meados do século dezenove não houve quem apresentasse um plano organizado para a supressão do escravismo no Brasil, opinião compartilhada, mais de 50 anos após, por José Murilo de Carvalho<sup>189</sup>. O  nico motivo para a alforria dos cativos tinha sido a sua participa o em surtos revolucionários, o seu tributo de sangue nas contendas<sup>190</sup>.

Assim, toda a idéia de liberta o prendia-se aos interesses de êxito das conspira es políticas, o que às vezes podia representar um problema quando em determinada região o número de negros era maior que o de brancos, conforme documentos pesquisados pelo autor nos *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*. Mas a liberta o condicionada   luta em conflitos, foi um recurso utilizado, além de 1789, também nos anos de 1817 durante a Revolu o Pernambucana e em 1835 na Bahia durante a Revolta dos Malês.

Alcindo Sodré faz a distin o da natureza dos diferentes movimentos libertários a favor da aboli o. Segundo ele, as primeiras oposi es teriam sido expressadas por Hipolyto da Costa, José Bonifácio e Barbacena, “que viviam ou estiveram na Europa e para quem a questão servil era colocada em conjuga o com o difícil problema do reconhecimento da Independência”<sup>191</sup>.

---

<sup>188</sup> Ibid., p. 27-28.

<sup>189</sup> CARVALHO, J.M. de. **A constru o da Ordem**: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial. 2.ed. rev. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Relume Dumará, 1996. p. 276.

<sup>190</sup> SODRÉ, A. **O elemento Servil**: A Aboli o. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942. p. 55.

<sup>191</sup> Ibid., p. 80.

Na época, ele lembra, a lavoura não tinha o vulto e a significação com que se iria desenvolvendo, para chegar aos paroxismos do 13 de maio, com que figurava dominando a receita do Tesouro Nacional.

As segundas, qualificadas como abolicionistas, teriam sido os “teóricos visionários, cujo emprego da oratória libertária se tornou vitorioso pela utilização dos sentimentos piedosos da Princesa Isabel”<sup>192</sup>.

Já a lei de 1888 teria sido o resultado de uma febre espiritual, iniciada na legislatura de 1879-80, e chamada Abolicionismo, tendo como personagem de maior destaque Joaquim Nabuco.

Um aspecto interessante da análise de Alcindo Sodré, cujo ponto de vista converge com o de grande número de autores,   a credibilidade que outorga a D. Pedro II, como tendo sido a única figura que, no Segundo Reinado, manteve inalterado o seu papel naquilo tudo que concerne   aboli o da escravidão, qual seja o de aceitar a necessidade de sua proclama o – gradual -, como não poderia deixar de ser na visão do monarca de um império escravista.

A exposi o dos argumentos acima, utilizados pelos homens do século XIX na defesa de diferentes concep es de sociedade, teve como objetivo dar uma idéia da atmosfera mental do século XIX.

### 3.3 PRINCIPAIS MOMENTOS NO PROCESSO DE ABOLI O DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL

A 7 de Novembro de 1831   promulgada a primeira lei nacional proibindo o tráfico. Nessa lei estavam previstas severas penas aos importadores de escravos, considerados como tais tanto os que os vendessem e transportassem, como os compradores. Mas era uma legisla o vaga e imperfeita, considerada como lei criada “para inglês ver”, em virtude da pressão exercida pelos ingleses para supressão do

---

<sup>192</sup> Id.

tráfico<sup>193</sup>.

A lei deveria garantir a liberdade dos emancipados por ela no país, ou seja, daqueles escravos entrados no país a partir dessa data, mas a discussão em torno dessa garantia arrastou-se por anos sem ter sido de fato realizada. Como a promulgação da mesma estava atrelada à interferência britânica, continuaram as pressões.

Como solução para administrar o contingente de africanos emancipados, o governo permite, por um aviso de 1834, a sua distribuição para o serviço público e de particulares no município da Côrte. No ano seguinte, a distribuição dos africanos livres é estendida ao interior, onde a menor possibilidade de vigilância por parte do governo acabaria facilitando a reescravização.

Por quase duas décadas as discussões em torno da supressão do tráfico se mantiveram, estiradas entre a resistência à alteração do *status quo* escravista e as manifestações doutrinárias contra o tráfico.

Em agosto de 1845 um projeto é transformado em lei na Inglaterra, o Bill Aberdeen, pelo qual aquele país podia fiscalizar e deter embarcações negreiras de bandeira brasileira capturadas em todos os mares pelos navios britânicos.

De 1845 a 1850, a promulgação do Bill Aberdeen e da Lei que finalmente suprime o tráfico se inserem na luta partidária. Quando um partido estava no ostracismo, passava a responsabilizar a política do gabinete de oposição pelos insucessos de suas medidas e reivindicar para si o direito de resolver a questão. Assim, o Partido Liberal, que em 1848 competira com o Conservador na defesa do tráfico em oposição à ação inglesa, quando conveniente, reivindica para si o direito de fazer a repressão do mesmo.

“Entretanto”, explica Paula Beiguelman, “ao responder à pressão inglesa no sentido da assinatura de um tratado, os partidos se verão conduzidos, no curso do jogo político – paradoxalmente travado no terreno da luta pela manutenção do *status quo*

---

<sup>193</sup> BEIGUELMAN, P. O Encaminhamento Político do Problema da Escravidão no Império. In: HOLANDA, S.B. de. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969. p. 189-219.

escravista – a superar as expectativas da Inglaterra, extinguindo de fato e definitivamente o tráfico”<sup>194</sup>.

Promulgada a lei, o gabinete começa a promover a efetiva extinção do tráfico, sob a vigilância do partido adversário. Mas, resolvidos os principais problemas relativos ao tráfico, os partidos passam a disputar sobre os seus títulos na promoção da lei. O Partido Liberal invoca a iniciativa de inscrever a questão em sua bandeira, e adota a tese pela qual a ação do gabinete conservador teria sido mera decorrência da coação inglesa.

Os liberais, porém, não podiam fugir à crítica dos conservadores de que, embora se dissessem contra o tráfico, nada tinham feito para terminá-lo.

Na verdade, segundo José Murilo de Carvalho, até 1850 não houve no Brasil qualquer corrente de opinião, de alguma importância, que fosse abertamente contra o tráfico e, embora quase todos os políticos reconhecessem a obrigação moral e legal de terminá-lo, temiam as conseqüências econômicas da medida.

Uma vez suspenso o tráfico e proclamadas as leis para dar sustentação a uma nova política econômica, o país põe-se a caminho de sua modernização, inevitável, mas gradual e conservadora, comandada do trono e conduzida pelos homens de confiança do imperador.

### 3.4 PROJETOS ABOLICIONISTAS

A lei de 1850, que aboliu o tráfico de escravos, redirecionando investimentos para outras áreas e patrocinando um início de modernização científica e técnica, também aumentou as preocupações com a escassez de mão-de-obra para a lavoura, principal geradora das receitas do Estado.

Na verdade, não há consenso quanto a escassez de mão-de-obra. Como via de regra, não havia uma reprodução sistemática do elemento escravo e as péssimas

---

<sup>194</sup> Ibid., p. 202.

condições gerais de sua existência resultavam em poucos nascimentos e elevado grau de mortalidade<sup>195</sup>.

Por outro lado, os diferentes ciclos econômicos serviram para redirecionar os contingentes de mão-de-obra escrava. Assim, quando a cultura cafeeira se disseminou na região centro-sul, a queda na produção de cana-de-açúcar e de algodão no nordeste permitiu que os escravos daquela região fossem para o sul. Na verdade, suspenso o tráfico externo, fortalece-se o interno.

À medida que o problema da mão-de-obra ia se intensificando, uma solução considerada foi a imigração chinesa, européia e africana.

Os esforços para promover a imigração chinesa foram frustrados, em parte, pelos argumentos racistas contra essa etnia. A imigração de africanos foi vencida pelos fortes argumentos de que seria praticamente impossível impedir a escravização desses novos colonos. Quanto à imigração européia, ela não se fez sem problemas e teve natureza diferente em diferentes regiões. Além disso, não havia consenso quanto à necessidade de atrair para o Brasil trabalhadores vindos de fora. Muitos argumentavam a favor da utilização da população nacional pobre e livre, criando-se leis para obrigá-los ao trabalho, pelo qual, dizia-se, não sentiam grande atração.

Quando as lutas pela abolição ou preservação do sistema escravocrata se intensificaram, dividiram-se as opiniões por região.

A elite agrícola de algumas províncias, particularmente do nordeste, tinha menos razões do que os fazendeiros de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo, para insistir na continuação do sistema escravista quando este passou a ser mais fortemente condenado. O nordeste vinha ao longo dos anos perdendo para o sul grande parte de seus trabalhadores em virtude da diminuição na demanda dos produtos de sua agricultura e do fortalecimento da indústria do café no mercado

---

<sup>195</sup> Conforme destaca Celso Furtado (**Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Publifolha, 2000. 27a. ed. p. 124): “O fato de que a população escrava brasileira haja tido uma taxa de mortalidade bem superior à de natalidade indica que as condições de vida da mesma deveriam ser extremamente precárias”.

mundial. Como resultado disso, o norte vinha efetuando uma transição para o sistema de trabalho livre, que não ocorria no sul, no mesmo período.

A partir de 1860 aumentam as pressões: o país não podia mais ignorar as críticas à escravatura, as pressões externas, principalmente da Inglaterra, as reformas no sistema que se vinham operando em outras partes do mundo, bem como o desenvolvimento de um movimento emancipacionista nacional que se fortalecia, culminando em 1871 com a aprovação da Lei do Ventre Livre.

Se a lei de 1871 teve o sentido inequívoco de datar o final da escravidão e de fortalecer a luta pela extinção do sistema, como costuma ser enfatizado pela historiografia, ela também fez parte do processo de elaboração das políticas públicas que levaram à sua extinção.

Na historiografia, enquanto Robert Conrad<sup>196</sup>, por exemplo, evidencia o papel de indivíduos, organizações e a imprensa na supressão do sistema, para José Murilo de Carvalho “a iniciativa foi sem dúvida da Coroa, secundada pelo gabinete conservador e apoiada pela imprensa abolicionista e parte do Partido Liberal”<sup>197</sup>.

De qualquer forma, a lei desencadeou um debate nacional quase sem precedentes, nas câmaras legislativas, na imprensa e nas associações. Grandes jornais eram subsidiados para apoiar a causa do governo em prol da emancipação. Nas Províncias panfletos de propaganda e jornais locais tomavam partido contra ou a favor, e alguns periódicos mais radicais circulavam na Corte e capitais das Províncias, como *O Abolicionista*.<sup>198</sup>

Os argumentos a favor ou contra a abolição eram fortalecidos por

---

<sup>196</sup> CONRAD, R. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 185-337.

<sup>197</sup> CARVALHO, J.M. de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial**. 2.ed. rev. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ-Relume Dumara, 1996. p. 269-302.

<sup>198</sup> O jornal *O Abolicionista* era um órgão da Sociedade Brasileira Contra e Escravidão, fundada em 1880 por Joaquim Nabuco, tendo como colaboradores Henrique de Beaurepaire Rohan, presidente honorário, André Rebouças, tesoureiro, entre outros.

considerações que levavam em conta não só um amplo número de fatores teóricos assim como situações concretas.

Se a grande agricultura se achava numa encruzilhada, o governo não enfrentava situações menos difíceis. Todos percebiam que não se poderia contar com o braço escravo por muito mais tempo, muitos também achavam, porém, que o trabalhador europeu não era a solução – opinião fortalecida pelo insucesso das experiências com a imigração em algumas partes do país.

À incerteza quanto ao futuro veio somar-se, em 1877-78, uma grande seca que atingiu o Ceará, provocando apelos por parte dos agricultores daquela Província<sup>199</sup>. Também os plantadores de café no sul requeriam a atenção do governo : a lei de 1871 que libertava os filhos das escravas havia aumentado as inquietações dos fazendeiros daquela região, gerando insatisfações com a Monarquia e fortalecendo as simpatias pelo Partido Republicano.

Por esses motivos o Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Luis Cansansão de Sinimbu, convocou um Congresso Agrícola que reuniu-se em julho de 1878 no Rio de Janeiro, para o qual, curiosamente, convidou apenas os agricultores do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, o que gerou protestos no nordeste e a convocação de seu próprio Congresso em Recife<sup>200</sup>, no mês de setembro do mesmo ano<sup>201</sup>.

O ministro alegou que limitava o convite, por ora, àquelas Províncias de onde mais facilmente os agricultores poderiam comparecer ao Congresso, mas, conforme José Murilo de Carvalho, “pode-se deduzir que a razão principal da opção

---

<sup>199</sup> O período de secas que vai de 1877-1878 foi um dos mais devastadores que o nordeste enfrentou e pode ter sido responsável pela morte de 300 a 500 mil pessoas, das quais 150 mil teriam morrido de fome.

<sup>200</sup> No entanto, se o Congresso do Recife foi organizado como uma resposta contestatória ao Congresso do Rio de Janeiro, ele também foi excludente ao centralizar suas preocupações em torno da indústria do açúcar, pernambuca, em óbvio descaso à cultura do algodão, produzido em outras províncias.

<sup>201</sup> CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE, 1878, Recife. **Trabalhos**. Recife: CEPA/PE, 1978.

tenha sido a maior dificuldade enfrentada por essas províncias na substituição da mão-de-obra e o maior peso do café na economia do país, sem falar no maior desenvolvimento do Partido Republicano no Sul”<sup>202</sup>.

Na fala com que abre o programa do Congresso, Sinimbu inova ao expressar a intenção de formular uma política levando em consideração as reivindicações apresentados por aqueles mais diretamente interessados.

Para tanto, pede resposta dos participantes do Congresso a uma série de quesitos como:

Quais as necessidades mais urgentes e imediatas da grande lavoura? É muito sensível a falta de braços para manter, ou melhorar ou desenvolver os actuaes estabelecimentos da grande lavoura? Qual o modo mais efficaz e conveniente de supprir essa falta? Poder-se-há esperar que os ingenuos, filhos de escravas, constituam um elemento de trabalho livre e permanente na grande propriedade? No caso contrário, quaes os meios para reorganizar o trabalho agrícola? A grande lavoura sente carência de capitaes? No caso affirmativo, é devido este facto á falta absoluta delles no paiz, ou á depressão do credito agricola? Qual o meio de levantar o crédito agrícola? Convem crear estabelecimentos especiaes? Como fundal-os? Na lavoura têm-se introduzido melhoramentos? Quaes? Há urgencia de outros? Como realizal-os?<sup>203</sup>

A adesão ao Congresso foi muito positiva, tendo comparecido um grande número de proprietários. Os que não foram, enviaram justificativas. Todos apresentaram sugestões, dentre as quais destacam-se as propostas de Henrique de Beurepaire Rohan.

Sua grande preocupação era como encontrar uma alternativa para a mão-de-obra escrava que não representasse uma perda total das vantagens usufruídas pelos fazendeiros até então, ou seja, como dotá-los de uma mão-de-obra igualmente lucrativa.

Para ele, o escravo era um trabalhador como o poderia ser outro elemento qualquer, nacional ou estrangeiro, com a diferença de que a escravidão era uma forma

---

<sup>202</sup> CARVALHO, J.M. Introdução. In: CONGRESSO AGRÍCOLA, 1878, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

<sup>203</sup> CONGRESSO AGRÍCOLA, 1878, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. p. 1-2.

de trabalho compulsório que passava a ser questionada. Sua proposta, modernizante e conservadora ao mesmo tempo, pretende preservar o trabalhador através de uma mudança aparente do sistema.

Essa abolição deveria ser feita logo, diz, e àqueles que temiam perturbações na ordem pública com uma libertação em massa, ele cita inúmeros exemplos de emancipações ocorridas no país com a consequência de os escravos terem permanecido nas terras<sup>204</sup>.

O que poderia tornar-se realmente perigoso, argumenta, era a continuação da escravidão. “A idéia de liberdade, que vai pouco e pouco insinuando-se no espírito dos captivos, pôde vir a ser a causa de um grande desastre, se, para evital-o, não houver um acto mais ou menos legal, que venha a tempo proclamar a geral libertação, sem condição alguma”<sup>205</sup>.

Se a extinção da escravidão era inevitável, a que meio recorrer para manter a grande lavoura na grande propriedade sem recorrer ao pagamento de salários, à parceria ou à locação de serviços, uma vez que esses eram meios que Beaurepaire considerava imperfeitos e artificiais?<sup>206</sup>

Ao repartimento da terra, à transformação das fazendas em colônias agrícolas e à conversão dos escravos em colonos, propõe.

Nesse sentido Beaurepaire também inova. O retalhamento da grande propriedade já vinha sendo proposto no Brasil, mas com a entrega da posse útil a

---

<sup>204</sup> BEAUREPAIRE ROHAN, H. de. O Futuro da Grande Lavoura e da Grande Propriedade no Brazil. Memória Apresentada ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas pelo Marechal de Campo Henrique de Beaurepaire Rohan. In: CONGRESSO AGRÍCOLA, 1878. Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. p. 248.

<sup>205</sup> Ibid., p. 248-249.

<sup>206</sup> Ele argumenta que os salários estavam caríssimos e não era possível prever o que aconteceria no futuro por dependerem do mercado; que o assalariado trabalhava o menos que podia, não tendo outro fim senão receber o seu jornal com o qual se satisfazia, não se importando com os prejuízos do patrão, produzindo, assim, menos que o escravo, o qual, mesmo pouco interessado nos lucros de seu senhor, era compelido ao trabalho por meios violentos. Quanto ao sistema de parceria achava que estava condenado pela prática, ou seja, pelos insucessos da tentativa do senador Vergueiro em sua fazenda de Ybicaba (Op. cit., p. 243).

colonos europeus. Ele propõe-nas para a criação de colônias formadas de nacionais e de escravos<sup>207</sup>.

Explica que o sistema sugerido não importaria a destruição da grande propriedade, mas mudaria apenas o regime, sendo mesmo uma condição indispensável ao desenvolvimento da lavoura.

Desta forma, seu sistema privilegia a divisão territorial e o elemento servil, mas tratará também da população pobre e livre e da conveniência de atraí-los para o mundo do trabalho.

Vai além. Para ele, mais previdente seria, melhor serviço faria a si e à lavoura, o fazendeiro que reservasse para si uma certa extensão de suas terras com destino ao estabelecimento de fábricas centrais, onde fossem convenientemente preparados, para o consumo e a exportação, os diversos produtos das colheitas e onde conseguissem beneficiar seus produtos sem a necessidade de aparelhos cuja aquisição nem todos poderiam fazer<sup>208</sup>.

O local reservado para essas fábricas centrais, segundo ele, seria também o núcleo da população, com igreja, escola, estabelecimentos comerciais e tudo o mais que pudesse tornar cômoda a vida dos lavradores, o que demonstra a preocupação de limitar a circulação dessas pessoas, afastando-as das distrações e tentações que pudesse encontrar fora desses limites sutilmente elaborados para dar a aparência de conforto mas que estavam a organizar-lhes a vida, racionalizando-a em torno do

---

<sup>207</sup> Não foi a primeira vez que Beaufort sugeriu a utilização do elemento nacional em detrimento do imigrante europeu, já tendo feito o mesmo na década de 1850 durante a campanha pela imigração. Em vários de seus escritos revela a crença na possibilidade de integrar o escravo e o índio num “projeto” de progresso nacional. Não deixa de haver aí uma boa dose de inspiração bonifaciana, embora na *Representação* que José Bonifácio de Andrada e Silva apresentou à Assembléia Constituinte de 1823, a integração que pretendia visava criar uma identidade ou homogeneidade nacional, através da miscigenação das raças, para a criação de um repertório cultural comum em que prevaleceria a “superioridade” branca, como elemento “civilizador”. Ver: DOHLNIKOFF, M. (Org.). **Projetos Para o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 45-147, e PARANÁ. **Relatório Apresentado À Assembleia Legislativa Provincial do Parana No Dia 1.º de Março de 1856 pelo Vice-Presidente em Exercício Henrique de Beaufort Rohan**. Curitiba : Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1856. p. 49-52.

<sup>208</sup> *Ibid.*, p. 246.

trabalho.

Para Beaurepaire, a divisão da grande propriedade abriria espaço ao estabelecimento de inúmeras famílias que viviam dispersas pelo território nacional e, ao tentar atraí-las para esses centros agrícolas, reconhecer-se-ia não haver deficiência de braços no Brasil.

Além disso, ele acreditava que a maior parte das pessoas pobres vivia na penúria, cultivando apenas o que era rigorosamente necessário para sua subsistência de cada dia por não terem terras próprias. Assim, era necessário tirá-las da “apatia pelo atractivo da propriedade, pela segurança do bem-estar”<sup>209</sup>.

A divisão da grande propriedade e o estabelecimento de centros agrícolas, segundo defende Beaurepaire, serviria ainda para proporcionar acomodação pronta para colonos estrangeiros que para aqui viessem a procura de terra para suas lavouras. Ou seja, esse sistema provocaria também a imigração espontânea, sem custos para o governo ou particulares<sup>210</sup>.

No entanto, como até então os escravos constituíam a principal força de trabalho, praticamente a única com que se podia contar, tanto nos meios rurais quanto urbanos, e como Beaurepaire julgava que no prazo de dez anos estaria extinta a escravidão no Brasil, era preciso concentrar esforços em preservá-los.

Segundo seu argumento,

Vinculados ao solo por meio de um mecanismo tão simples, jamais ficará deserta a fazenda, incultas as suas terras. Os colonos, enquanto vivos, e depois delles a sua prole, serão os lavradores naturaes da pequena propriedade. Seus filhos, convenientemente educados nas escolas agrícolas, de que me occuparei adiante, volverão à casa paterna com idéas mais adiantadas em agronomia, e estarão no caso de dar mais incremento ás suas lavouras applicando-lhes os instrumentos e os meios de trabalho, com os quaes se tiverem familiarisado; e tudo isto não só em proveito proprio, como no do fazendeiro seu ex-senhor<sup>211</sup>.

---

<sup>209</sup> Id.

<sup>210</sup> Id.

<sup>211</sup> Idid., p. 247.

A libertação proposta por Beaurepaire não tinha o objetivo de privar os fazendeiros repentinamente dos seus meios de trabalho. Eles estariam *apenas trocando a denominação de escravos pela de foreiros* e, como foreiros continuariam a cultivar as terras. Trabalhando para eles mesmos e para os filhos, estariam também trabalhando para os proprietários das terras e para a riqueza pública; cessariam os encargos para com eles, que estariam ainda produzindo um rendimento líquido que nunca poderia ser obtido com o sistema em vigor até então<sup>212</sup>.

Assim, o empenho dos fazendeiros, segundo Beaurepaire, deveria ser não o de querer manter a todo o custo a escravidão, mas de *re-organizar o serviço* das fazendas com os escravos que possuíam, e, em vista do inevitável, promover essa reorganização o mais rápida e racionalmente possível.

Muitas das medidas propostas por Beaurepaire já vinham ocorrendo em algumas propriedades no Brasil. No nordeste, por exemplo, havia um grande número de homens pobres e livres chamados de *moradores* por habitarem as grandes propriedades, mas que não eram utilizados como mão-de-obra em virtude de os proprietários dessas terras geralmente contarem com suficiente número de escravos.

De qualquer forma, o nordeste ressentia-se da falta de recursos financeiros por parte do governo, e não de mão-de-obra

O repartimento da grande propriedade que Beaurepaire propõe tem a preocupação não de extinguí-la, mas de preservá-la, o que demonstra a extensão do seu conservadorismo. Ao desejar remediar o escravo perdido, em seu pragmatismo revela a preocupação de preservar o baixo custo de manutenção da força de trabalho.

Por entender insuficientes as medidas propostas acima para a manutenção da força de trabalho, Beaurepaire passa a ocupar-se de um projeto que vê na subjetividade da educação o caminho para alcançar esse resultado.

Assim, vai ocupar-se dos *ingênuos*, forma como eram chamados os filhos de escravas, cuja liberdade, para mais cedo ou mais tarde, fora garantida pela lei de

---

<sup>212</sup> Id.

setembro de 1871: “A sorte deles, como elemento de trabalho, depende inteiramente do ensino que receberem. Se forem convenientemente educados, tornar-se-hão uteis a si e á sociedade. Si o não forem, serão outras tantas causas de desordem e de descredito para o paiz”<sup>213</sup>.

A educação a que Beaurepaire aludia era aquela que, salvo o indispensável estudo das primeiras letras, tinha por fim iniciar e acostumar os alunos ao que ele se referia como trabalho produtivo, ou seja, propunha a educação das mentalidades, o condicionamento mental que ensina a utilização racional do tempo.

Lembrando que sempre o repugnou a educação exclusivamente literária em prejuízo da educação profissional, para ele tão necessária em qualquer parte e muito mais no Brasil, Beaurepaire argumenta em defesa da educação profissionalizante da mesma forma que o fez na década de 1850 conforme já discutido no capítulo anterior, mas agora acrescenta a necessidade de valorização do trabalho em si.

Assim, as escolas práticas para os operarios teriam por fim:

Familiarisar os alumnos com o trabalho. Inicial-os no uso dos instrumentos agrarios mais aperfeiçoados, de sorte a convencil-os das vantagens desses meios de trabalho, comparativamente áquelles de que usamos actualmente. Acostumal-os a utilisarem em casa o tempo que, por causa do rigor da estação, não podem empregar nas lidas do campo. Além dos trabalhos puramente domesticos, há uma infinidade de industrias, a que se pódem os alumnos entregar, tendo em mira um lucro honesto. Actualmente os nossos pobres roceiros, que mal sabem manejar a enxada, a fouce e o machado, quando têm de ficar em casa por causa da chuva, distrahem-se geralmente com a viola, o jogo ou outro qualquer vicio<sup>214</sup>.

Dessa forma, Beaurepaire enfatiza a necessidade de ensinar aos *ingenuos* todas as operações da lavoura, a escolha das terras apropriadas a certas e determinadas culturas; a sementeação; transplantação; podas; enxertos; colheitas; melhoramento do solo por meio de adubos, estrumes, irrigação, drenagem. Para Beaurepaire, era preciso despertar seu interesse pelas pequenas criações, dar-lhes ensino apropriado em arte veterinária, curtumes, fabricação de queijos e manteigas.

---

<sup>213</sup> Ibid., p. 249.

<sup>214</sup> Ibid., p. 251

Se estivessem perto de mar ou de rios importantes, exercitá-los na navegação, pesca, salga e conserva de peixes e outros produtos marítimos ou fluviais.

Era preciso provar aos alunos, “por todos os meios praticos, que em um estabelecimento agrícola bem dirigido, e onde haja ordem e economia, póde o lavrador viver em tal ou qual abastança, e ainda ter sobras para o mercado; mostrar-lhes as vantagens do trabalho associado, como único meio de evitar o salario, á guisa do que praticam os pequenos lavradores em algumas provincias do Brazil”<sup>215</sup>.

Havia urgência na argumentação de Beaurepaire, segundo o qual o que propunha tinha o fim de “habilitar a generalidade dos ingenuos a serem um dia homens moralizados, dignos cidadãos de um paiz civilizado”. Ele achava que se os filhos das escravas fossem criados *á laia de cativos*, quando chegasse a época de sua libertação definitiva estariam *tão embrutecidos como os seus progenitores*<sup>216</sup>.

As escolas para esses *ingenuos* deveriam possuir mestres apenas, e não ser criadas em proveito do funcionalismo. A organização deveria ser o mais elementar possível. Para Beaurepaire, o melhor seria se cada fazendeiro se encarregasse da educação de seus *ingenuos* (como aliás mandava a lei de 1871), como os mais interessados em prepará-los para o trabalho, ensinando-os a ler, escrever e contar, até que alguns se habilitassem para o professorado.

Todo o proveito deveria ser tirado deles, empregando-os em atividades compatíveis com suas forças: nos trabalhos de horticultura, nas pequenas criações, nas colheitas e lidas domésticas, o que, conforme Beaurepaire “teria a triplice vantagem de os entreter, de os instruir e de contribuir para a sua alimentação”<sup>217</sup>.

Quanto aos meios disciplinares, Beaurepaire sugere que fossem excluídos completamente o uso de castigos corporais e que fizessem com que os *ingenuos* não conservassem senão recordações agradáveis do estabelecimento em que tivessem sido

---

<sup>215</sup> Id.

<sup>216</sup> Id.

<sup>217</sup> Ibid., p. 252.

educados.

Conforme mencionado acima, o projeto de Beaurepaire incluía a absorção da população pobre ao mundo do trabalho, inclusive das crianças. Ele achava que era

No mais lamentavel desleixo que crescem os meninos pertencentes ás classes pobres. Destituídos, durante os seus primeiros annos, da força physica necessaria para auxiliarem seus pais nos trabalhos rudes do campo, sem meio algum de se empregarem productivamente, tornam-se dest'arte materialmente pesados ás suas proprias familias. Quando chegam á idade em que têm de pedir ao trabalho seus meios de vida, amifestam então os vicios e maus habitos, que contrahiram na quadra a mais esperançosa de sua existencia<sup>218</sup>.

Tudo seria diferente, argumenta, se desde os seus primeiros annos se acostumassem ao “trabalho moralizador; se, bem dirigida a sua educação, no sentido da industria, adquirissem certos habitos de ordem, certo apreço áquelles gozos materiaes, que só se obtem mediante o emprego conveniente do tempo”. Ele se diz convencido de que se em cada uma das comarcas, em que se subdividiam as provincias, houvesse estabelecimentos com destino à educação industrial da infância, o país teria, dentro de poucos annos, realizado “uma benefica transformação das classes indolentes em operarios uteis”<sup>219</sup>.

Quanto às despesas que a fundação desses estabelecimentos ocasionassem, sugere que poderiam ser compensadas, “talvez com usura, pelo producto do trabalho dos proprios educandos, attendendo-se a que há uma infinidade de operações em que os meninos podem-se empregar de um modo lucrativo [...]”<sup>220</sup>.

Pode-se observar, na fala de Beaurepaire, a presença de uma mentalidade capitalista, preocupada em manter o baixo custo da formação e manutenção da mão-de-obra e a obtenção de lucro através de todas as formas de utilização de seu trabalho.

Sua preocupação estava tão voltada para a obtenção do maior número de braços para o mundo do trabalho que embora argumentasse pela utilização do

---

<sup>218</sup> Ibid., p. 250.

<sup>219</sup> Id.

<sup>220</sup> Id.

elemento nacional, não excluía o imigrante. Mas este deveria ocupar outra esfera, aquela “superior” que lhe caberia como portador de um saber “mais avançado” que o nosso.

Para ele, a idéia dessas escolas, ou colônias industriais, longe de prejudicar a colonização estrangeira tenderia, pelo contrário, a promovê-la e por isso tornava “evidente a obrigação de importarmos operários inteligentes, que dirijam as diversas oficinas desses estabelecimentos”<sup>221</sup>.

Para finalizar argumenta que, assim como tínhamos escolas para diversos ramos de conhecimentos, sem as quais não teríamos nem médicos, nem juristas, nem engenheiros, nem outras tantas profissões que exigiam uma instrução especial, cumpria que as tivéssemos também de agricultura, principal fonte da nossa riqueza, e tão digna portanto de esmero. “Porque deixaremos vegetar na mais profunda ignorância a maioria da nossa população, de cujos braços depende a prosperidade do nosso país? Porque não nobilitaremos o trabalho por meio de conveniente educação?”<sup>222</sup>.

Vê-se, nesses argumentos, que Beaurepaire compreendia os preconceitos existentes em torno do trabalho mecânico e a urgência de, dentro das novas necessidades concretas de mão-de-obra e da tendência inevitável de mudança no regime de trabalho, educar-se as mentalidades para valorizá-lo como honrado e virtuoso.

Na verdade, durante todo o *Congresso*, as sugestões apresentadas não distam das propostas de Beaurepaire.

Assim, embora Candido Barreto de Souza Faria, por exemplo, recomende “uma lei que regularize o trabalho de modo a aproveitarem-se as forças com que se possa seguramente contar no país, protegendo a lavoura contra a especulação da colonização importável”, o modo eficaz e conveniente de suprir a falta de braços não é

---

<sup>221</sup> Ibid., p. 251.

<sup>222</sup> Id.

tanto a colonização, como “o aproveitamento das forças nacionaes que se destacam da lavoura, e outras que, por falta de regimem e preceitos leaes, estão como que desaproveitadas”<sup>223</sup>.

Quanto aos *ingenuos*, só poderiam vir a constituir um elemento de trabalho livre e permanente se a lei que regularizasse o trabalho providenciasse para que fossem adequadamente educados, opinião compartilhada por Carlos Marcondes de Toledo Lessa, para quem o ensino profissional deveria ser “derramado em profusão por todas as classes, não com vistas de produzir sabios enfatuados, mas sim homens de vida real e pratica”<sup>224</sup>.

Para fortalecer seu argumento apoia-se no exemplo da América do Norte, onde o ensino profissional era ministrado gratuitamente em todos os Estados e onde, segundo ele, haviam sido criados pequenos estabelecimentos modelos de agricultura que eram “como um pharol, irradiando constantemente sua luz pelos recessos da noite escura da rotina e da ignorancia, de modo tal que mesmo os peiores cegos não podem deixar de ve-la!”<sup>225</sup>.

Página após página, o que se percebe nos Anais do *Congresso* é um consenso quanto à necessidade de criar escolas para a instrução agrícola e das mentalidades com relação às *virtudes do trabalho produtivo*, apesar de ser grande o número dos que reivindicam a criação de leis para coagir ao trabalho homens considerados “vagabundos e vadios, que, se estivessem bem disciplinados não se faria tanto sentir a falta dos escravos, que se devem considerar como um cancro roedor que arruina tanto a riqueza particular como a pública”<sup>226</sup>.

Para se ter idéia dos sentimentos despertados pela lei do Ventre Livre, de 1871, vale reproduzir aqui o discurso inflamado de um dos participantes do Congresso

---

<sup>223</sup> Ibid., p. 33.

<sup>224</sup> Ibid., p. 35.

<sup>225</sup> Id.

<sup>226</sup> Ibid., p. 43, 45, 47.

Agrícola do Rio de Janeiro, o qual expressa a opinião de grande parte dos agricultores.

Segundo Manoel Furtado da Silva Leite:

A lei de 28 de Setembro, que inconsideravelmente declarou o ventre livre, sem que o paiz se tivesse preparado para receber um golpe tão terrível, armando o braço escravo contra o seu senhor ... esta lei abysmou a nação; creou milhares de victimas, e numerosas difficuldades impoz aos agricultores, já relativas a matriculas, baixas, averbações e multas, já e sobretudo aquellas que se referem aos ingenuos: baixas dos que morrem, despesas que se fazem com viagens para tal fim. Tudo isto causa uma fatal transformação no animo dos escravos; de alguma affeição que mostravam ter a seus senhores, tonaram-se rancorosos a estes. Abriu-se um abysmo ás rendas, tanto publicas, como particulares, expoz-se a vida dos desventurosos agricultores á mercê de Deus, vivendo sempre sobressaltados, observando centenares de victimas em sua classe como resultado de taes instituições. Quando contemplo tal emancipação gradual e desenfreada, esta polvora surda que faz victimas sem explosão, digo entre mim: desgraçado paiz, estás agonizando. A política conservadora é a unica responsavel de todos estes males; apressou-se a fazer passar as *idéas liberaes* [grifo meu], sem que se tivessem tomado as medidas necessarias para se pôr em execução um plano de tanta magnitude, aliás generoso e humanitario, mas injusto em seus fins, e porconsequente funesto em seus resultados á –grande lavoura<sup>227</sup>.

O mesmo participante, reproduzindo valores e concepções que faziam parte do ideário liberal nacional no período, citável mas irrealizável, sugere que:

Deve, pois, crear-se uma lei que será perfeitamente humanitaria, generosa e igual para todos, comprehendendo a geração presente e a futura; evitando-se assim a desmoralização dos escravos e o odio que elles declaram a seus senhores, como bem o têm entendido os liberaes : igualdade, fraternidade e justiça ; reunindo assim a boa harmonia entre os senhores e os escravos, posto que apparente, continuarão á prestar-lhes serviços, como em outro tempo, mediante um salario razoavel e bom tratamento<sup>228</sup>.

É claro que as reivindicações e sugestões não giraram apenas em torno dos temas enfatizados nos parágrafos anteriores, mas também do crédito agrícola a juros módicos, da criação de bancos, caixas de crédito rural, fundação de sociedade de crédito territorial e agrícola, banco auxiliar de colonização e imigração, chegando a haver quem recomendasse a catequese dos índios com o fim de fazê-los *prestar valiosos serviços á nação*<sup>229</sup>.

---

<sup>227</sup> Ibid., p. 47.

<sup>228</sup> Id.

<sup>229</sup> Ibid., p. 110.

É grande a falta de consenso quanto à necessidade de mão-de-obra importada do estrangeiro. Pedro Dias Gordilho Paes Leme, por exemplo, disse que lavrava a terra há 14 anos e vinha procurando melhorar o sistema de trabalho, estudando o que se passava em outros países. Cita a Califórnia que “em 20 annos de existencia, e com uma população de 600.000 habitantes, exporta [va] mais do que o Brasil. Naquelle Estado a média annual do trabalhador rural era de 2:000\$000, vendido o trigo a 60 rs. a libra e concorrendo com a producção européa. Tudo isto é effeito da mecanica agricola”. Para ele, braços tínhamos: “com dez milhões de habitantes não há razão para pedil-os ao estrangeiro”<sup>230</sup>.

Os discursos expressam também preocupações de ordem moral. O Sr. João Batista Braziel, de Rezende, no Rio de Janeiro pede que

Não se faça uma injustiça aos lavradores, suppondo que todos elles são verdadeiros conquistadores de africanos, que por gosto sujeitam um homem ao captiveiro. Não; a escravidão é conservada pelos lavradores como uma necessidade indeclinavel. Esta é a regra geral, embora haja excepeções. A escravidão é um facto social que os lavradores não crearam, que herdaram, mas que interessa tanto, acha-se tão ligado ao seu bem estar, que não podem eliminal-o sinão muito lentamente<sup>231</sup>.

Quanto às demais soluções apresentadas para o problema da mão-de-obra, correspondem àquelas amplamente exploradas pela historiografia clássica da escravidão no Brasil, ou seja, a preferência pelo imigrante europeu ao chinês, como o que melhor contribuiria para a “civilização” do país.

Se o Congresso do Recife foi convocado pela *Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco* numa resposta contestatória ao Congresso do Rio de Janeiro, ele foi, segundo Gadiel Perroti, igualmente excludente, ao centralizar as preocupações em torno da indústria açucareira pernambucana, ocupando o algodão posição marginal nas discussões<sup>232</sup>.

---

<sup>230</sup> Ibid., p. 132-133.

<sup>231</sup> Ibid., p. 140.

<sup>232</sup> PERRUCCI, G. Introdução. In: CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE. Recife, 1878. **Trabalhos**. Recife: CEPA/PE, 1978. p. XXII e XXX.

Nesse sentido pode-se dizer que os congressos organizaram-se em torno daqueles produtos que, contribuíam, ou haviam contribuído em torno do período, com os mais elevados índices de renda aos cofres públicos, podendo-se caracterizá-los como o Congresso do Café no sul, e o Congresso do Açúcar, no norte.

Por causa do seu espírito contestador, a elite agrária nordestina acaba discutindo questões abrangentes da sociedade nacional do século XIX, realizando uma crítica e denunciando problemas presentes não só no contexto regional, mas também nacional.

As opiniões expressas durante o mesmo revelam, além das fissuras existentes entre o norte e sul com relação à política econômica praticada pelo governo imperial, a ausência de consenso no que era considerado necessidades da agricultura, bem como as formas de apropriação nacional do ideário liberal prevalecente na ciência econômica em voga na Europa.

Assim, em resposta aos quesitos propostos pelo Ministro da Agricultura, o Sr.Coelho Rodrigues, por exemplo, propõe que

dispensemos a intervenção directora do governo nas relações economicas, os seus capitães e os seus braços, tão raros quanto inúteis; basta que elle evite a injustiça, garantindo a liberdade de todas as industrias, sem proteger qualquer dellas á custa de qualquer outra; que abstenha-se de concorrer para a alteração artificial de valores e de consumir com a colonisação estrangeira o que antes podia applicar á viação publica, empregando a multidão consideravel de nacionaes desoccupados em consequencia da secca. Em duas palavras; Pelo amor de Deus guardai para vós mesmo os favores, que pretendeis fazer-nos e fazei-nos o especial obsequio de não proteger-nos... E tambem de não offender-nos. ...e, se a lavoura do sul insiste pela colonisação estrangeira e vós desejaes satisfazel-a, fazeio-o de modo que os onus resultantes pesem sómente sobre ella<sup>233</sup>.

Com relação à dispensabilidade da imigração estrangeira diz que

(...) há mais ou menos trinta annos que começou a espalhar-se nesta nossa terra a idéa de ser sua população de raça degenerada e incapaz de grandes commettimentos. D'ahi a necessidade de influir-lhe sangue novo, e introduzir-lhe o elemento estrangeiro dos cabellos louros e dos olhos anues; d'ahi ainda a necessidade da colonisação official, que (não sei se feliz ou infelizmente) tem affluído e vai affluindo toda para o sul. Apesar disso, a lavoura do sul há uns 10 annos importa a flor da escravatura do norte, e nem por isso este

---

<sup>233</sup> Ibid., p. 92.

diminuiu sua produção, nem o sul progrediu com o braço europeu. E note-se de passagem que a lavoura do sul emprega muito menos braços livres do que a do norte e, nada obstante, após 30 anos de longa e custosa experiência, ainda faz-se contractos para a introdução de colonos estrangeiros por conta do Thesouro! Quem não vê que a razão disso não é a falta de braços, mas pelo contrario um excesso de ineptia ou de improbidade, ou de ambas as cousas em proporção, especulando com a passividade do parlamento e com a indiferença dos contribuintes á custa dos cofres publicos? Quem não sabe que a colonisação é desde muito o negocio mais lucrativo e talvez o mais criminoso que há na côrte, onde á sua sombra tem tomado proporções collossaes algumas fortunas particulares em quanto vão definhando as areas do Thesouro! Sabemos, todos que não somos socios dos contractantes, nem interessados nos contractos, mas não têm sabido os ministros da corôa, (principalmente os dous últimos da Agricultura, (os Srs. Costa Pereira e Thomaz Coelho) porque são cegos e surdos do Evangelho – cegos que não querem vêr, surdos que não querem ouvir. Não no sabem tambem nossos legisladores; porque olham para o estrangeiro e esquecem a propria patria, porque vão estudar na Europa as necessidades do paiz e legislam para esta terra como Rousseau para a Polonia, ou Locke para a Carolina<sup>234</sup>.

São muitas as críticas que os participantes do Congresso do Recife fazem à política e políticos imperiais. O Sr. João Fernandes Lopes queixa-se da inexistência de bancos nacionais no Recife e da desconfiança “dos capitalistas, que preferem empregar seus capitaes na compra de apolices geraes”<sup>235</sup>. Reclama também da política tributária, dizendo que o Brasil não estava povoado em relação ao seu tamanho e que os seus legisladores vinham imitando as leis e criando impostos a exemplo das grandes nações da Europa, não se lembrando que a população do império não estava como lá, em relação ao território. Portanto, naquelas nações, dadas as suas condições demográficas, tornava-se mais suave a cada cidadão o pagamento do imposto<sup>236</sup>.

Membro importante da comunidade pernambucana, o Engenheiro Henrique Augusto Milet acorre em apoio às opiniões expressadas por João Fernandes Lopes, principalmente contra a centralização administrativa, que considerava nefasta:

Por causa della é que definham as provincias e a iniciativa individual vê-se reduzida á impotencia. Já de há muito a centralisação administrativa não acha mais defensores; mas ainda temos partidarios da centralisação economica, partidarios de um só Banco de emissão, único regulador e dispensador do credito em todo o imperio. Conseguiram elles o

---

<sup>234</sup> Ibid., p. 93-94.

<sup>235</sup> Ibid., p. 135.

<sup>236</sup> Id.

seu desideratum com o estrangulamento dos Bancos provinciaes e hoje podem contemplar o benefico resultado de sua victoria :- as provincias exaustas de dinheiro e a metade do meio circulante de todo o Brasil concentrado na côrte e ahi inutilisado nos cofres dos Bancos de deposito!<sup>237</sup>

Além da centralização administrativa Milet também faz fortes críticas à política tributária:

Pelo lado dos tributos, sim, estamos ricamente partilhados e o nosso fisco nada tem que invejar ao dos Cesares da antiga Roma, que, segundo preferem os contemporaneos, despovoara a Italia. Não há transacção, não há manifestação alguma da actividade individual ou collectiva que não seja tributada; e o novo imposto sobre industrias e profissões, de vez em quando revisto e ampliado, veio difficultar os já escassos meios de vida e obstar a creação e desenvolvimento da industria grande e pequena que precisamos acoroçoar por muitos motivos. Digno herdeiro da Nossa Real Fazenda, o fisco brasileiro goza da infallibilidade que se nega ao Papa de Roma; de facto não há recurso de suas decisões; o juiz dos feitos só faz homologal-as e dar-lhes fôrça executiva. O cidadão collectado, embora injustamente, não tem melhor alvitre a seguir senão pagar sem demora para evitar as custas, e que custas! (...) <sup>238</sup>.

Temeroso de que suas idéias fossem tomadas por radicais, Milet trata de declarar “Sou defensor acerrimo das prerrogativas do Estado, negadas hoje pelos apostolos do individualismo e sectarios do Darwinismo Social, mas não posso ir tão longe”.

Se a tentativa de imitar a legislação de outros países recebia críticas, algumas experiências adotadas fora do Brasil eram citadas como exemplares, de forma bem pragmática. O Sr. Domingos Martins de Barros Monteiro defende a necessidade de criar institutos teóricos e práticos de agricultura a exemplo da Suécia, Holanda, Inglaterra, França e Estados Unidos, bem como elogia a iniciativa do governo ao mandar traduzir um tratado de cultura de cana do Dr. Reynoso , de Cuba.

De forma geral, pode-se dizer que os participantes do Congresso do Rio de Janeiro reclamaram mais da falta de mão-de-obra e de capital. No Congresso do Recife a maioria dos participantes concordava em que não havia ausência de mão-de-obra,

---

<sup>237</sup> Ibid., p. 146.

<sup>238</sup> Ibid., p. 147.

mas de capital e de medidas firmes que levassem os trabalhadores livres nacionais ao trabalho regular. Dessa forma, defendiam a criação de leis severas de repressão à vagabundagem, bem ao modo como a Inglaterra fizera contra os pobres nos primórdios do capitalismo.

O que se extrai da leitura dos anais dos dois Congressos é que as reivindicações tendem a ser suscitadas por necessidades bem concretas, mas as idéias correntes servem de referência para fortalecer argumentos contra ou a favor da política posta em prática pelo governo imperial.

No Congresso do Recife, o Prof. Coelho Rodrigues, por exemplo, dizendo ter medo da iniciativa oficial, sobretudo em materias econômicas, condena todo o tempo “os que estudam as necessidades do paiz viajando a Europa, ou lendo escriptores francezes”, bem como a “mania de imitar a Europa” dos nossos legisladores porque “olham para o estrangeiro e esquecem a propria pátria, porque vão estudar na Europa as necessidades do paiz e legislam para esta terra como Rousseau para a Polonia, ou Locke para a Carolina”<sup>239</sup>.

Por outro lado, para Domingos Martins de Barros Monteiro, o modelo vem de fora, da Alemanha, Suécia, Holanda, Inglaterra, França e Estados Unidos no que se refere à instalação de institutos teóricos e práticos de agricultura.

Quanto a modelos vindos de fora, como via de regra o Brasil achava-se voltado tanto para dentro quanto para fora, acompanhando o que se passava em outros países e que de forma direta ou indireta pudesse interessar ou influir nas práticas ou formas de pensamento.

Resta mencionar que, com relação a algumas propostas apresentadas durante o Congresso do Rio de Janeiro, como o repartimento da terra, era provável que tivessem se inspirado no sistema praticado em outros países da América e denominado

---

<sup>239</sup> Ibid., p. 86, 87 e 94.

“brecha camponesa” por Tadeusz Lepkowski<sup>240</sup>.

Ciro F. Cardoso defende que a atribuição de uma parcela de terra ao escravo e do tempo para cultivá-la, cumpria a função, no quadro do escravismo colonial, de minimizar o custo de manutenção e reprodução da força de trabalho, estando, portanto, inseridas dentro do quadro do capitalismo ao se caracterizarem como uma maximização da exploração dos escravos, cuja produção, muitas vezes, excedia as necessidades de manutenção da força de trabalho, acabando por contribuir para a acumulação de capital, ao suprir o mercado.

Já Eduardo Silva e João José Reis entendem que a “brecha camponesa”, embora tenha cumprido um papel econômico importante de minimizar os custos de manutenção e reprodução da escravaria, teve o papel crucial de mecanismo de controle da força de trabalho<sup>241</sup>.

Ao ceder um pedaço de terra em usufruto e folga semanal para trabalhá-la, o senhor aumentava a quantidade de gêneros disponíveis para alimentar a escravaria numerosa, ao mesmo tempo que fornecia uma válvula de escape para as pressões resultantes da escravidão. Para mantê-la e até aumentá-la lutavam os escravos, como os que se rebelaram no engenho de Santana de Ilhéus exigindo, entre as condições para voltarem ao trabalho, a ampliação da “brecha camponesa”, também conhecida, nas Antilhas, como “sistema do Brasil”<sup>242</sup>.

### 3.5 REFLEXÕES

Os Congressos de 1878 devem ser vistos como fazendo parte do longo processo que levou à abolição. Ele também dá início à um período que passa a contar com a participação de mais indivíduos e grupos na campanha abolicionista, e que se

---

<sup>240</sup> Cf. CARDOSO, C.F. **Escravo ou camponês**: o protocampesinato negro nas Américas. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 54.

<sup>241</sup> SILVA, E. e REIS, J.J. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 22-31.

<sup>242</sup> Ibid., p. 28-31.

caracterizam como novos interlocutores entre o governo e os escravocratas. Nessa fase já não há mais a pressão externa, exceto de modelos e ideologias quando pareciam convenientes para fortalecer argumentos e/ou reivindicações.

Os *Congressos* tiveram o grande mérito de preparar a sociedade, e, principalmente, aqueles que dependiam do braço escravo, para buscar formas alternativas de força de trabalho, adaptando-se às circunstâncias de forma pragmática, como usual.

Conforme destaca José Murilo de Carvalho, “as fases por que passou o processo abolicionista no Brasil revelam aspectos importantes do comportamento de vários agentes sociais, e esclarecem a natureza do próprio sistema político imperial”<sup>243</sup>.

Os proprietários de escravos da grande lavoura de exportação se opuseram consistentemente às medidas abolicionistas em todas as fases do processo, enquanto que a pequena propriedade agrícola e pecuária sofria menor dependência da mão-de-obra escrava. A adesão, quando veio, foi mais uma aceitação de um fenômeno inevitável do que ditada pela crença na maior produtividade do trabalho livre, sendo que até o final a escravidão foi tida como economicamente compensadora

Stanley Stein constatou, em seu estudo sobre os papéis do fazendeiro e do escravo numa sociedade agrícola em mudança que, ainda que a mentalidade dos fazendeiros pudesse mostrar-se retrógrada, a base econômica da psicologia dele era racionalmente capitalista, e seu capital consistia predominantemente da propriedade escrava. A resistência dos mesmos à emancipação se originou do temor de que a mudança de trabalho escravo para assalariado ameaçasse a sobrevivência da propriedade enquanto unidade básica de produção<sup>244</sup>

As elites das províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais tinham

---

<sup>243</sup> CARVALHO, J.M. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial. 2.ed.rev. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, Relume-Dumará, 1996. p. 295-296.

<sup>244</sup> STEIN, S. **Vassouras**: um município brasileiro do café, 1850-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p. 21.

um interesse maior na sobrevivência da escravatura, em virtude da maior necessidade de braços para a agricultura do café, mas mesmo nessa região as posições estiveram divididas entre aqueles onde a escassez levou a grandes esforços no sentido de importar braços livres e outros que mantiveram a adesão à escravidão até o final<sup>245</sup>.

De modo geral, o norte sentia menos necessidade de mão-de-obra escrava, além do que, circunstâncias variadas que afetaram a região já a havia forçado a fazer a transição do trabalho compulsório para o livre. Que não havia falta de braços era um consenso entre os agricultores da região, bastando, acreditavam, que medidas, coercitivas, ou não, fossem adotadas para induzí-los ao trabalho

A leitura dos relatórios dos congressos agrícolas do Rio de Janeiro e do Recife revelaram as fissuras existentes na grande e heterogênea elite rural brasileira. Diferentes regiões tinham diferentes interesses, tornando impossível a elaboração de uma política que fosse nacional.

Não havendo consenso, o governo optou, ora por não optar, ora por atender as reivindicações dos grupos econômicos que em virtude de seus negócios contribuía para influir no processo de tomada de decisão e de implementação de políticas.

De todas as formas, foi o governo imperial quem conduziu o processo político que levou à abolição, e à fragilização do próprio regime, caminhando fatalmente para a sua destruição, como se soubesse que não podia deter o bonde da história.

---

<sup>245</sup> Ibid., p. 294.

## CONCLUSÃO

Este estudo permitiu constatar que Educação e Abolição foram políticas públicas, conduzidas do alto e de cima, de forma gradual. Se na Educação o governo só vai agir para modernizar a educação quando essa medida atende aos interesses do Estado, que ao precisar de legitimação, vai educar as mentalidades para o civismo, a ordem e o progresso, o processo abolicionista, no ritmo que se fez, não deixou de atender aos interesses das elites rurais que mais dependiam da manutenção da escravidão, preservando-a o mais possível através de medidas conciliadoras e protetórias

Isto deixa de parecer paradoxal quando conclue-se que foi exatamente o ritmo com que se deu o processo que permitiu uma transição sem grandes abalos econômicos ou sociais, tão temidos desde os acontecimentos do Haiti e a Guerra Civil norte-americana.

Assim sendo, se o nordeste forjou relações de trabalho baseadas na mão-de-obra livre, mais cedo que o sul, nesta região a imigração, eventualmente, deu certo, inviabilizando, por outro lado, a manutenção do ex-escravo no mundo do trabalho livre.

As idéias, ainda que importadas, adotavam coloração própria. No Brasil predominou o pragmatismo e o ecletismo, ditados pelo sentido do útil e do praticável.

Com relação às idéias liberais, que desempenharam papel relevante na elaboração de discursos, elas devem ser vistas dentro do quadro das especificidades e dos limites do liberalismo no Brasil, onde essa ideologia vai acontecer num contexto econômico, social e político diverso do europeu.

Na Europa elas se desenvolveram em oposição aos privilégios da aristocracia

e da monarquia, e, conseqüentemente, apelavam por igualdade de oportunidades e por liberdade. No Brasil, o liberalismo foi relido e redefinido e assumiu caráter diferente em diferentes momentos.

No que se refere à escravidão, ficou exposta a dificuldade de fazer valer os termos de uma Constituição Liberal num país cujo discurso elitista defendia o direito de propriedade, incluindo-se aí a propriedade do escravo.

Essas dificuldades de adequação às ideologias políticas tornavam-se evidentes no que concerne aos partidos políticos. Ficou clara a indefinição e a ausência de coesão político-ideológica, principalmente com relação à questão servil, que passou o século pairando acima da fidelidade partidária.

Quanto a Beaurepaire, pode ser melhor compreendido como um estudioso das questões e problemas brasileiros do que como um intelectual, como inicialmente pareceu. Em virtude das intervenções que faz, caracterizá-lo como intelectual preconizaria a idéia de membro de uma categoria ciente de um determinado papel político específico que deveria desempenhar e as condições para a emergência de intelectuais assim engajados e comprometidos ainda não se haviam forjado. Isso só vai ocorrer mais tarde, na França de 1890, quando, estimulado pelo *affaire Dreyfus*, Emile Zola publica no jornal *L'Aurore* uma famosa carta intitulada *J'Accuse* apelidada pelos jornais como “O protesto dos Intelectuais”.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, M.L. de. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1989.

BEIGUELMAN, P. O encaminhamento político do problema da escravidão no Império. In: HOLANDA, S.B. de (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969. Tomo II, v. 3.

BELOTO, D.L. **A criação da Província do Paraná**: a emancipação conservadora. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Economia da PUC. São Paulo, 1990.

BETHELL, L. **A abolição do tráfico de escravos no Brasil**: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

CALMON, P. **História de D. Pedro II**. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL, 1975. Tomos Primeiro a Quinto.

CARDOSO, C.F. **Escravo ou camponês**: o protocampesinato negro nas Américas. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CARNEIRO, D. **História do Período Provincial do Paraná**. Galeria de Presidentes da Província. Curitiba: Banestado, 1994.

CARVALHO, J.M. de. Introdução. in: CONGRESSO AGRÍCOLA, Rio de Janeiro, 1878. **Anais**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

CARVALHO, J.M. de. **A construção da ordem**: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial. 2.ed.rev. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Relume Dumará, 1996.

CHARLE, C. **The intellectuals after the Dreyfus Affair**: uses and blindness of historical memory. Disponível em:  
<http://www.unc.edu/depts/europe/conferences/ACLS98/charle.html> Acesso em:  
25/08/2002.

CONRAD, R. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, E.V. da. O escravo na Grande Lavoura. In: HOLANDA, S.B. de (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969. Tomo II, v. 3.

DOHLNIKOFF, M. (Org.). **Projetos para o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DUBY, G. **Guilherme Marechal**, ou o melhor cavaleiro do mundo. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

EISEIBERG, P.L. **The sugar industry in Pernambuco**. Modernization without change, 1840-1910. Berkeley, Los angeles, London: University of California Press, 1974.

FALCON, F. História das Idéias. In: CARDOSO, C.F.; VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FEBVRE, L. **Combates pela História**. Lisboa: Editorial Presença, 1952.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 27a. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Publifolha, 2000.

GILLIES, A.M.R. O poder moderador e a crise política de 1878: esfera pública, imprensa e cidadania. **Anais da XXI Reunião da SBPH-Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica**. Rio de Janeiro: SBPH, 2002. p. 263-268.

GÓES, R. de. **Beaurepaire Rohan** (Uma figura do Segundo Império). João Pessoa: A União, 1938.

GRAHAM, R. **Britain and the Onset of Modernization in Brazil**. 1850-1914. Great Britain: Cambridge University Press, 1968.

HABERMAS, J. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, M.M. Reformadores da Classe Média no Império Brasileiro: a Sociedade Central de Imigração. **Revista de História**, São Paulo, v. LVIII, n. 105, p. 147-171, jan./mar. 1976.

HOLANDA, S.B. de. **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil Monárquico. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

IGLÉSIAS, F. Vida Política, 1848-1866. In: HOLANDA, S.B. de (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969. Tomo II, v. 3.

KARASCH, M.C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LINDBLOM, C. **O processo de decisão política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

LYRA, M.L.V. Os partidos políticos e a Abolição. In: WEHLING, A. (Org.). **A abolição do cativeiro**. Os grupos dominantes: pensamento e ação. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1988.

MANCHESTER, A.K. **Preeminência Inglesa no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

MARTINS, R. **História do Paraná**. Curitiba: Fundação Cultural, [19\_\_].

MELLO, Barão H. de. **Biographia do Visconde de Beaurepaire Rohan**. Rio de Janeiro: Typ. de Leuzinger, 1899.

MOACYR, P. **A Instrução e o Império** (Subsídios para a História da Educação no Brasil) 1823-1853. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936, v. 1.

MOACYR, P. **A Instrução e as Províncias** (Subsídios para a História da Educação no Brasil) 1834-1889. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, v. 1.

MOACYR, P. **A Instrução e as Províncias** (Subsídios para a História da Educação no Brasil) 1834-1889. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940, v. 3.

NICOLAS, M. **Cem anos de vida parlamentar: deputados provinciais e estaduais do Paraná**. Assembléias Legislativas e Constituintes. 1854-1954. Curitiba: Fundação Cultural, 1954.

NOVAIS, F.; ALENCASTRO, L.F. (Org.). **História da vida privada no Brasil: Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

PARÁ. **Relatorio Apresentado Á Assembléa Legislativa Provincial do Paraná, No Dia 15 de Agosto de 1856, por ocasião da abertura da primeira sessão da 10a. Legislatura da mesma Assembléa, pelo Presidente Henrique de Beaurepaire Rohan**. Pará: Typ. de S. e Filhos, 1856.

PARÁ. **Relatorio Apresentado Á Assembléa Legislativa Provincial do Pará No Dia 15 de Agosto de 1857 por ocasião da abertura da segunda sessão da 10a. Legislatura da mesma Assembléa, pelo Presidente Henrique de Beaurepaire**

**Rohan.** Pará: Typ. de S. e Filhos, 1857.

**PARAHYBA. Relatório Apresentado Á Assembléa Legislativa da Provincia da Parahyba do Norte em 20 de Setembro de 1858 pelo Presidente Henrique de Beaurepaire Rohan.** Parahyba: Typ. de J.R. da Costa, 1858.

**PARAHYBA. Relatório Apresentado ao Ilmo. Sr. Dr. Ambrozio Leitão da Cunha, No Acto de Tomar Posse do Cargo de Presidente da Província da Parahyba do Norte por Henrique de Beaurepaire Rohan.** Parahyba: Typ. de J.R. da Costa, 1858.

**PARANÁ. Relatório Apresentado Á Assembléa Legislativa Provincial do Paraná no Dia 1.º de Março de 1856 pelo Vice-Presidente em Exercício Henrique de Beaurepaire Rohan.** Curityba: Typ. Paranaense de C.M. Lopes, 1856.

PERRUCCI, G. Introdução. In: CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE. Recife, 1878. **Trabalhos.** Recife: CEP/PE, 1978.

PILLAR, O.L.F. **Os patronos das Forças Armadas.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, [19\_\_].

RÉMOND, R. **O século XIX: 1815-1914.** São Paulo: Cultrix, 1997.

RIOS FILHO, A.M. de los. **O Rio de Janeiro Imperial.** Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

ROHAN. In: ENCYCLOPAEDIA Britannica. Chicago: Encyclopaedia Britannica, 1968.

ROHAN, H. de B. O Futuro da Grande Lavoura e da Grande Propriedade no Brasil. Memória Apresentada ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas pelo Marechal de Campo Henrique de Beaurepaire Rohan. In: **ANAIS do CONGRESSO AGRÍCOLA**, Rio de Janeiro, 1878. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

ROHAN, H. de B. Relatório Apresentado Á Ilma. Câmara Municipal do Rio de Janeiro. **Revista do IHGB**, Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, v. 275, p. 201-232, 1968.

ROHAN, H. de B. Biographia do Conde de Beaurepaire, por seu filho o Visconde de Beaurepaire Rohan. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1899.

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil (1930-1973).** Petrópolis: VOZES, 1989.

ROUANET, S. P. **Mal-estar na modernidade: ensaios.** São Paulo: Companhia das

Letras, 1993.

SAES, D. Uma contribuição à crítica da teoria das elites. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 3, p. 7-10, 1994.

SANCHES, M.G. O poder e a organização do espaço: a corte imperial do Rio de Janeiro. **Revista da SBPH**, Curitiba, n. 15, p. 29-35, 1998.

SANTOS, J.M. dos. **Os republicanos paulistas e a abolição**. São Paulo: Livraria Martins, 1942.

SCHELBAUER, A.R. **Idéias que não se realizam**: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914. Maringá: EDUEM, 1998.

SCHULZ, J. **O Exército na Política**: origens da intervenção militar, 1850-1894. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SCHWARZ, R. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

SKINNER, Q. As fundações do pensamento político moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, E.; REIS, J.J. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SODRÉ, A. **O elemento servil**: a abolição. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

STEIN, S. **Vassouras**: um município brasileiro do café, 1850-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

TAUNAY, Visconde de. Visconde de Beaurepaire Rohan (Esboço Biográfico). **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, v. LVIII, p. 75-90, 1895.

THOMPSON, E.P. **The Making of the English Working Class**. England: Penguin Books, 1980.

WEREBE, M.J.G. A educação. In: HOLANDA, S. B. de (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971. Tomo II, v. 4, Cap. III.

## OBRAS CONSULTADAS

ABREU, R. **A Fabricação do Imortal**: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro : Rocco; Lapa, 1996.

CHÂTELET, F. DUHAMEL, O.; PISIER-KOUCHNER, E. **História das idéias políticas**. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 1985.

CHARTIER, R. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Editora B. Brasil, 1985.

COSTA, J.C. **Contribuição à História das Idéias no Brasil**: o desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional. Rio de Janeiro: Livraria J. Olympio Editora, 1956.

COUTY, L. **A escravidão no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

ELIAS, N. **Mozart**, sociologia de um gênio. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 1995.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 1993, v.2.

ENGELS, F. **The Condition of the Working Class in England**. Great Britain: Oxford University Press, 1993.

FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo : Globo; Publifolha, 2000. 10a. ed.

FINLEY, M.I. **Ancient Slavery and Modern Ideology**. England : Penguin Books, 1980.

GRAF, M.E.C. **Imprensa Periódica e escravidão no Paraná**. Curitiba : Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1981.

HAM, C.; HILL, M. **The policy process in the modern capitalist State**. Great Britain: Wheatsheaf Books Ltd., 1986.

IANNI, O. **As metamorfoses do escravo** : apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional. São Paulo : Hucitec; Curitiba : Scientia et Labor, 1988. 2.ed.rev. e aum.

JANOTTI, M. de L.M. O diálogo convergente: Políticos e Historiadores no início da República. In: FREITAS, M.C. (Org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. Parte I – Os olhares sobre as fontes. São Paulo: Contexto, 1998.

LEITE, R.L. **Republicanos e Libertários**: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MACDONALD, H. et al. **O intelectual na política**. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1966.

MELLO, E.C. **O Norte Agrário e o Império**, 1871-1889. Rio de Janeiro : Topbooks, 1999.

NABUCO, J. **O Abolicionismo**. Rio de Janeiro : Nova Fronteira; São Paulo : Publifolha, 2000.

NOVAIS, F. (org.). **História da Vida Privada no Brasil** : Império. São Paulo : Companhia das Letras, 1997.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil Contemporâneo** : Colônia. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

ROUANET, S.P. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SANTOS, C.R.A. **História da Alimentação no Paraná**. Curitiba : Fundação Cultural, 1995.

SARTRE, J.P. **Em defesa dos intelectuais**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

SCHWARCZ, L.M. **As barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, E. **Dom Obá D'África**, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor. São Paulo : Companhia das Letras, 1997.

SIRINELLI, J.F. Os intelectuais. In: RÉMOND, R. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

SKIDMORE, T.E. **Preto no Branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1976.

SKINNER, Q. **Liberdade antes do liberalismo**. São Paulo : Editora UNESP, 1999.

SMITH, A. **An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**. Great Britain : Oxford University Press, 1993.

TORRES, J.C. de O. **Os construtores do Império**: ideais e lutas do Partido Conservador Brasileiro. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

TOURINHO, L.C.P. **Toiro Passante**: II – Tempo de Província. Curitiba: Lítero-Técnica, 1986.

TUCHMANN, B. **A prática da história**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1991.

**ANEXO 1 - OCUPAÇÕES****ANO**

- 1839 Durante a guerra civil no Rio Grande do sul foi encarregado de levantar a planta do entricheiramento da cidade de Porto Alegre e da inspeção das obras militares da mesma cidade.
- 1840 Transferido para o Quartel General, acompanhou o Comandante-em-chefe do exército, General João Paulo dos Santos Barreto, até o acampamento do Passo do Jacuhy, cuja planta levantou.
- 1841 Tendo adoecido, recebeu licença para tratar-se e retornou para o Rio de Janeiro. O Barão Homem de Mello não informa qual a doença, mas, conforme Raul de Goes, Beaurepaire apanhou uma febre de caráter maligno.
- 1842-1843 Posto à disposição da Câmara Municipal foi nomeado Diretor das obras do município neutro, em cuja função tanto se destacou que o relatório por ele apresentado em 1843 foi publicado mais de uma vez, a segunda em 1967, pelo IHGB, que o fez por considerá-lo distinto das peças burocráticas ordinárias como costumavam ser os relatórios administrativos, pela ousadia de suas sugestões -

algumas delas transformadas em realidade -, e por ser considerado um singular exemplo de planificação de obras urbanas. Além disto, foi objeto de análise em estudo desenvolvido por Marcos Guimarães Sanches (*O Poder e a organização do espaço : a corte imperial do Rio de Janeiro*, publicado na **Revista da SBPH**, Curitiba, n. 15, p. 29-35, 1998) o qual destacou perfil modernizador visionário e prático das medidas por ele propostas.

1843-1845

Foi mandado para a província do Mato Grosso a fim de explorar o Baixo Paraguai. Durante sua permanência lá, procedeu a investigações sobre o estado geral, tendo escrito ao final uma *Chrorographia de Matto-Grosso* que, segundo o Barão Homem de Mello, ficou inédita tendo apenas alguns trechos sido publicados no *Jornal do Commércio*, entre as quais uma *Memória sobre o estado da população na província de Matto-Grosso e meios de augmental-a*.

Em novembro de 1845, uma enfermidade o acometeu. Seis meses depois, em Marco de 1846, ele recebeu licença para ir à Corte tratar-se. Partiu de Cuiabá em Abril e chegou ao Rio de Janeiro em Setembro. Publicou no *Jornal do Commercio* a relação de sua viagem pelo Paraguai, Corrientes, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

1846-1847

Foi encarregado de determinar a mais curta e conveniente direção de uma estrada entre Guarapuava e a margem esquerda do Paraná, e de reconhecer se o rio Iguassú era navegável até a sua confluência no mesmo Paraná. Foi de São Paulo ao Campo do Chagú, mas participou apenas do início das explorações. Segundo o Barão Homem de Mello, Beaurepaire pediu dispensa da missão

por ter recebido diploma de deputado suplente pela província de Mato Grosso. No entanto, não chegou a assumir, por ter se apresentado o deputado eleito.

1848-1853 Mandado servir na província de São Paulo, foi encarregado da obra da Casa de Correção da capital da dita província. Continuando na direção dessa obra, foi também nomeado diretor da estrada entre São Paulo e Santos. Nessa comissão executou a abertura da nova picada do Piraquê, na face oriental da Serra do Cubatão.

1853-1856 Por aviso do Ministério da Guerra, foi mandado seguir para a recém-emancipada província do Paraná, ficando à disposição do Ministério do Império e do presidente Zacarias de Goes e Vasconcellos para ser empregado na direção das obras públicas. Na província do Paraná, atuou todo o período principalmente como Secretário de Obras, mas em 1855 foi nomeado Vice-Presidente e naquele mesmo ano assumiu interinamente a presidência por seis meses.

Ao entregar a administração ao seu sucessor, elaborou um relatório tal que tornou-se valioso documento pelas informações que contém e pelas sugestões que apresenta para o progresso local.

1856-1857 Em Abril de 1856 foi nomeado presidente da província do Pará, e, em maio do mesmo ano, foi também nomeado Comandante das Armas da mesma província.

1857-1859 Em Setembro de 1857 foi nomeado presidente da província da

Paraíba do Norte. Durante sua administração, procedeu a diversos estudos para a elaboração da Carta Crorográfica da província. Sua atuação é apreciada pelo estudioso local, Raul de Góes.

1859 Em Janeiro, pediu exoneração da presidência da província da Paraíba. Em Julho, foi nomeado Diretor das Obras Militares da Corte. No mesmo ano, recebeu ordem para se apresentar ao Ministério da Justiça a fim de, em comissão com o Brigadeiro Antonio Joaquim de Souza e o Coronel José de Victoria Soares de Andreia, examinar a causa dos desmoronamentos em obras da Cada de Detenção da Corte, cujo relatório de trabalhos enviou ao Corpo de Engenheiros.

1861-1862 Em Setembro, foi transferido das Obras Militares para a Comissão de Melhoramentos do Material do Exército. Em Janeiro de 1862, recebeu ordem de se apresentar ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Em Março, foi nomeado para ir em comissão à Fábrica de pólvora da Estrella investigar acerca de uma explosão que ali acabara de dar-se. Em Novembro, foi incumbido de proceder, na ilha de Fernando de Noronha, aos estudos necessários para a transformação daquele presídio em colônia agrícola penitenciária. O trabalho resultado de seus estudos locais foi publicado em 1865.

1862 Foi nomeado para ir examinar o litoral e fortalezas das províncias do Pará, Pernambuco e Bahia e propor os melhoramentos de defesa que julgasse oportunos.

1864-1865

Em Janeiro, foi nomeado presidente interino da Comissão de Melhoramentos do Material do Exército.

Organizado o Ministério Furtado em Agosto de 1864, foi nomeado Ministro da Guerra.

Rompendo a guerra do Paaraquai, coube-lhe a tarefa de organizar a defesa nacional, inclusive mandando cumprir o decreto chamando os Voluntários da Pátria.

Segundo o Barão Homem de Mello, Beaurepaire propôs que o Marquês de Caxias fosse convidado para o comando do exército, idéia que teria tido a aprovação do Imperador. Feito o convite formal pelo presidente do Conselho, Caxias declarou aceitar com a condição de ser nomeado também Presidente da província do Rio Grande do Sul, uma vez que tinha que levantar forças na mesma proíncia e não poder nela ficar subordinado a autoridade de outrem.

Beaurepaire concordou com a condição, mas não teve apoio do Gabinete. Como já estava contrariado no Ministério por se encontrar em divergência com seus colegas relativamente ao seu plano de campanha contra o Paraguai, que consistia em fazer marchar o exército brasileiro pelo território nacional até Assunção a fim de atacar o inimigo em sua capital enquanto a esquadra brasileira bloqueava abaixo de Humaitá, ficando inclusive, com a marcha, feita a estrada de Curitiba a Mato Grosso, pediu sua exoneração.

1865

Em Maio, foi nomeado Diretor da Fábrica de Pólvora da Estrella e, em Julho, Moço da Camara do Imperial Guarda-Roupa. Em Agosto do mesmo ano, acompanhou o Conde d'Eu ao Rio Grande

do Sul, onde já se encontrava o Imperador, para assistir à rendição de Uruguiana.

Eem Dezembro, foi nomeado membro da Comissão Revisora da Legislação Militar.

- 1866 Nomeado Comandante das Armas da província de Pernambuco.
- 1867 Nomeado Comandante do Corpo de Estado-Maior de 2ª. Classe.
- 1868 Nomeado vogal do Conselho Supremo Militar.
- 1873 Foi encarregado de examinar o serviço da Carta Geral do Brasil.
- 1874 Nomeado presidente do Conselho de Compras do Ministério da Guerra, mas continuando no comando do Corpo de Estado-Maior de 2ª Classe.
- Nomeado também Chefe da Comissão Encarregada do levantamento da Carta Geral do Brasil. Essa comissão procedeu, pela primeira vez, ao cálculo planimétrico da área total do território brasileiro e da área discriminada de cada uma das províncias e do Município Neutro.
- 1876 Nomeado Conselheiro de Guerra.
- 1878 Foi nomeado Veador da Casa Imperial, mas pediu dispensa do cargo de presidente do Conselho de Compras.
- 1881 Eleito presidente das conferências de história e geografia do Brasil criadas pelo governo no ano anterior.

- 1883 Nomeado para servir na Comissão de Promoções do exército, tendo inclusive servido durante o impedimento do Marechal-de-Campo Manoel Deodoro da Fonseca.
- 1886 Dispensado da Comissão de Promoções, foi nomeado Conselheiro de Estado Extraordinário, e chamado a servir na Seção de Marinha e Guerra.
- 1888 Nomeado presidente do Conselho de Compras do Ministério da Guerra.
- 1890 Foi nomeado para fazer parte da Comissão de organização do Código Militar Penal e do Processo.  
Pedi dispensa do posto de presidente do Conselho de Compras do Ministério da Guerra.
- 1893-1894 Foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Militar, posto que ocupou até 7 de Julho de 1894, a última sessão à qual compareceu, poucos dias antes de morrer. Foi o único militar que chegou a fazer parte do governo do novo regime.

**ANEXO 2 - PROMOÇÕES****ANO**

|      |                                |
|------|--------------------------------|
| 1812 | 1º Cadete                      |
| 1829 | 2º Tenente                     |
| 1835 | 1º Tenente                     |
| 1837 | Capitão                        |
| 1842 | Major                          |
| 1852 | Tenente-Coronel                |
| 1858 | Coronel                        |
| 1864 | Brigadeiro (General)           |
| 1874 | Marechal de Campo graduado     |
| 1876 | Marechal de Campo efetivo      |
| 1880 | Tenente-General                |
| 1890 | Reformado no posto de Marechal |

**ANEXO 3 - TÍTULOS E COMENDAS****ANO**

|      |   |
|------|---|
| 1864 | Nomeado Comendador da Ordem da Rosa   |
| 1865 | Elevado a Comendador da Ordem de Aviz   |
| 1866 | Nomeado dignitário da Ordem da Rosa, pelos serviços militares relativos à Guerra do Paraguai  |
| 1874 | Nomeado Comendador da Ordem de Cristo, pelos serviços que prestou por ocasião da Exposição Universal de Viena, qual seja, levantar a Carta Geral do Brasil. |
| 1880 | Nomeado Gran-Cruz da Ordem Militar de S. Bento de Aviz.   |
| 1888 | Agraciado com o título de Visconde de Beaurepaire Rohan com grandeza  |

## **ANEXO 4 - FILIAÇÕES**

Beaurepaire pertencia a muitas sociedades literárias e científicas, tanto nacionais quanto estrangeira, quais sejam:

- Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, fundadora do:
- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
- Sociedade Central de Imigração, fundada em 1883 no Rio de Janeiro por Karl von Koseritz, Hermann Blumenau e Hugo Gruber, da qual Beaurepaire foi presidente até 1891, quando ela se exauriu, junto com as forças de seus principais líderes, conforme atesta Michael M. Hall em obra mencionada neste estudo.
- Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, fundada em 1880 por Joaquim Nabuco, André Rebouças, e outros, e para a qual foi aclamado presidente honorário ao lado de Muniz Barreto e Saldanha Marinho.
- Instituto Fluminense de Agricultura
- Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco
- Gabinete Português de Leitura de Pernambuco
- Club Literário Curitibano
- Sociedade Acadêmica Franco-Hispano-Portuguesa de Tolosa
- Sociedade Acadêmica Indo-Chinesa de Paris, da qual era Delegado Geral do Brasil
- Museu Nacional, do qual era membro correspondente

- Sociedade de Aclimação da França
- Sociedade Geográfica de Lisboa
- Congresso Humanitário Ferreira Vianna, do qual era sócio protetor
- Associação Promotora da Instrução
- Sociedade Propagadora das Belas Artes
- Associação Protetora da Infância Desamparada, da qual era sócio fundador.

**ANEXO 5 - ESCRITOS**

- (1) Relatório Apresentado A Ilma. Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Tip. do Diario do Rio de Janeiro, 1843; **Revista do Instituto Histórico e Geográfico**. Departamento de Imprensa Nacional, v. 275, p. 201-232, Abr./Jun. 1967).
- (2) Viagem de Cuyabá ao Rio de Janeiro, pelo Paraguay, Corrientes, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, em 1846, por Henrique de Beaurepaire Rohan, major do imperial corpo de engenheiros, e membro correspondente do Instituto. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. IX, p. 376-397, 1869.
- (3) O Campo do Ypiranga. **O Dezenove de Dezembro**, Curitiba : Typ. de C.M. Lopes, 1855, Anno I, n. 50, p. 3.
- (4) **Relatorio Apresentado Á Assembléa Legislativa Provincial do Paraná No Dia 1º de Março de 1856 pelo Vice-Presidente em Exercício Henrique de Beaurepaire Rohan**. Curitiba : Typ. Paranaense de C.M. Lopes, 1856.
- (5) **Relatorio Apresentado Á Assembléa Legislativa Provincial do Pará, No Dia 15 de Agosto de 1856, por ocasião da abertura da primeira**

- sessão da 10.<sup>a</sup> Legislatura da mesma Assembléa, pelo Presidente Henrique de Beaurepaire Rohan. Pará : Typ. de Santos & Filhos, 1856.
- (6) **Relatorio Apresentado Á Assembléa Legislativa Provincial do Pará No Dia 15 de Agosto de 1857 por ocasião da abertura da Segunda sessão da 10.<sup>a</sup> Legislatura da mesma Assembléa, pelo Presidente Henrique de Beaurepaire Rohan.** Pará : Typ. de Santos & Filhos, 1857.
- (7) **Relatorio Apresentado ao Ilm.<sup>o</sup> e Exm.<sup>o</sup> Snr. Dr. João da Silva Carrão no acto de ser empossado da presidencia da Provincia do Pará por Henrique de Beaurepaire Rohan.** Pará : Typ. de Santos & Filhos, 1857.
- (8) **Relatorio Apresentado Á Assembléa Legislativa da Provincia da Parahyba do Norte em 20 de Setembro de 1858 pelo Presidente Henrique de Beaurepaire Rohan.** Parahyba : Typ. de José Rodrigues da Costa, 1858.
- (9) **Relatorio Apresentado ao Ilm.<sup>o</sup> e Exm.<sup>o</sup> Sr. Dr. Ambrozio Leitão da Cunha, no acto de tomar posse do cargo de presidente da Provincia da Parahyba do Norte por Henrique de Beaurepaire Rohan.** Parahyba : Typ. de José Rodrigues da Costa, 1859.
- (10) **Chrorographia da Provincia da Prahyba do Norte [escrito em 1861]. Revista do Instituto Historico e Geographico Parahybano, Parafba, p. 167-365, 1911.**

- (11) **Synopsis Genealogica, Chronologica e Historica dos Reis de Portugal e dos Imperadores do Brasil.** Rio de Janeiro : Typ. Paula Brito, 1864.
- (12) A Ilha de Fernando de Noronha considerada em relação ao estabelecimento de uma colônia Agrícola Penitenciaria. Rio de Janeiro : Typ. Universal de Laemmmert, 1865; **Arquivos**, p. 155-203, 19\_\_.
- (13) Breve Discussão Chronologica acerca da descoberta do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. XXXII, p. 231-233, 1869.
- (14) **Considerações Acerca dos Melhoramentos de que em relação ás seccas são susceptíveis algumas provincias do norte do Brazil.** Rio de Janeiro : Typ. do Globo, 2.ed., 1877.
- (15) **Estudos Acerca da Organização da Carta Geographica e da Historia Physica e Politica do Brazil.** Rio de Janeiro : Typ. Nacional, 1877.
- (16) O Futuro da Grande Lavoura e da Grande Propriedade no Brasil. Memoria apresentada ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. in : CONGRESSO AGRÍCOLA, 1878, Rio de Janeiro. **Anais.** Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. p. 242-252.
- (17) O primitivo e o actual Porto-Seguro. Memoria lida na sessão do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, de 26 de Novembro de 1880. **Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. XLIII, p. 5-26, 1880; Typ. Nacional, 1881.

- (18) **Diccionario de Vocabulos Brasileiros.** Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1889 (fac-simile da 1.<sup>a</sup> edição); Salvador : Livraria Progresso Editora, 1956, 2.ed.

**Obs:** A relação apresentada não esgota a totalidade dos textos escritos por Beaurepaire; refere-se apenas aos mais conhecidos e que foram localizados. Há também alguns cuja existência é sabida mas precisam ser buscados em arquivos de outros estados que não o Rio de Janeiro, Paraíba, Pará e Paraná; os relatórios apresentados ao Exército ou Ministério da Guerra e outras instituições oficiais, e por último aqueles estudos que Beaurepaire desenvolvia mas nunca enviou para publicação, e que podem estar em qualquer lugar, esquecidos, deixados, transbordando empoeirados numa caixa de papelão.